

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

ADRIANO MARCELO THIEL

**ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA/PR**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL

2017

ADRIANO MARCELO THIEL

**ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA/PR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável. Linha de pesquisa: Desenvolvimento territorial, meio ambiente e sustentabilidade rural.

Orientador: Prof. Dr. Rosalvo Schütz

MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

T431e

Thiel, Adriano Marcelo

Elementos da construção da identidade na agricultura familiar no Município de Nova Santa Rosa/PR. / Adriano Marcelo Thiel. -- Marechal Cândido Rondon, 2017.

134 p.

Orientador: Prof. Dr. Rosalvo Schütz

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável

1. Sociologia rural. 2. Agricultura familiar. 3. Identidade. I. Schütz, Rosalvo. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III. Título.

CDD 20.ed. 307.72
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Bejio – CRB 9ª/965

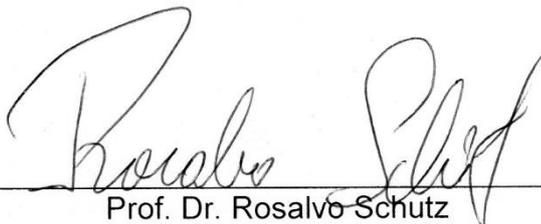
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL – MESTRADO E DOUTORADO

ADRIANO MARCELO THIEL

"ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA AGRICULTURA
FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA/PR".

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Mestrado, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovado** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 31 de agosto de 2017.



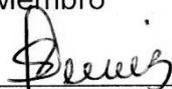
Prof. Dr. Rosalvo Schutz
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Presidente / Orientador



Profa. Dra. Liria Ângela Andrioli
Universidade Federal Fronteira Sul
Membro



Prof. Dr. Alvorli Ahlert
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Membro



Prof. Dr. Nardel Luiz Soares da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Membro

À minha esposa, Ana Paula,
À minha filha, Sara Eloá.
Aos meus pais, Gilmar e Marilice.
Ao meu irmão, Anderson Guilherme.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, tanto pela vida, quanto pelas pessoas que ele colocou na minha vida e pelas oportunidades que ele vem me oferecendo, inclusive a oportunidade desta pesquisa, com essas pessoas envolvidas.

Institucionalmente, não há como não agradecer à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. Desde as minhas formações universitárias iniciais, em Filosofia e Sociologia, passando por eventos de vários tipos e atividades de extensão e culminando com essa pesquisa e este trabalho e outros que ainda virão.

Sobre a Unioeste ainda, mas pensando já nas pessoas, vale um agradecimento especial ao meu orientador, professor doutor Rosalvo Schütz, que me deu um voto de confiança desde a seleção do projeto. A paciência e a compreensão em relação às minhas dificuldades e os incentivos que acabaram dando suporte indispensável para esse trabalho.

A Unioeste também é muito feliz na escolha dos coordenadores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, assim, como os professores do mesmo. Os dois Coordenadores que atuaram durante minha passagem pelo programa, Prof. Dr. Nardel e Prof. Dr. Zonin deram boas bases para a aprendizagem, além de conseguirem atender as necessidades organizacionais que dificultavam a elaboração deste trabalho. Aos demais professores do curso, em especial o prof. Alvori que sempre fez boas indicações de leitura e análise também é válido o agradecimento.

Outras duas instituições foram muito importante para esse trabalho, mesmo que de maneira indireta. Foram eles os Colégios Estaduais Pio XII, de Maripá e Gaspar Dutra, de Nova Santa Rosa. Foi por meio do Colégio Gaspar Dutra que conheci quem me apresentou este Programa de Pós Graduação, o professor doutorando Sidnei Gregorio. Nesses ambientes também convivi com alguns incentivadores, como professores Karine e Lauri, entre outros, além de muitos alunos e colegas que em várias conversas acabaram contribuindo de maneira significativa, com ideias ou opiniões.

Um agradecimento especial deve ser feito a todos entrevistados. Se não fossem pelas oito famílias entrevistadas na pesquisa, ou pessoal do comércio e serviços públicos, muitas informações seriam inacessíveis. Ainda a

entrevista/conversa com o prof. Elio Migliorança também é digna de agradecimento, colaborou para elucidar importantes questões.

Um grupo que merece atenção especial de agradecimentos é a Família Thiel, a minha família. Desde minha prima Simone, que me cedeu materiais e informações da Escola Municipal Santa Terezinha, de Vila Cristal, passando pelo meu primo “Chico”, que fez algumas sugestões e me viu escrevendo algumas coisas e demais parentes que colaboraram mostrando a importância dos estudos e do esforço. De modo mais íntimo e especial, revelo meu agradecimento aos meus pais e meu irmão, que ampararam nos momentos de desgaste e colaboraram, oferecendo tudo que tinham para que houvesse possibilidades desse trabalho ser efetivado – tanto que a eles eu dedico esta dissertação.

E ainda no âmbito familiar, gostaria de agradecer as duas criaturas que sempre estiverem comigo – pelo menos na fase final de elaboração deste trabalho. Minha esposa, que desde a elaboração do projeto de pesquisa já me deu amparo e estímulos. Assim, ela acabou por absorver parte das minhas atividades, a fim de que eu pudesse me dedicar de maneira mais ampla para essa empreitada, muito embora, em alguns momentos, acabei faltando, estive distante ou ocupado em relação aos hábitos e costumes que anteriormente tínhamos. E a partir de julho de 2016, mais alguém surge na casa: nossa filha, que alguns momentos ficou distante do pai, já que este acabava por pesquisar, ler ou escrever. Mas os momentos que passamos juntos fazem tudo valer a pena. Muito obrigado as duas.

E por fim agradeço àqueles que contribuíram para a efetivação desse texto. Prof^a Maidi Migliorança e Prof^a Viviane Bezerra pelas correções ortográficas e os irmãos Giovana e Rômulo Wochner pela tradução, além de mais pessoas que contribuíram com sugestões e dicas.

BIOGRAFIA DO AUTOR

Adriano Marcelo Thiel nasceu em Nova Santa Rosa, em 18 de junho de 1988. Primeiro filho de Marilice e Gilmar Thiel, vive desde sempre inserido no meio rural, próximo à localidade Vila Cristal. Oriundo de uma família que desde onde se conhece, sempre viveu na, da e para a agricultura, sendo que, com poucas exceções, todos os seus parentes ainda então inseridos no contexto agrícola. A sua própria família não foi utilizada para a elaboração da presente pesquisa, mas acabou oferecendo uma importante base para tal.

Como a propriedade não é grande e o labor sempre fora familiar, desde cedo ajudou na labuta do campo, sendo que conhece a agricultura familiar pelo viés da vivência, trabalhando com animais e plantas na propriedade e nos vizinhos, nos momentos de folga da propriedade.

Concluindo o Ensino Médio no Colégio Gaspar Dutra, ingressou na Unioeste, *campus* de Toledo, no curso de Filosofia. Estudando a noite e trabalhando na propriedade durante o dia, conclui o mesmo curso com uma monografia sobre o imaterialismo em Berkeley. Logo na sequência, começou os cursos superiores de Pedagogia pela UEM e Sociologia pela Unioeste. Os temas dos trabalhos de conclusão de curso foram a gênese empirista para o conhecimento e a interdisciplinaridade, respectivamente.

Antes mesmo de concluir a primeira graduação, em 2009, de Filosofia, já se inseriu na docência pública, no mesmo colégio em que concluiu o Ensino Médio três anos antes. Como os cursos eram a noite e as aulas que ministrava eram em dias diferentes, sempre sobrava – assim como ainda sobra – tempo para ajudar na propriedade.

Inclusive, mora ainda na mesma propriedade e na mesma casa desde quando nascido, posto que os pais foram para outra casa, no mesmo pátio. É casado com Ana Paula desde 2010, e pai de Sara Eloá, nascida em 2016. Atualmente, é concursado no Governo do Estado do Paraná, como docente de Filosofia e Sociologia nos Colégios Pio XII, de Maripá e Gaspar Dutra, de Nova Santa Rosa. Por ter assumido o concurso a pouco tempo, em Fevereiro de 2015, não pode solicitar dispensa das aulas para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, à qual esta pesquisa é subordinada. Ainda, por conta do programa possuir aulas em diferentes momentos, teve dificuldades na

organização dos horários, já que o dever laboral acabava exigindo uma dedicação mais exclusiva. Mesmo assim, diante de muitas dificuldades, não arredou de seu objetivo de pesquisa.

O presente trabalho, além de um caráter científico, também é fruto de uma vivência íntima como a localidade, bem como inquietações pessoais que serviram de pano de fundo para algumas pesquisas pessoais avulsas que, agora, de modo ordenado, servem de base para a conclusão deste material.

RESUMO

THIEL, Adriano Marcelo Thiel, – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, – 2017. Elementos da construção da identidade na agricultura familiar no município de Nova Santa Rosa. Orientador: Prof. Dr. Rosalvo Schütz

A agricultura familiar, na atualidade, é um assunto que se vincula com várias pesquisas no meio rural, o que evidencia a importância do tema. Partindo dessa ênfase no assunto, o presente trabalho se propõe a analisar como se dá a construção da identidade desses sujeitos, bem como suas interações sociais no município de Nova Santa Rosa, no Oeste do Paraná. Como o trabalho tem três temas iniciais de interesse, os três capítulos tratam, cada um, sobre um desses assuntos. No primeiro, é feita uma investigação sobre o que já foi produzido academicamente sobre a agricultura familiar, com suas diferentes vertentes e autores e, principalmente, como a legislação brasileira trata o assunto. No segundo, faz-se uma análise das informações do município pesquisado, e sua relação com a região onde ele está localizado, já que a identidade é também fruto do meio onde se está inserido. O terceiro capítulo traz informações e reflexões sobre identidade e como é possível investigá-la, além de como se dará a pesquisa empírica realizada nesse trabalho. Ainda no terceiro capítulo é apresentada a culminância da pesquisa, pois nele expressa-se como o sujeito da agricultura familiar constitui sua identidade e quais as suas referências para tal. Ao final, mostra-se que o sujeito constrói sua identidade não somente a partir de elementos específicos da agricultura familiar no contexto intrafamiliar, mas também por laços religiosos, comunitários, históricos, econômicos e muitos outros. Mesmo assim, o trabalho agrícola é um importante ponto referencial da identidade, que traz em si elementos de outras influências que os integrantes da unidade de produção agrícola familiar tenham recebido, e a forma como esses indivíduos lidam com muitas questões agrícolas é associável às questões identitárias que extrapolam o meio exclusivamente do labor rural atual. Também é dada uma atenção especial aos aspectos de sustentabilidade apresentados pelos pesquisados, mostrando como pode ser possível fomentar a sustentabilidade no meio rural, especialmente nas unidades de produção familiar.

Palavras-chave: Identidade Sustentável; Pesquisa Empírica Rural; Oeste Paranaense.

ABSTRACT

THIEL, Adriano Marcelo Thiel, – State University of West Paraná – UNIOESTE, – 2017. Elements of identity construction in family agriculture in the municipality of Nova Santa Rosa. Mentor: Prof. Dr. Rosalvo Schütz.

The family agriculture, nowadays, is a subject that has linked to several researches in the rural environment, which highlights the importance of the subject. Starting from this emphasis on the subject, the current work intends to analyze how the construction of the identity happens on these individuals, as well as their social interactions in the municipality of Nova Santa Rosa, in the west of Paraná. Since the paper has three initial themes of interest, each of the three chapters deal with one of these subjects. In the first one, an investigation is made of what has already been produced academically about family agriculture, with its different aspects and authors, and especially, how the Brazilian legislation deals with the subject. In the second, an analysis is made of the information of the municipality surveyed, and its relation with the region where it is located, since the identity is also a result of the environment where it is inserted. The third chapter brings information and reflections about identity and how it's possible to investigate it, as well as the empirical research carried out in this work. Still in the third chapter, it has presented the culmination of the research, because it expresses itself how the subject of family agriculture constitutes its identity and what its references are for this. In the end, it is shown that the subject produces its identity from not only specific elements of family agriculture in the intra-family context, but also by religious, community, historical, economic and many other bonds. Nonetheless, agricultural work is an important reference point of identity, which brings within it elements of other influences that the members of the family agricultural production unit have received, and the way in which these individuals deal with many agricultural issues is associated with identity issues which are beyond the environment exclusively from the current rural labor. A particular attention is also given to the sustainability aspects presented by the respondents, showing how it may be possible to promote sustainability in rural areas, especially in family production units.

Keywords: Sustainable Identity; Rural Empirical Research; West of Paraná.

Sumário

Agradecimentos.....	6
Biografia do autor.....	8
1 Introdução	16
2 A AGRICULTURA FAMILIAR.....	19
2.1 BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA	19
2.2 AS TEORIAS CAMPESINAS	21
2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR E A SUA SEPARAÇÃO TEÓRICA COM O CAMPESINATO	23
2.4 DEFINIÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR	25
2.5 HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO NACIONAL: A PLURALIDADE NA SUA COMPOSIÇÃO	27
2.5.1 Especificidades Camponesas No Sul Do País	30
2.6 Agricultura familiar brasileira no Século XX.....	31
2.7 Políticas públicas voltadas aos agricultores familiares	32
2.8 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF	34
2.9 Demais políticas públicas para a agricultura familiar.	36
2.10 Definição de agricultura familiar utilizada pelo governo	36
2.11 O tamanho da propriedade rural.....	37
2.11.1 A Mão De Obra.....	38
2.11.2 Renda Familiar	39
2.11.3 Direção Familiar	39
2.12 Indicadores da agricultura familiar no Brasil.....	40
2.13 Agricultura familiar e o Cooperativismo	42
2.13.1 Definição De Cooperativismo	42
2.13.2 História Do Cooperativismo.....	43
2.13.3 Cooperativismo No Meio Rural.....	44

2.13.4 Cooperativismo E Agricultura Familiar	45
2.14 Agricultura e sustentabilidade	46
2.14.1 Definições E História Do Termo Sustentabilidade	46
2.15 Sustentabilidade.....	47
2.15.1 Sustentabilidade Ambiental.....	48
2.15.2 Sustentabilidade Social	48
2.15.3 Sustentabilidade econômica	49
2.16 Desenvolvimento sustentável.....	49
2.16.1 Desenvolvimento Sustentável Na Agricultura Familiar	50
3 O MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA.....	52
3.1. O espaço de realização da pesquisa	52
3.2 Localização do município.....	52
3.2.1 O Oeste Do Paraná: Aspectos Históricos.....	53
3.2.2 Histórico do município e suas localidades.....	57
3.2.3 Divisão Das Áreas Rurais do Município.	62
3.3 Aspectos naturais da região pesquisada.....	63
3.3.1 Geologia.....	63
3.3.2 Geografia Natural.....	64
3.3.3 Clima e Chuvas	64
3.3.4 Vegetação nativa	65
3.4 A agricultura familiar no Oeste do Paraná	66
3.5 Dados atuais do município.....	67
3.6 Dados agrícolas do município	68
3.6.1 Uso Do Espaço E Tipos De Estabelecimentos	69
3.6.2 Produção Pecuária.....	69
3.6.3 Produção de Culturas Temporárias	70
3.7 Empresas atuantes no município	71

3.7.1 Cooperativas	71
3.7.2 A presença histórica da Coopagro no município	72
3.7.3 Empresas privadas	73
3.8 Produção orgânica	74
3.9 Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável –CMDRS.....	75
4 A IDENTIDADE	78
4.1 A identidade	78
4.1.1 Significado Do Termo	78
4.1.2 Etimologia do termo	78
4.2 Relação do termo com a Filosofia	79
4.2.1 O Conceito De Identidade Dentro Da Filosofia	79
4.2.2 O aprofundamento dado pelos clássicos	81
4.2.3 A Identidade Na Medievalidade.....	82
4.2.4 A Identidade na Concepção Moderna e Contemporânea	83
4.3 A passagem da filosofia para as ciências sociais.....	84
4.4 Histórico sociológico do termo.....	87
4.5 Definições sociológicas do termo	88
4.5.1 Néstor García Canclini	88
4.5.2 Stuart Hall	89
4.5.3 Zigmunt Bauman.....	91
4.5.4 Pontos Em Comum Nessas Teorias	92
4.6. constituições das identidades.....	92
4.6.1 O Conceito de Identidade Em Outras Áreas.....	93
4.7 Formas de pesquisa sobre a identidade/metodologia	93
4.7.1 Temas Abordados Na Pesquisa Participativa	95
4.7.2 Alguns Cuidados Importantes	96
4.8 As entrevistas	97

4.8.1 Laços de Parentesco.....	98
4.8.2 Idade dos Pesquisados e relações entre gerações	99
4.8.3 Grau de Escolarização	99
4.8.4 A Herança Por Gênero e a Questão Religiosa	100
4.8.5 Forma de Aquisição da Terra.....	104
4.8.6 Participação na Vida Social dos Entrevistados	105
4.8.7 Produção de Valores Agregados nas Propriedades.....	106
4.8.8 Produção de Alimentos na Propriedade	106
4.8.9 O Predomínio da Monocultura	108
4.8.10 Participação em Cooperativas e Empresas	108
4.8.11 A Questão da Suinocultura	109
4.8.12 A Relação Com Os Bancos.....	111
4.8.13 A Questão da Assistência Técnica e Extensão Rural.....	112
4.8.14 As Relações de Vizinhanças.....	113
4.9 A identidade sustentável.....	114
5 Considerações finais	117
Referências	122
Anexos	131
Anexo 2: modelo do “Termo de livre e esclarecido”	133

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem sendo, nos últimos anos, tema de um grande número de pesquisas acadêmicas, feitas em diferentes áreas do conhecimento, com destaque aos aspectos econômicos, ambientais e agronômicos associados a essa parcela da população agrícola. Esses elementos, por si só, já sinalizam a importância dessa população. Além disso, também existem programas governamentais e políticas públicas cujo foco é essa parcela da população rural. Essas pesquisas e ações governamentais trazem uma série de benefícios aos sujeitos da agricultura familiar, pois indicam ações ou práticas que potencializam as atividades dessa fração de trabalhadores. Concomitante a essas ações, vem o suporte técnico, financeiro ou ambiental, que melhora de maneira significativa a vida no campo, propiciando avanços para essa população. Assim, as pesquisas trazem novas informações acadêmicas, que desencadeiam outras, às quais resultam em mais avanços, num processo contínuo de pesquisas e melhorias que ultrapassam o âmbito puramente rural ou acadêmico.

Entender quem são os integrantes da agricultura familiar é importante, porém, sobre isto existem menos pesquisas já que não é um tema considerado relevante, pois os benefícios não são diretos e/ou imediatos. Existem dados sobre eles, porém, muitas vezes extraídos dos Censos Agropecuários ou fichas de cadastro, para os quais as informações são fornecidas de maneira mecânica. Essas informações podem servir de base para a compreensão da realidade, porém, reduzem os agricultores rurais a números, gráficos e tabelas que não expressam a magnitude da questão. Os defensores desse tipo de análise preferem os números, por serem objetivos, ante uma abordagem conceitual ou qualitativa, que pode tender ao subjetivismo.

Esses dados conceituais que, por serem construídos com base em métodos científicos válidos e supostamente imparciais, são de extrema importância para se compreender os agricultores familiares, sendo possível indicar políticas públicas, ou mesmo ações estratégicas mais eficazes para essa população, respeitando as suas especificidades. Entender esses trabalhadores rurais é uma necessidade real, bem como as pesquisas de caráter quantitativo. A deficiência de dados e pesquisas sobre o tema são os pontos que pautam e norteiam o presente trabalho.

Para construção desta pesquisa, um dos pontos significativos é entender *quem é o sujeito da agricultura familiar*. Essa temática, como já indicado acima, é

muito pesquisada. Sendo assim, não há a necessidade de criar novos conceitos, mas compreender e se apropriar dos conceitos já existentes, dentro de suas contextualizações e seus desdobramentos. É isso que se propõe num primeiro momento neste trabalho: entender como nasce a agricultura, a sua origem e como foram sendo construídos os conceitos de agricultura familiar, que são vários, mesmo partindo do mesmo objeto de pesquisa.

Por mais que a agricultura de base familiar exista no mundo todo, ela possui algumas diferenciações de acordo com a localidade, já que se adapta ao meio em que está inserida. Por isso, ainda no primeiro capítulo, faz-se uma análise da agricultura familiar brasileira, especialmente, a partir das políticas públicas existentes, que indicam a definição de agricultura familiar e que serão utilizadas no decorrer das pesquisas – em detrimento das outras formas de agricultura. Algumas ações públicas direcionadas a essa parcela de trabalhadores também serão analisadas, pois elas contribuem para a construção das identidades desses sujeitos.

Se a agricultura é adaptável em relação ao espaço onde ela está inserida, cabe a questão: como é o lugar que servirá de base para a presente pesquisa, a saber, Nova Santa Rosa?

A escolha do município não se dá de maneira arbitrária. Localizado no Oeste do Estado do Paraná, Nova Santa Rosa possui uma vivência socioeconômica que desde sempre se vinculou à agricultura familiar. Mais de um quarto da população, que é de cerca de oito mil habitantes, possui relações com esse modelo de trabalho. Além de que, muitas questões urbanas são atreladas ao meio rural, como por exemplo, as festividades ou as recessões (enfrentadas em épocas de problemas agrícolas). Todavia, nunca foi feita uma pesquisa com esse propósito no município, que pudesse ser indicada como um elemento acadêmico ou que amparasse políticas públicas locais ou regionais.

Para responder a questão acima, acerca da identidade da agricultura familiar no município de Nova Santa Rosa, e a outros assuntos que são baseadas nesta, é necessário elaborar uma minuciosa investigação sobre a região, já que não é partindo somente da agricultura familiar e seus desdobramentos que esses sujeitos constroem a sua identidade. Há uma gama de fatores que contribuem para isso e que devem ser analisados para uma melhor compreensão dos sujeitos envolvidos.

Além desses fatores, é importante salientar a questão da sustentabilidade no meio rural familiar, pois enquanto atividade social e econômica, o trabalho no campo

deve possuir um caráter de automanutenção e preservação, a fim de que os trabalhadores e seus descendentes que aí laboram possam se manter na atividade, de modo a não impactar as futuras gerações. Por isso, a sustentabilidade no meio rural, especialmente na agricultura familiar, será um dos enfoques da construção da identidade social desses indivíduos. Como se verá, a sustentabilidade precisa de muita atenção, pois é ela que pode oferecer um suporte para que a agricultura familiar resista, mesmo com as adversidades que ela tem de enfrentar.

Outra questão relevante para a pesquisa, além das já tratadas a respeito do que vem a ser a agricultura familiar: o que é a identidade? A compreensão deste tema exige conhecimentos sociológicos que se desdobram, já que a identidade é criada, interage, muda. Além disso, ela caracteriza parte das ações sociais que os indivíduos mantêm. Por conta disso, o assunto central da pesquisa é a *identidade*, base referencial das análises.

Toda pesquisa objetiva requer critérios e métodos. No caso desta, recorre-se ao método empírico participativo, com diálogos e inserções nas localidades estudadas, já que são os agricultores que indicarão as suas identidades. Portanto, esta pesquisa é um estudo de casos: com quem eles se identificam? E porque o fazem? Por isso, traçar os pontos em comum é importante, pois são eles que, por fim, indicarão a identidade, destacando os aspectos sustentáveis e a interação social. Além disso, esses elementos contribuirão com a visão que se deve ter em relação a esta população, fazendo com que as políticas públicas atendam à realidade em que eles vivem e à identidade que os constitui.

Este trabalho, naturalmente, não se fecha em si mesmo. No entanto, com ele, espera-se encontrar elementos que subsidiem eventuais políticas públicas que atendam essa população, considerando as características sociais e identitárias dos beneficiários. Caso as ações públicas sejam pensadas de modo genérico, sem atenção às diferenças presentes nas várias populações englobadas, haverá dificuldades em estabelecer e atender as prioridades.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR

O tema central da pesquisa que segue é a construção da identidade dos sujeitos da agricultura familiar e, de modo mais específico, como se dá a construção dessa identidade no município de Nova Santa Rosa, região Oeste do Estado do Paraná. Para tanto, é importante entender como se dá o processo histórico do surgimento da agricultura, especialmente seu aspecto familiar e as várias perspectivas associadas a ela, a relação governamental e as políticas públicas que são destinadas a essa parcela da população. Assim sendo, destacam-se na sequência alguns temas centrais acerca do tema, respeitando, principalmente, os dados e informações já publicadas acerca dos diferentes assuntos. Espera-se, assim, ao contextualizar a temática, compreendê-la de modo mais adequado, a fim de que tais informações ofereçam uma melhor base para as investigações que se seguem.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA AGRICULTURA

Se a proposta deste presente trabalho é investigar a agricultura familiar, sobretudo no município de Nova Santa Rosa, no Estado do Paraná, é importante compreender a história geral da agricultura, já que a agricultura atual é resultado de um processo histórico longo. Além disso, a agricultura familiar, ainda tem muitos aspectos em comum com a história dessa atividade. O tempo que o ser humano habita a terra é desconhecido e as várias pesquisas apresentam números díspares e dúbios. Como é impossível dizer qualquer coisa com precisão sobre essas questões, aceitam-se estimativas que, naturalmente, são muitas. Segundo alguns estudos arqueológicos, há cerca de duzentos mil anos (MAZOYER 2003) já havia humanos tais como os existentes atualmente, que não diferiam praticamente em nada em relação aos demais animais quanto à sua relação com a terra. Isso porque, os homens daquele período eram coletores e caçadores, agindo de maneira puramente extrativista ante os recursos oferecidos pela natureza. Foi dessa forma que o homem se desenvolveu inicialmente, espalhou-se pelo globo e manteve a sua espécie em constante ascensão.

Entretanto, por volta de dez mil anos atrás, um acontecimento fez com que os seres humanos acabassem tendo outra relação com a terra (MAZOYER, 2003; Oliveira Jr. 1989). Por questões específicas, como localização geográfica, recursos disponíveis e necessidade, o ser humano começou a criar animais e cultivar plantas nos locais onde ele se encontrava. Assim, num processo que durou séculos para se consolidar, nasceu a agricultura.

Por mais que ainda fosse uma atividade rudimentar, com ferramentas primitivas se comparadas com tecnologias posteriores, as transformações oriundas dessa época são chamadas de “Revolução Agrícola do Neolítico” (CHILDE, 1983, *apud* MAZOYER, p. 70). Isso porque tais mudanças foram tão importantes que as suas consequências jamais poderão ser ignoradas ao se considerar o ser humano, sua relação com a terra e a sua manutenção, seja ela social, familiar ou individual. Além disso, foi na agricultura nascente que o ser humano se viu diante de grandes desafios, até então não tão significativos. Um exemplo desses desafios é a dominação, não como uma forma de *senhorio*, mas entendida como conhecimento da natureza que o cercava, como *conhecedor* dos acontecimentos climáticos, das estações do ano, do comportamento dos animais, da produção e reprodução das espécies. Outro exemplo importante de desafio encontrado é a necessidade da fabricação de instrumentos para as atividades agrícolas, posto que na coleta e na caça, os materiais requeridos eram outros – o que acabou alavancando, por exemplo, a siderurgia e o artesanato.

Mas cabe aí uma questão: se o processo de desenvolvimento da agricultura ofereceu tantos desafios aos primeiros sujeitos que se estabeleceram de modo sedentário em determinadas regiões da terra, por que, mesmo assim eles insistiram na criação e no plantio? A resposta está na facilidade de obtenção de alimento e demais recursos que essas práticas podiam oferecer. Uma vez vencidos os desafios iniciais, a agricultura se mostrava muito mais positiva em relação aos benefícios, por exemplo, de estocar cereais, selecionar frutos que fossem acessíveis em diferentes épocas ou mesmo gerenciar o abate de animais, a fim de que, no decorrer de todo ano, houvesse alimento para a manutenção familiar ou social, diferentemente do que acontecia nos modelos nômades e extrativistas. Assim, a gênese da agricultura está justamente na necessidade de manutenção, de maneira mais fácil, do modo de vida de um determinado grupo social constituído e consolidado em torno de um determinado espaço.

Tendo compreendido os motivos pelos quais os seres humanos passaram a se fixar num determinado local e viver dos recursos da terra, é pertinente passar aos próximos pontos, que versam sobre uma análise mais direta e associada a um tipo específico de lida com a terra, a mais significativa para a sequência desse trabalho.

2.2 AS TEORIAS CAMPESINAS

Dada a visão histórica do desenvolvimento da agricultura, pode-se observar que tal forma de trabalho agrícola, que visava à manutenção de um modo de vida específico, atravessou o tempo. Isso se deve ao fato de que a agricultura, na sua origem, servia, principalmente, para a manutenção familiar, dependendo quase que exclusivamente das condições climáticas e fatores naturais, não estando ela associada a questões políticas, sociais ou religiosas específicas. Vale destacar que este aspecto do campesinato, de manutenção familiar baseado no trabalho agrícola, se mantém ao longo dos tempos, inclusive na atualidade. São os sujeitos de uma família que dominam um determinado espaço, e nele aplicam conhecimentos, técnicas e instrumentos para a autoconservação de si e de seus próximos, entendida a autoconservação como uma característica natural de manutenção da vida e de suas características sociais.

Nesse sentido, no conceito de *campesinato* e de *camponês*, este é sujeito integrante daquele. Para Chayanov (1974), “o campesinato tem como característica central a reprodução e satisfação das necessidades familiares” (p. 140). Assim, o camponês age tendo em vista, primeiramente, o que ele pode fazer com a terra onde trabalha, a fim de obter dela o máximo para benefícios familiares. Por conta disso, de modo habitual, tem-se aí uma policultura e a criação de várias espécies de animais – já que são várias as necessidades e muitas as formas possíveis de superá-las.

Outro ponto importante destacado por Chayanov (1974) é o fato da gestão do trabalho exercido no campesinato não ser remunerado, posto que o objetivo é a manutenção familiar. Portanto, não há, num primeiro momento, a exploração do capitalismo sobre o trabalhador campesino, que nem sempre se mantém na atualidade, já que, em sua grande maioria, os atuais agricultores familiares da região pesquisada estão profundamente inseridos no mercado capitalista, pois produzem

principalmente para o mercado, muito embora ainda exista uma atenção para a produção de alimento para a autopreservação. O trabalho ou o tempo que excedem à manutenção das necessidades familiares primárias podem, sim, ser convertidos em materiais ou produtos comerciais, sendo que estes podem ser trocados para que haja capital financeiro externo à propriedade e que sirva para eventuais investimentos e possíveis poupanças para tempos de crise (CHAYANOV, 1974). Nesse sentido, Chayanov enfatiza que o que garante coesão no trabalho do camponês é o consumo de sua família, e não um salário pago ao final do mês de trabalho ou ao final da produção. Sendo assim, é o consumo o principal fator que indica a qualidade e o volume de trabalho a ser realizado.

Outra perspectiva importante na análise do campesinato é oferecida por Cardoso (1987, *apud* ALTAFIN 2007). Segundo ele, o camponês carece, para garantia de suas características mais elementares, de quatro itens:

- a) Acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto;
- b) Trabalho predominantemente familiar, o que não exclui o uso de força de trabalho externa, de forma adicional;
- c) Auto-subsistência combinada a uma vinculação ao mercado, eventual ou permanente;
- d) Certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros. (p. 2)

Esses elementos são basilares e constitutivos na caracterização da agricultura camponesa, por eles não aparecem dessa mesma forma, nas demais formas de uso do campo e de seus recursos, por mais que alguns desses pontos sejam compartilhados com as demais atividades rurais. E dentre esses elementos, somente o primeiro ponto é visivelmente observado na região pesquisada, muito embora existam indícios parciais dos demais pontos.

As análises sobre o campesinato, por mais que sejam abrangentes e significativas, não podem ser generalizadas a todas as formas de agricultura, pois há a incorporação de novos elementos em novas formas de manifestação de trabalho agrícola. E como o recorte mais específico deste trabalho é a agricultura familiar, que pode ser analisada como um dos modos de campesinatos, convém destacá-la, analisando-a de modo mais específico.

2.3 A AGRICULTURA FAMILIAR E A SUA SEPARAÇÃO TEÓRICA COM O CAMPESINATO

O campesinato, por sua natureza, é profundamente familiar, posto que são as necessidades básicas da família, prioritariamente, que devem ser atendidas pelo trabalho agrícola. É pela manutenção e reprodução da família, seus modos de vida e costumes que a atividade agrícola é pautada. Entretanto, cabe mais uma pergunta: será que toda forma de agricultura realizada por uma família é campesina? Ou existe algum modo de trabalho que seja agrícola, que seja realizado pela família, mas que fuja às dimensões campesinas de subsistência? E se existem diferenças, quais são e como se dão? São diferenças inclusivas ou exclusivas?

As respostas a essas questões estão associadas a momentos sócio-políticos nos quais a família agricultora rural está inserida, além de uma série de fatores, como a dimensão histórica, econômica ou de outros elementos que permeiam a vivência desses grupos. E dependendo das respostas dadas a essas perguntas, poder-se-á atribuir ou não o caráter camponês ou mesmo de agricultura familiar ao público pesquisado.

O primeiro elemento, já indicado acima, explicita a questão de mercado. Isso porque o campesino, que foca o seu trabalho na manutenção familiar, é menos vulnerável a questões econômicas externas – e sim, vulnerável a causas naturais, como secas ou patologias. O mercado tem uma importância secundária, sendo que somente se recorre a ele quando sobra algum tempo, alguma necessidade ou algum produto produzido na unidade camponesa.

Junto com esse elemento, o objetivo principal da produção é a satisfação primária das necessidades dos membros da casa. E para essa satisfação, a terra e seu uso oferecem a maioria dos elementos necessários para tal manutenção, inclusive no que tange à gestão do espaço e do trabalho, visando o bem-estar que extrapola a questão financeira (ALTAFIN, 2007).

Entretanto, por conta da urbanização, globalização e industrialização, muitas são as famílias que se mantêm no campo, com ações agrícolas, mas não mais focando a criação de animais ou as plantações somente para suprir as necessidades básicas e primárias. São grupos familiares que estão inseridos no mercado, e que veem na terra mais do que um espaço de produção de alimentos para si e para os mais próximos. A finalidade do trabalho não se encontra mais primordialmente no

próprio consumo daquilo que é produzido, mas principalmente no comércio dos produtos produzidos por este trabalho. A partir disso, a presente pesquisa visa buscar entender até que ponto, mesmo diante desta realidade, ainda se preservam simultaneamente algumas características próprias do campesinato ou se estas desaparecem totalmente nas atuais roupagens mercantis e laborais.

Por mais que a gênese da agricultura tenha sido a da autoconservação familiar, na medida em que os seres humanos começam a organizar cidades e a fragmentar minimamente o trabalho, há certo abandono do modelo anterior de produção exclusivamente pessoal ou familiar e se produz para abastecer um mercado nascente e crescente. Mesmo que grande parte do trabalho seja ainda realizada pela família, o objetivo não é mais a subsistência, a produção de alimentos para a própria família. Essa mudança se deu, junto com uma série de fatores, porque a população urbana também carecia de alimentos oriundos de meio rural, pois o espaço urbano não é tão propício às plantações e nem a criação de animais. Além disso, os habitantes no meio urbano exerciam funções militares, sacerdotais e administrativas, entre outras, funções estas que não existiam de maneira isolada em grupos mais primitivos, sendo desempenhadas pelos sujeitos dentro dos núcleos familiares.

Por isso, o modelo exclusivamente campesino e de subsistência não oferece suporte suficiente para o desenvolvimento dos centros urbanos nascentes, posto que seu objetivo primordial é a manutenção do núcleo familiar. É, então, natural que existam espaços rurais que sejam trabalhados visando o abastecimento das cidades. E esses elementos de produção agrícola que abastecem os centros urbanos são comuns ao longo da história, muito embora, em cada momento e em cada espaço, assumam elementos característicos próprios. Isso não significa, em absoluto, que a produção nesses espaços seja especificamente alimentícia, pelo contrário. A maior parte dos alimentos ainda é produzida pelos pequenos produtores familiares¹. O que ocorre é que, com a urbanização, há uma carência maior de produtos de origem agrícola, sobretudo para a alimentação, o que levou a um aumento do número das famílias que produziam mais para o mercado do que para a sua manutenção primária. Não que esta mudança de foco produtivo tenha descaracterizado o campesinato, mas o fato é que isso coloca mais elementos na

¹ Na sequência, serão apresentados alguns dados sobre a produção agrícola oriunda da agricultura familiar.

discussão, o que pode acabar fragilizando eventuais definições teóricas, já que são esses os pontos que diferem o camponês do agricultor familiar. A seguir, algumas definições.

2.4 DEFINIÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR

Observando que as definições de camponês já não são suficientes para pensar os sujeitos da agricultura que trabalham de modo familiar, a partir dos anos de 1980; em várias vertentes de pesquisa surgem definições sobre a agricultura familiar, como destaca Altafin (2007, p. 1):

Ao buscarmos na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontramos diversas vertentes, dentre as quais destacamos duas: uma que considera que a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas. E outra que defende ser a agricultura familiar brasileira um conceito em evolução, com significativas raízes históricas.

O primeiro modo de se pensar a agricultura familiar desconsidera a relação histórica camponesa, argumentando que as transformações do cenário agrícola atual e sua roupagem são tão distintas da história da agricultura como subsistência, que se trata de algo que surge exclusivamente por conta das relações mercantis capitalistas. Segundo essa forma de interpretação “[...] uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa” (ABRAMOVAY, 1992, p. 22). A questão das definições de agricultura familiar, partindo desse autor, é de tal modo importante, já que os próprios laços de afeto podem ser mais significativos do que os laços sanguíneos, o que pode desencadear espaços de agricultura familiar onde os sujeitos, por definição, nem fazem parte da mesma família – caso a família seja definida exclusivamente por laços sanguíneos – que pode ter como exemplo um campo de uso coletivo de pessoas sem grau de parentesco. É de Abramovay, inclusive, umas das definições mais aceitas de agricultura familiar: “A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de parentesco” (1997, p. 3). É claro que essa definição não tem como objetivo ser indiscutível, o que é observado

na sequência do texto, mas o fato de que ela reduz a agricultura familiar à gestão, posse e trabalho, por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou afetividade, e não exclusivamente os frutos desse trabalho coletivo e/ou familiar.

Corroborando essa perspectiva, segundo Servolin, a agricultura familiar atual nada tem a ver com os camponeses do passado. A agricultura familiar seria, então, fruto de uma série de combinações socioeconômicas gestadas pelo Estado (SERVOLIN, 1972, *apud* PLEIN, 2010). Sendo assim, a agricultura, tanto a familiar quanto a extensiva, serviriam ao mercado consumidor de produtos. O diferencial é que a agricultura familiar, por não possuir tanta força sociopolítica, seria mais interessante para o capitalismo, pois ela acaba tendo que vender os seus produtos por um preço mais acessível ao mercado consumidor urbano (PLEIN, 2010), já que este não possui tanta força política e nem tantos recursos para estocagem, transporte e escolha de clientela. Assim, o agricultor familiar se torna mais frágil e suscetível no momento da comercialização de seus produtos.

Já a segunda perspectiva, oferecida por Altafin (2007), nos remete a relações mais associadas ao campesinato, já comentado acima. E, segundo alguns autores, como Wanderley (1999), essa é a perspectiva que melhor se adequa na sociedade rural brasileira. Isso por que não houve uma ruptura histórica abrupta entre os modelos camponeses – mais voltados à subsistência –, passando diretamente para modelos mais voltados ao mercado capitalista. Esses modelos se mesclam e se confundem, além de que, muitas vezes, convivem simultaneamente nas mesmas unidades de produção. Essas características não são associáveis à flexibilidade de grande parte das propriedades em relação ao seu trabalho e comércio.

Defensores desse ponto de vista argumentam que os sujeitos da agricultura familiar são mais flexíveis a mudanças econômicas, conseguindo resistir mais as crises, justamente por sua história camponesa, de quem herdaram a capacidade adaptativa. Essa vertente teórica é encabeçada pelo pensamento de Wanderley e Lamarche (1998), tendo vários outros como parceiros. Essa concepção também acredita que nem toda a agricultura familiar ainda seja camponesa, mas toda a agricultura camponesa é familiar. Isso por que os elementos que são estritamente necessários à agricultura familiar podem extrapolar a dimensão de subsistência camponesa. Mas esta, todavia, não consegue existir sem elementos da agricultura familiar.

Existem pontos convergentes dentro das vertentes tanto do primeiro quanto do segundo grupo. E essas similaridades são caracterizadas, grosso modo, retomando os quatro pontos expostos por Cardoso (1987) acima, prioritariamente os dois primeiros – o acesso à terra e a predominância do trabalho familiar. Os demais pontos são passíveis de discussões teóricas e conceituais, pois diferentes perspectivas podem ser tomadas, como o trabalho mais ou menos voltado para a subsistência. Ou mesmo a gestão do trabalho e dos recursos disponíveis, que podem visar mais a exploração da terra ou seu uso mais comedido.

Dadas algumas definições pertinentes tanto de campesinato quanto de agricultura familiar e suas associações, pode-se agora focar a questão da agricultura familiar no Brasil, partindo de questões históricas e desembocando em questões de políticas públicas para o setor. Afinal de contas, a realidade nacional merece atenção, já que a pesquisa é feita em espaços específicos, mas está inserida em todo o território nacional.

2.5 HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO NACIONAL: A PLURALIDADE NA SUA COMPOSIÇÃO

Mesmo fazendo uma série de análises sobre o processo de construção do termo “agricultura familiar” e “campesina” ou “camponesa”, vale a pena uma breve reflexão sobre a história dessa atividade em território nacional.

Muito se fala, a considerar a história do país, da agricultura e sua importância. Fala-se sobre os engenhos e sua relação com a cana-de-açúcar ou o ciclo agrário do café ou eventualmente de outras commodities que foram significativas para o desenvolvimento econômico do país, desde o seu tempo de colônia. Todavia, pouco se expõe sobre a produção de alimentos para atender à demanda nacional em tempos passados. E quando se faz, é, sobretudo, para salientar a alimentação de origem indígena ou africana, e não para expor a maneira de como se produziam por aqui os alimentos consumidos pela população em geral, seja ela urbana ou rural. Havia, e há toda uma gama de trabalhos agrícolas que não eram escravistas, nem monoculturas voltadas ao mercado externo.

Os primeiros habitantes do território nacional são generalizados pelo termo “índio”, muito embora houvesse vários grupos étnicos distintos que compunham o

mosaico cultural do Brasil Pré Cabralino. Esses vários grupos, que viviam dos frutos da terra, e mantinham com a mesma diferentes hábitos e formas de entendimento. Mas a existência de agricultura na região era inegável. Muitos produtos desconhecidos em Portugal e no restante da Europa eram amplamente difundidos aqui, a exemplo de abóbora, milho, mandioca, feijão e batata-doce (AMARAL, 1958). Esses alimentos foram facilmente assimilados pelos colonizadores, que também passaram a cultivá-los, tanto em solo americano quanto em outros espaços de colonização, como na África, por exemplo. Além disso, há de se destacar os avanços para a agricultura dos nativos, quando da aquisição de equipamentos oferecidos pelos europeus. Em alguns espaços das atuais regiões norte e nordeste, ainda houve sociedades urbanas que mercantilizavam produtos com os indígenas próximos aos núcleos urbanos, a fim de obter alimentos sem ter de cultivá-los (CARDOSO, 1987, *apud* ALTAFIN, 2007).

A chegada e a presença dos europeus em território nacional não foi pacífica. Para a expansão comercial foi instalada uma agricultura voltada predominantemente para o mercado externo, dando preferência à cana-de-açúcar e às drogas-do-sertão². E para isso foi utilizada a mão-de-obra escrava como opção mais barata. Num primeiro momento, com a população nativa à disposição, impôs-se ao indígena o trabalho servil na forma de escravo. E já aí, junto ao espaço destinado às *commodities* voltadas à exportação, deveria haver um espaço no qual alguns trabalhadores escravos, junto com suas famílias, produziam os seus alimentos nos momentos de folga ou nos domingos (CARDOSO, 1987, *apud* ALTAFIN, 2007). Por uma série de fatores, como rebeliões, conhecimento da geografia para fuga e insubserviência aos colonizadores, dentre outros, a mão-de-obra indígena já não era a mais vantajosa. Então se partiu para o outro lado do atlântico português, a fim de adquirir escravos negros. Estando os escravos brasileiros, predominantemente, nas regiões agrícolas, eles também são responsáveis pela criação de animais e plantas para a própria alimentação. O modelo de agricultura desenvolvido pelos escravos em pequenas áreas de terra, comercializar o excedente, seja para os seus senhorios ou demais pessoas da região inaugura o que posteriormente é denominado de Protocampesinato.

² São chamadas “drogas do Sertão” as plantas americanas, que eram levadas à Europa como iguaria, a exemplo do cacau ou fumo, além de algumas plantas do oriente que se adaptaram à região, como algumas pimentas.

Cardoso (1987) revela a existência do denominado protocampesinato índio, dentro do que se convencionou chamar de brecha camponesa: “[...] expressão usada para designar atividades econômicas que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de plantation entendido em sentido estrito” (Cardoso, 1987: 54). O termo surge de estudos realizados no contexto das Antilhas, no período da produção açucareira escravista, onde os plantios realizados em pequenos lotes de terra concedidos aos escravos pelo grande fazendeiro, no interior da fazenda, eram identificados como atividades do denominado “protocampesinato escravo”. (ALTAFIN, 2007, p. 4. Grifos do original)

Esse modelo de produção agrícola está vinculado à condição servil dos trabalhadores. Mas vale a pena salientar que era uma atividade intrinsecamente familiar, visando a manutenção dos interesses e necessidades da família envolvida. Ou seja, uma atividade muito semelhante àquela desenvolvida pelos primeiros humanos sedentários, que visavam a sua autoconservação por meio da agricultura, muito embora, isso fosse dificultado pelos sujeitos de uma elite branca dominante. Além disso, como o país foi durante muito tempo escravocrata e com economia agrícola visando à exportação, o protocampesinato contribuiu para a produção de alimentos necessários a manutenção da sociedade, além de servir como forma de preservação de hábitos agrícolas tradicionais.

A população branca e mestiça também desenvolvia algumas atividades marginais à economia dominante, especialmente os brancos não-primogênitos e os filhos bastardos dos senhores de engenho, pois o direito a herança da terra era reservado apenas ao filho homem legítimo mais velho; todos os demais ficavam igualmente sem direito a herança. Esses sujeitos e suas respectivas famílias cultivavam as terras próximas das fazendas ou das cidades, produzindo, quase que exclusivamente, alimentação para si e para quem habitasse perto. Vale salientar que nem sempre os terrenos eram os melhores ou mais próximos dos consumidores, o que dificultava o processo (Savoldi e Cunha, 2010). Além disso, a maioria desses produtores não eram proprietários das terras, tendo que pagar pelo seu uso, o que normalmente era feito com parte da produção destinada aos proprietários legais (Prado Junior, 1999 e Martins, 1986, apud Altafin, 2007).

E, por fim, outro modelo de agricultura familiar que surge no país é aquele desenvolvido principalmente por imigrantes, sobretudo europeus, a partir dos movimentos migratórios do século XIX. Esse movimento era alicerçado pela concepção de superioridade europeia ante o indígena e o negro (FURTADO, 1999). No entanto, esses novos trabalhadores não possuíam livre acesso às culturas

agrícolas mais significativas para a economia nacional, ficando responsáveis pelo trabalho braçal nessas fazendas. Todavia, eram oferecidos espaços de terra nos quais fosse desenvolvida uma agricultura mais baseada na subsistência e que tinha o seu excedente disponível para o mercado.

Esse modelo, acima descrito, também ocorreu com os trabalhadores que foram aos cafezais dos estados do Sudeste brasileiro. Nos Estados do Sul do país, que são o foco deste trabalho, a realidade já não foi bem assim. Isso porque a colonização desse espaço seguiu outros caminhos, a começar pelo fato de que ele era de domínio legal dos espanhóis, que tinham outras formas de lidar com suas colônias, não tão escravista, por exemplo. Além do mais, por seu clima mais frio, culturas como cana-de-açúcar não eram tão vantajosas assim, sobrando outras atividades econômicas à região na época.

2.5.1 Especificidades Camponesas No Sul Do País

Não havia grandes campos de monocultura no sul do país nos séculos anteriores ao XIX, e a maior parte do trabalho agrícola para comércio externo era vinculada a produção de bovinos que abastecia os mercados do sudeste. Assim, quando chegaram os imigrantes europeus, eles primeiramente focaram os seus esforços na garantia da subsistência familiar: policultor e policultor. Após esse patamar já alcançado e garantido, os imigrantes podiam pensar nas melhorias de vida por meio do trabalho e produtos excedentes (GREGORY, 2008).

Essa realidade da região sul, que será retomada adiante, é significativa por que caracteriza diferenças importantes em relação aos demais espaços agrícolas do Brasil do século XVIII. A forma de lidar com a natureza e com seus recursos era diferente, pois havia uma necessidade mercantil associada à pecuária, que por sua natureza, dependia de espaços amplos e poucas pessoas trabalhando neles. Além disso, os atravessadores de gado da época, chamados de tropeiros, tinham uma baixa necessidade de alimentos no caminho de suas tropas. Assim, pequenas hortas e alguns pousos eram suficientes para a travessia do sul ao sudoeste do Brasil, o que acabou caracterizando uma menor necessidade de desenvolvimento urbano e agrícola nessas áreas.

Observa-se uma gama muito distinta entre os vários de modelos iniciais de agricultura familiar ao longo dos primeiros séculos de ocupação do espaço brasileiro. Basicamente, esses modelos carregam pontos centrais em comum, como a marginalidade econômica, demérito social, policultura e uso secundário do espaço, já que davam ênfase para a produção agrícola voltada ao comércio externo ou inter-regional, se comparado à diferente da monocultura extensiva para exportação.

2.6 AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA NO SÉCULO XX

Esses modelos de agricultura familiar foram se adaptando e se mesclando ao longo dos tempos, sendo que a agricultura familiar dos séculos X e XXI carrega em si elementos desses modos iniciais associados às transformações ocorridas em seu tempo, que trouxeram muitas e profundas consequências, em diferentes aspectos do trabalho rural. Alguns desses elementos significativos de mudança de percepção da agricultura, segundo Altafin (2007), são a urbanização e a industrialização crescente do começo do século, os partidos de esquerda e, posteriormente, a mecanização e o agronegócio.

Na região sudeste do país, o crescimento de cidades como Santos, Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro intensificou a carência por alimentos. Associado às crises do setor cafeeiro daquela região, muitas propriedades maiores foram divididas e vendidas, principalmente aos imigrantes italianos, o que gerou um crescimento da agricultura familiar naquelas regiões, visando o abastecimento alimentar urbano (SAVOLDI E CUNHA, 2003).

O que ocorre na região Sul é parecido, todavia, não em relação ao abastecimento urbano próximo. Isso por que a região teve uma urbanização e industrialização mais tardia. Os agricultores familiares desta região, além da sua subsistência, praticavam algumas monoculturas ou criação de animais que visavam, principalmente, aproveitar as oportunidades de comercialização decorrentes da necessidade de abastecimento do mercado nacional crescente e, em menor escala inicialmente, mas com crescimento gradual, o mercado internacional (SAVOLDI E CUNHA, 2003).

Outro fato significativo para o século XX, já citado acima, é a mecanização motorizada agrícola e o uso intensivo de produtos químicos industrializados, o que

influenciou a formação da identidade e a vida social dos agricultores das últimas décadas. Desde o neolítico, os sujeitos da agricultura se utilizam das tecnologias para auxiliar nos trabalhos. Ferramentas, mesmo que arcaicas, facilitavam a vida com os animais e com a terra (MAZUIER, 2008, p. 103). As propriedades físico-químicas dos elementos disponíveis também eram conhecidas desde tempos remotos, essencialmente em relação aos fertilizantes. A utilização das margens do Rio Nilo pelos egípcios revela isso, pois além da água, também nutrientes importantes ao solo eram carregados às zonas agricultáveis.

No século XX, entretanto, a utilização desses elementos foi muito mais intensificada, ainda mais no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. Defensivos agrícolas químicos, comumente chamados de agrotóxicos ou simplesmente de *veneno*, resolviam os mais diferentes problemas, ou pelo menos o prometiam, sem a devida atenção às questões de salubridade e impactos ambientais. Quanto às máquinas, especialmente tratores e colheitadeiras, tinham como propaganda principal a possibilidade de se trabalhar num espaço muito maior, em menos tempo, se comparado com a tração animal ou força humana. Além disso, não era mais necessária a contratação de mão-de-obra externa à propriedade, passando a ideia de maior autonomia e redução de custos – já que só um trabalhador poderia atuar em grandes espaços e de maneira mais autônoma.

No decorrer do Século XX, a participação governamental na economia, nos diferentes setores aumenta, e associado a isso se percebe a importância da agricultura familiar, porém, sua fragilidade ante o mercado capitalista. A dificuldade de adaptação financeira e acesso a crédito e recursos técnicos. Por isso, são criadas algumas políticas públicas voltadas a essa parcela da população ativa agrícola. Estas políticas interferiram de maneira direta na vida do campo e definiram que as unidades de produção agrícola podiam se encaixar no conceito de agricultura familiar.

2.7 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS AGRICULTORES FAMILIARES

A partir dos anos de 1990, o governo brasileiro, observando a importância da agricultura familiar, em especial para a produção de alimentos, começou a oferecer alguns benefícios a essa parcela da população trabalhadora agrícola do país. Vale

frisar que incentivos e programas governamentais voltados à agricultura existem já há muito tempo em território nacional, como financiamentos e assistência técnica. Um bom exemplo dessa assistência técnica é a Embrater, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, criada em 1974, posteriormente transformada nas EMATER estaduais, ou mesmo os Imperiais Institutos de Agricultura, da época do Império (PEIXOTO, 2008). Todavia, o foco de tais políticas públicas quase sempre era as grandes e médias propriedades (JUNQUIERA E LIMA, 2008).

Já a agricultura nacional desenvolvida por agricultores familiares sempre sofreu com uma série de dificuldades.

Historicamente, as principais dificuldades para o desenvolvimento da produção agrícola familiar no Brasil são: baixa capitalização, acesso a linhas de crédito oficiais, acesso à tecnologia, disparidade produtiva inter-regional, acesso à assistência técnica (*voltada*) à produção rural, e acesso aos mercados modernos. Características como: multisetoriedade rural; diversidade produtiva (através de sistemas integrados de produção animal, vegetal, e manejo florestal); e tipo de mão-de-obra utilizada na produção; são comuns a um grande universo de pequenos agricultores familiares (Junqueira e Lima 2008, p. 160. Grifos nossos.)

Um dos primeiros documentos oficiais do Brasil que faz uma análise e definição do que vem a ser a agricultura familiar data de 1964, no governo de Castello Branco, na Lei de Terras, indicando que a

“Il 'Propriedade Familiar', o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros” (BRASIL, 1964, p. 1).

Além dessa lei, outros documentos tratam sobre a agricultura, como a Lei 48685/80, que estabelece o conceito de módulos fiscais por parte do Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, isso para citar alguns deles³. Entretanto, não são eles que estabelecem nem a definição precisa sobre a agricultura familiar e nem indicam políticas públicas para o setor. Muito pelo contrário. Como sinaliza Grisa e Schneider (2015), “durante os vinte anos de ditadura militar, os representantes da sociedade civil vinculados à agricultura familiar não encontraram espaço na arena pública para discutir e construir em conjunto com os gestores públicos políticas para a categoria social” (p. 129). Isso porque, por conta do controle do governo civil-militar dessa época, os poucos grupos sociais

³ Vale destacar que em Nova Santa Rosa, assim como nos municípios vizinhos, o módulo fiscal equivale a 18 hectares.

existentes não possuíam uma participação popular expressiva, além disso, eram, muitas vezes, associados e submissos ao poder superior vigente, o que os impedia de defender interesses de algumas parcelas da população agrícola, como reformas agrárias, reformas no setor agrícola ou mesmo tributação diferenciada.

Somente depois da Constituição Cidadã, de 1988, que as políticas públicas voltadas para uma agricultura familiar mais camponesa são efetivamente pensadas e partindo da Carta Magna são estabelecidos mecanismos de gestão social em relação a essas políticas. Dos vários pontos envolvendo a gestão das políticas públicas, os dois mais significativos se mesclam: a descentralização político-administrativa e a participação popular no processo (BRASIL, 1988). Isso acabou gerando a necessidade de organização de grupos civis – até então à margem das decisões - que voltassem a atenção àqueles assuntos de interesse da classe, a qual era a mais interessada nessas políticas.

Na sequência, já nos anos de 1990, surge a primeira política governamental focada exclusivamente na agricultura familiar, especialmente para superar parte das dificuldades encontradas pelos agricultores familiares nacionais, expostos acima. Por isso, é importante entender o programa mais significativo desse tipo de política pública, voltado exclusivamente para a população agrícola familiar do país.

2.8 O PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF

Das várias políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal Brasileiro nos últimos anos e que têm relação com a agricultura familiar, nenhuma é tão significativa e ampla quanto o Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, por sua abrangência, renovação constante e mais de vinte anos de aplicação. Instituído no ano de 1996, pelo Decreto nº. 1.946, de 28 de junho, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, e modificado várias vezes nos governos seguintes, com incorporação de novas linhas de créditos, modificação de critérios para participação e aumento significativo dos recursos e dos beneficiados. Por mais que fossem muitos os objetivos secundários, esse programa “delineia-se como uma política de crédito rural que contribuiria para a capitalização e o acesso dos agricultores familiares ‘em transição’ aos mercados, tornando-os consolidados”

(FAO/INCRA, 1994, *apud* GRISA E SCHNEIDER, 2015, p. 132). Como dito anteriormente, a agricultura familiar se distingue do campesinato, em especial, por seu caráter mais mercantil, ante o de subsistência deste; sendo assim, há indícios de uma tentativa de diminuição do campesino exclusivamente subsistente, já que este contribui menos para as questões econômicas de cunho extrafamiliar e macrossocial, se comparado ao agricultor familiar, que interage de maneira mais intensa com o mercado.

Após uma série de reformas e implementações, com ênfase nos governos Lula (2003-2010) e primeiro governo Dilma (2011-2014), o programa foi dividido em 12 linhas de créditos, direcionadas para diferentes faixas etárias, de gênero, localização ou tipo de atividade desenvolvida. Para exemplificar, o Pronaf Jovem, com faixa etária específica [16 a 29 anos]; Pronaf Mulher, voltado para o público feminino; o Pronaf Semiárido, para regiões de escassez hídrica; ou o Pronaf Floresta, destinado ao referido espaço e suas possíveis atividades agrícolas (BRASIL/MDA, 2013). Na safra 2015/2016, a estimativa era de R\$ 28,9 bilhões, na diferentes linhas de crédito. Assim, a presente pesquisa também tem interesse em saber o impacto dessas linhas de crédito na região analisada (BRASIL/MDA, 2015). Vale salientar que os valores destinados ao agronegócio e à agricultura familiar vão muito além destes. O Plano de Safra 2011/2012, por exemplo, previu R\$ 107 bilhões para a agricultura empresarial e apenas R\$ 16 bilhões aos produtores familiares (AGUIAR, 2011), números estes que se repetem em proporção semelhante nos anos seguintes.

Vale aqui uma ressalva em relação aos valores atuais despendidos pela União para o atual e os próximos anos, além de algumas mudanças significativas em relação às políticas públicas para a agricultura familiar. Isso por que, o Governo Federal prevê, para o Plano Safra 2017/2018 um total de duzentos bilhões de reais. Mas a maior parte desse montante é para a agricultura latifundiária. Isso por que foi criada a SEAFDA – Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, vinculada à Casa Civil. E essa Secretaria, pela previsão das contas oferecidas pelo Governo, receberá 30 bilhões, distribuídos de 2017 até 2020.

2.9 DEMAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR.

O Pronaf é até o momento o programa mais significativo do Governo Federal Brasileiro para a agricultura familiar, já com mais de vinte anos de atividade; existem outros programas, embora menos abrangentes, que também contribuem para o desenvolvimento desse nicho de trabalho agrícola.

Cabem aqui alguns destaques, como o Programa de Aquisição de Alimentos, vinculado atualmente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, ou PAA/PNAE, criados respectivamente em 2003 e 1979, passando por uma série de modificações em diferentes momentos; trinta por cento da alimentação oferecida nas escolas públicas deve ser produção da agricultura familiar.

Outro programa oferecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) é o selo de identificação dos produtos, criado entre os anos de 2000 e 2010. O selo identifica a origem no trabalho familiar ou de remanescentes quilombolas, de produtos artesanais, orgânicos ou de extração sustentável. O selo constitui uma propaganda para determinados alimentos, contribuindo para a sua comercialização e a valorização dos seus produtores. Além disso, o selo faz com que o consumidor adquira esses produtos considerando sua qualidade, sem contaminação de agrotóxicos, o que nem sempre pode ser garantido pelas grandes indústrias ou propriedades extensivas.

Assim, um ponto importante a ser considerado no PAA/PNAE ou no Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar, é a produção alimentar de qualidade. Isso por que a segurança alimentar na qual o programa se pauta não diz somente respeito a quantia de alimentos, mas a qualidade e a sustentabilidade na sua produção.

2.10 DEFINIÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR UTILIZADA PELO GOVERNO

Por mais que existam vários programas e políticas públicas que têm como objetivo social a agricultura familiar, é necessário que haja leis que limitem e definam quem são esses tipos de unidades de produção rural e quais podem ser beneficiados por tais iniciativas governamentais. Essas definições são importantes para que os benefícios sejam voltados àqueles que realmente carecem e merecem a

atenção de tais políticas. Caso contrário, poderão ocorrer tentativas de manipulação de dados ou documentos, a fim que algumas pessoas recebam esses benefícios mesmo sem direito a ele, como empresários de agronegócio ou pessoas dos núcleos urbanos sem vínculo algum com a agricultura familiar, o que lesa o erário e desvirtua o programa.

Naturalmente, qualquer forma de definição é extremamente delicada, já que ela pode inserir elementos que não participam efetivamente daquele grupo ou mesmo excluir outros elementos que, por questões de detalhes, não apresentam integralmente as características exigidas pelo programa. Em se tratando de leis de abrangência nacional, o problema é mais delicado ainda, já que o país possui dimensões continentais, com grandes diferenças territoriais. Não é plausível se basear exclusivamente em definições internacionais, posto que cada país e região detêm peculiaridades específicas.

Para solucionar tal imbróglio, no ano de 2006, com a Lei 11326, do dia 24 de junho, foram estabelecidos os critérios para a participação dos programas destinados à agricultura familiar no território nacional. Segundo a legislação, no seu artigo terceiro,

considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha qualquer título de área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
 - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- (BRASIL, 2006, p. 1)

Por mais que a definição acadêmica associada à agricultura familiar leve em consideração uma série de fatores, a definição legal – ou jurídica, por consequências legais – é resumida a poucos pontos.

Esses pontos acabam indo ao encontro das definições já pensadas pelos estudiosos do assunto, muito embora, com algumas pequenas modificações, sutis ante a complexidade do tema. A seguir serão abordados os quatro pontos.

2.11 O TAMANHO DA PROPRIEDADE RURAL

O primeiro aspecto que é observado pelo documento de 2006 versa sobre a área da propriedade agrícola. O conceito de módulo fiscal é construído pelo Incra, e pode variar de região para região. Em geral, quanto mais rica a região e melhor o seu solo e a industrialização próxima dali, menor é o espaço que corresponde em hectares ao módulo fiscal. Sendo assim, algumas regiões mais retiradas, ou com relevos mais acidentados oferecem menos benefícios naturais aos seus proprietários, o que pode ser compensado por meio dessa ou de outras políticas públicas.

No que tange aos pensadores da agricultura familiar, a questão do espaço também é tema de análise. Isso porque, para que uma propriedade possa ser concebida como um espaço para o exercício da agricultura familiar é necessário que ela se enquadre numa faixa previamente pensada. O acesso a terra é um desses elementos: ela pode ser uma propriedade, estar em usufruto, ser arrendada ou outra forma legal. O fato é que ela não pode exceder um determinado espaço. O que a maior parte dos pensadores defende é que ela seja uma pequena ou média propriedade (ALTAFIN, 2007; ABRAMOVAY 1992; WANDERLEY, 1999).

2.11.1 A Mão De Obra

A ideia equivocada de que num espaço de agricultura familiar somente é possível o trabalho da família, sem que haja a intervenção laboral externa pode ser superada a partir desse artigo legal. Isso porque, de acordo com a lei, a **predominância do trabalho** deve ser familiar. Sendo assim, há a possibilidade de, no caso de necessidade, contratação de trabalho externo à propriedade. Tais trabalhos podem ser solicitados a terceiros quando há uma necessidade de maquinários não possuídos pelos sujeitos da agricultura familiar, seja por seu alto custo, seja pelo pouco uso, o que inviabiliza a aquisição.

O predomínio da mão-de-obra familiar constitui um fator comum entre os teóricos do tema. Cardoso (1987) indica o uso de trabalho externo a família como um adicional, em situações de necessidade, e não como uma fonte exclusiva de força laboral. Outro ponto significativo do trabalho terceirizado que ocorre na pequena propriedade da agricultura familiar, diz respeito à troca de mão-de-obra. É relativamente comum a existência de mutirões ou troca de serviço, sem que isso

seja caracterizado como ausência de mão-de-obra familiar, posto que o que serve de moeda de troca, ou pagamento pelo serviço, mesmo que prévio, também é o trabalho de alguns sujeitos da família aptos para tal ação. Os mutirões ou a troca de serviço é um tema amplamente pesquisado no âmbito da agricultura familiar, como pode ser observado em Sabourin (1999).

Lembrando que, desde as primeiras reflexões sobre agricultura familiar ou campesinato, o trabalho, sua execução e gestão, sempre estão relacionados à necessidade que a família tem para superar as suas necessidades. Assim, dependendo das necessidades pontuais da propriedade, há ou não uma necessidade maior de mão-de-obra ou serviços de origem externa. E se há pouco trabalho a ser desenvolvido na propriedade, não há impeditivos que dificultem que o sujeito da agricultura familiar trabalhe fora da propriedade.

2.11.2 Renda Familiar

Partindo do ponto anterior, se há a necessidade de mão-de-obra exterior à propriedade familiar nos momentos de carência, há também a possibilidade de que os sujeitos da agricultura familiar trabalhem fora de suas propriedades nas épocas de pouco trabalho. Por isso, a lei exige que a maior parte da renda da propriedade seja oriunda do trabalho dentro da propriedade, e faça referência aos conceitos de campesinato, mas não de maneira necessariamente exclusiva. Isso permite que os sujeitos exerçam também algumas atividades alheias à sua propriedade, desde que a maior parte da renda da mesma seja oriunda do trabalho rural ou de seus desdobramentos, como a agroindústria ou a produção de produtos artesanais, ou mesmo o ecoturismo rural. Assim, a mão-de-obra excedente pode ser empregada em outros espaços, sejam eles rurais ou urbanos, sem que isso descaracterize a propriedade rural e seu trabalho como sendo familiar.

2.11.3 Direção Familiar

Por fim, o último ponto de que versa o texto, pelo menos a parte que aqui é discutida, trata sobre a gestão familiar dentro do espaço da propriedade. Nas palavras de Cardoso (1987, apud ALTAFIN, 2007), é necessário que a propriedade

possua “certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas decisões sobre o que e quando plantar, como dispor dos excedentes, entre outros” (p. 2). Na região estudada, como se exporá na sequência, alguns desses elementos de gestão da propriedade e do trabalho nela aplicados, sofrem por outro fator significativo e típico das relações mercantis regionais: as parcerias com empresas que financiam ou compram parte da produção. Por meio delas, as famílias acabam assumindo algumas funções subservientes em relação aos parceiros, sejam essas cooperativas ou empresas privadas. Os técnicos agrícolas – que muitas vezes representam interesses de empresas, e não são conhecedores de determinadas áreas –, nas suas funções de orientação do trabalho agropecuário, não respeitam a gestão desempenhada pela família, que cumpre aquilo que eles indicam.

Sendo assim, cabe aos sujeitos da agricultura familiar, enquanto grupo social autônomo e independente dentro de suas ações, gerenciar o que pode ou não ser feito, a que custo e com que propósito. Assim, não compete à lei, por mais que ela sirva para orientação, obrigar ou proibir determinado cultivo ou criação – desde que não infrinja as leis nacionais. Em suma, cabe ao agricultor e sua família pensar e agir no seu espaço, visando, é claro, o que é melhor para si.

Esta pesquisa tratará sobre uma série de critérios oferecidos pelo governo nacional para a aplicabilidade das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Por mais que essas definições, assim como quaisquer outras que surgirem, sejam passíveis de falhas e suscetíveis de críticas, elas servem de base para o território nacional, e serviram de base de análise para investigações posteriores. Eventualmente, serão tecidos comentários sobre a abrangência de tais definições sobre a agricultura familiar, bem como seus equívocos conceituais. Todavia, como há a necessidade de parâmetros para a continuidade das pesquisas, serão esses os pontos que nortearão a sequência dos trabalhos.

2.12 INDICADORES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Com todas essas definições e os vários programas existentes no Brasil que focam as atividades agrícolas familiares, vale a pena indicar alguns dados sobre esse modelo de produção e a sua importância para o território nacional.

Quanto à importância da agricultura familiar no contexto alimentar brasileiro, é importante entender o que vem a ser a Segurança Alimentar. Segundo Hoffmann (1995),

Considera-se que há segurança alimentar para uma população se todas as pessoas dessa população têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. (p. 159)

Para tanto, a produção alimentar para abastecimento interno deve ser um dos focos da agricultura, e não exclusivamente na produção de *commodities* para o mercado externo. A agricultura familiar, pela sua formação histórica vinculada à subsistência, é eficiente na produção de alimentos. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 e Demográfico de 2010, realizados pelo IBGE, a agricultura familiar é a responsável pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

De acordo com dados do Censo Agropecuário, a agricultura familiar ocupava, na época, cerca de 80,25 milhões de hectares, e deste total, somente 13,6 milhões de hectares eram destinados às lavouras, o que representa 4,3% da área ocupada pela agricultura no Brasil. Todavia, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% da produção dos vários tipos de feijão, 46% da produção de milho, 38% da produção de café, 34% da produção de arroz, 21% da produção de trigo e 16% da produção de soja, isso sem contar a produção hortifrutigranjeira, que é também muito forte na agricultura familiar. Sendo assim, grande parte dos alimentos consumidos no país tem a sua origem na agricultura familiar. Vale aqui uma ressalva: muito do que é produzido é consumido pela própria unidade familiar e nem sempre aparece nos relatórios, posto que ela não é comercializada.

Ainda, cerca de 13,8 milhões de pessoas trabalham diretamente com a agricultura familiar no país. Além dos trabalhadores diretos, há uma gama ampla de outros trabalhadores que atuam em setores correlatos, como a venda de insumos ou os atravessadores. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2011, *apud* GABOARDI, 2013),

A agricultura familiar produz 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, responde por mais de 74% do pessoal ocupado no campo e por 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Desempenha, portanto, papel estratégico no abastecimento alimentar, por sua capacidade de resposta na ampliação da produção de alimentos, inclusive em períodos de crises globais⁴ (p. 7).

⁴ Sobre o “mito dos 70%”, termo cunhado por Hoffmann para rebater essa afirmação do MDA, ver **Agricultura familiar e consumo de alimentos**. Hoffmann 2014, contido nas referências.

Sendo assim, com tantos dados indicando a importância da agricultura familiar no contexto agrícola e social nacional, a necessidade de criação de políticas públicas destinadas a essa parcela da população é fundamental e estratégica, não podendo ser considerada assistencialista ou meramente formal – visão que o agronegócio tende a ter sobre o assunto.

2.13 AGRICULTURA FAMILIAR E O COOPERATIVISMO

Um dos pontos significativos na análise da identidade e da organização social no meio rural, diante do mercado e dos muitos mecanismos capitalistas existentes, é o cooperativismo. Isso porque as empresas atuantes no setor agrícola visam lucro. As poucas esferas onde essa busca por lucro financeiro é menor são as empresas públicas de assistência técnica, como é o caso da Emater, já comentado acima.

2.13.1 Definição De Cooperativismo

É importante a compreensão sobre o que vem a ser o cooperativismo, suas definições e bases históricas, ainda mais no âmbito da agricultura familiar. A ideia central do cooperativismo é a união de forças a fim de alcançar, de modo mais promissor, objetivos comuns entre os agentes da cooperativa. Para tanto, os integrantes se unem para trabalhar – já que este é o sentido etimológico da palavra cooperar: fazer/trabalhar/agir junto com outrem.

Partindo do conceito de cooperar, surgem os conceitos de cooperação e cooperativa. A definição de Cooperativa pode ser extraída de Reisdorfer (2014), para quem a

Cooperativa é a associação de produtores, fabricantes, trabalhadores ou consumidores que se organizam e administram empresas econômicas, com o objetivo de satisfazerem uma variada gama de necessidades. Em outras palavras, pode-se enunciar que é uma associação de produtores, fabricantes e consumidores, constituída para partilhar sobras que, de outra forma, iriam para intermediários. De outro modo pode-se dizer que são associações de pessoas, que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro. (p. 16)

Assim sendo, a cooperativa é uma forma de potencializar os ganhos sobre o que se produz, ou facilitar a aquisição de algo que se queira, já que ela diminui, quando não elimina, a participação de atravessadores, que muitas vezes ganham sobre o trabalho de outrem.

2.13.2 História Do Cooperativismo

A história do cooperativismo remonta ao século XIX, muito embora, desde sempre os indivíduos se uniram para alcançar um bem comum de modo mais fácil. Formalmente, aceita-se que a primeira experiência positiva de cooperativismo tenha se dado na Inglaterra Vitoriana; “Já em 28 de outubro de 1844, em Rochdale, distrito de Lancashire, na Inglaterra, 27 homens e 1 mulher tornaram-se associados da primeira cooperativa que recebeu o nome de *Rochdale Equitable Pioneers/Society Limited*” (REISDORFER, 2014, p. 27), sendo que este grupo de artesãos visava, já há anos, a união entre si a fim de terem melhor espaço no mercado têxtil.

Já no Brasil, a primeira associação com caráter cooperativo surgiu em Limeira, no Estado de São Paulo, em 1891, também em zona urbana e tendo como foco o trabalho dos Empregados da Companhia Telefônica. Mas as grandes mudanças de perspectiva cooperativista surgem com a vinda de alemães, italianos, japoneses, dentre outros, para os Estados do Sudeste e Sul. Esses indivíduos já possuíam elementos identitários que os aproximava e a necessidade de somar esforços para facilitar as ações comerciais; as primeiras cooperativas da região, à época, possuíam um caráter agregador daqueles que partilhavam a mesma história e necessidades.

No âmbito rural, as cooperativas brasileiras têm sua origem histórica na comunidade Teresa Cristina, no Paraná, no ano de 1847, fundada pelo francês Jean Maurice Faivre e um grupo de imigrantes europeus (SANTOS, 1998). Por mais que esta cooperativa não tenha durado muito tempo, e nem ter funcionado nos moldes atuais de cooperativismo, ela foi precursora no modelo de produção coletiva e participativa em solo nacional no meio rural (SANTOS, 1988; REISDORFER, 2014).

Já as experiências mais satisfatórias de cooperativas no Brasil associadas à questão rural se dão a partir do ano de 1907, no Estado de Minas Gerais, por incentivo do então Governador, João Pinheiro, cuja intenção era minimizar a ação

dos atravessadores de café (GONÇALVES, 2005). Embora fossem associações cooperativas isoladas e que não se relacionavam adequadamente, ou nem mesmo tinham uma linha mestra a ser seguida, muitas outras experiências surgiram após esse momento. Conforme (REISDORFER, 2014), “Por isso, na década de 50 apareceram as primeiras iniciativas unificadoras com a constituição da UNASCO – União Nacional das Associações Cooperativas. Divergências entre grupos internos desta entidade, contudo, resultaram na criação da ABCOOP – Associação Brasileira de Cooperativas.” (p. 28). Mesmo existindo duas entidades aglutinadoras do cooperativismo em âmbito nacional, elas não possuíam significativo peso político, situação que começa a ser modificada a partir de 1969, com a unificação da UNASCO e da ABCOOP, formando a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional, em documento de 1995 e ratificado pela entidade máxima do cooperativismo no Brasil, os princípios que devem nortear as cooperativas são:

a) Adesão voluntária e livre.; b) Gestão democrática pelos membros.; c) Participação econômica dos membros.; d) Autonomia e independência.; e) Educação, formação e informação.; f) Intercooperação.; g) Interesse pela comunidade. (REISDORFER, 2014, p. 38)

Esses elementos evidenciam a importância da cooperativa ser livre, bem como seus cooperados. Essa liberdade oferece a possibilidade de atuar em diferentes áreas ou espaços, além de dificultar imposições ou gestões que se voltem a elementos não cooperativos, como uma causa pessoal, por exemplo.

2.13.3 Cooperativismo No Meio Rural

Dentre todos os segmentos de cooperativismo, o agropecuário é o mais forte em termos econômicos e o que mais tem expressividade na balança comercial, pois além de atuar na exportação de commodities, também contribui para o abastecimento interno de alimentos e na industrialização de um grande número de itens, agregando, com isso, valor aos seus produtos. Praticamente todos os produtores agrícolas, dos mais variados produtos, juntam-se em cooperativas de todos os tamanhos a fim de obterem facilidades mercantis, tanto na venda quanto na

compra. Além disso, as cooperativas agrícolas facilitam o acesso às tecnologias e técnicas, pois a contratação de um profissional ou a aquisição de um maquinário pode ser rateada entre os cooperados. Dos vários serviços que normalmente são oferecidos pelas cooperativas agrícolas para seus cooperados, destacam-se o armazenamento, a aquisição de insumos e produtos, a assistência técnica, social ou educacional, bem como, é claro, a industrialização e a comercialização dos produtos. Para demonstrar a importância desse segmento cooperativo,

Dados da ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL (2001) dão conta de que as cooperativas brasileiras são responsáveis por um volume de transações econômicas equivalente a 6% produto interno bruto (PIB), sendo que as cooperativas agropecuárias faturam cerca de R\$ 20 bilhões ao ano, representando 22% do produto interno bruto do setor, que soma R\$ 90 bilhões. Há um contingente de 822.380 agricultores e 1.461 cooperativas em atividade que geram 107.158 empregos. (GONÇALVES, 2005, p. 3)

Como quase um quarto da produção agrícola nacional passa pelas cooperativas do país, e somando isso ao fato que grande parte dos produtores rurais se enquadram na agricultura familiar, deve-se dar uma grande atenção quanto a forma como essas cooperativas tratam os pequenos agricultores, em especial os agricultores familiares.

2.13.4 Cooperativismo E Agricultura Familiar

Se de modo geral o cooperativismo traz muitos benefícios, especialmente no âmbito agropecuário, já que a agricultura familiar também se vincula a esse modelo de organização e atuação. Isso porque, como indica Reisdorfer (2014), por mais que as cooperativas agropecuárias já iniciem com um porte considerável, a grande maioria dos seus associados é pequenos agricultores familiares, que veem nas cooperativas uma forma de superar as dificuldades criadas pelo sistema capitalista.

A organização cooperativa oferece alguns benefícios para as famílias que se associam e cooperam entre si. Segundo Figueroa (*apud* SILVA, 1998), a agricultura independente possui menos poder diante do mercado, o que reduz o poder de lucro e a marginaliza diante do mercado. Uma organização coletiva tem uma força maior diante dos compradores, pois há maior possibilidade de estocagem, transporte ou processamento. Assim, o agricultor tem expandido o seu poder de barganha, não de

maneira abusiva ou desleal, mas de maneira justa, trazendo benefícios a todos os envolvidos.

Um quesito a ser observado é o fato de que a gestão da cooperativa deve ser feita de maneira coletiva e democrática – um dos princípios do cooperativismo. Isso porque é possível que alguns gestores de cooperativas podem se achar “donos” de tais entidades, e direcionar as ações de modo que somente eles venham a ser os beneficiados – o que descaracteriza uma ação de cooperação. Para que isso não ocorra – ou seja dificultado – é importante a participação nas assembleias e a informação sobre quais são as reais atividades desenvolvidas pelas cooperativas⁵.

2.14 AGRICULTURA E SUSTENTABILIDADE

Outra questão extremamente importante na análise contemporânea sobre a agricultura, principalmente familiar, é a questão da sustentabilidade. Por mais que o termo seja relativamente novo - anos de 1960 em diante -, ele é usado para análises de viés econômico, ambiental, social, dentre outros.

2.14.1 Definições E História Do Termo Sustentabilidade

A preocupação humana com os recursos naturais não é novidade. Ao longo da história, as regiões mais férteis e com abundância hídrica e natureza amena sempre chamaram a atenção e despertaram o interesse das mais diferentes civilizações. Especialmente para a agricultura, que depende de tais recursos. Esse é um dos pontos da expansão europeia à América, por exemplo. Até o início do século XX, quando ainda a atenção era voltada somente aos ambientes mais próximos, dentro das fronteiras, poucas eram as preocupações em relação ao planeta. Por uma série de fatores, que vão desde as consequências das duas grandes guerras até uma perspectiva mais abrangente dos diferentes povos, o surgimento da Organização das Nações Unidas muda um pouco essa forma de pensamento mais centrada só nas localidades e passa a ter um caráter mais global.

⁵ No próximo capítulo, quando for falado sobre a história e a queda da Coopagro, esses temas serão retomados.

São promovidas algumas Conferências Globais, durante as quais temas importantes são discutidos e alguns acordos são ratificados. Dentro do tema ambiental, por exemplo, há destaque para o Protocolo de Quioto, da década de 1990 e o Acordo de Paris, nos anos 2010. Muito embora a ONU não tenha a função de Estado, é ela que contribui para o direcionamento de ações globais, a fim de garantir uma série de benefícios aos povos, como, por exemplo, paz, garantia de direitos humanos e relações comerciais. Na conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, no ano de 1972, é apresentado, pela primeira vez em âmbito mundial, o conceito de Eco-desenvolvimento, por Ignacy Sachs, que foi precursor do conceito de desenvolvimento sustentável (BACHA, 2010). A passagem de um conceito para outro se deu pelo fato de que um desenvolvimento sustentável vai além das questões ambientais (VEIGA, 2010).

Já onze anos depois, a ONU instituiu a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, cujo conceito central é o desenvolvimento sustentável. O curto espaço de tempo entre a apresentação do conceito e a aceitação e utilização do mesmo indicam a importância do tema.

Por mais que os termos possam ser confundidos ou mesmo mesclados, existem algumas diferenças sutis entre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, já que esta é integrante daquela. Para uma exposição mais didática, faz-se a diferenciação de ambas.

2.15 SUSTENTABILIDADE

O conceito de sustentabilidade está na gênese do conceito de desenvolvimento sustentável. Cavalcanti (1995) indica que a sustentabilidade é “a possibilidade de continuidade de condições semelhantes ou superiores de vida para um conjunto de pessoas e seus sucessores em determinado ecossistema” (p. 17). Assim, a sustentabilidade se desenvolve em várias perspectivas, já que ela, por sua constituição, é bastante abrangente.

Existem várias áreas importantes para alcançar a sustentabilidade, mas três delas são as mais significativas, a saber, Ambiental, Social e Econômica⁶. Até por que, historicamente elas foram facilmente colocadas como opostas ou antagônicas, e pareciam inconciliáveis: defender uma, quase sempre supunha atacar a outra.

2.15.1 Sustentabilidade Ambiental

Esse aspecto da sustentabilidade está diretamente relacionado com a natureza e seus recursos. O ser humano extrai da natureza o seu alimento e as demais necessidades, sejam naturais ou elementos naturais sintetizados. Entretanto, muitos desses recursos são finitos, como é o caso do petróleo e dos minérios. Além disso, a natureza possui uma dinâmica cíclica constante, recuperando no ciclo da vida elementos por ela gerados. Bom exemplo desse processo é o ciclo do carbono e da água.

Entretanto, muitas ações humanas, sobretudo nos últimos séculos, impactaram de maneira muito violenta a dinâmica natural do planeta. O uso de recursos não renováveis, a extração de mantos vegetais e, principalmente, a poluição.

Sendo assim, a sustentabilidade ambiental deve garantir a harmonia dos ecossistemas, para que a presente e as futuras gerações não sejam privadas dos recursos naturais que o planeta pode oferecer; para isso, o seu uso deve ser consciente. Assim, todos devem se empenhar em preservar o que ainda há e recuperar o que já está comprometido no ecossistema.

Vale destacar que o homem e o ambiente natural constituem uma unidade. Por isso, é necessário “uma ecologia que inclui o ser humano com a sua mente e coração, entrando num outro estado de consciência, numa nova veneração diante de cada ser. Esta é uma ecologia também espiritual, uma ecologia integral” (BOFF, 2000, p. 89).

2.15.2 Sustentabilidade Social

⁶ Também existem outras perspectivas, que são correlacionáveis, como o viés ético, cultural ou política, como apontam Caporal e Costabeber (2002).

O aspecto social da sustentabilidade está vinculado à vivência humana em suas mais variadas perspectivas. O ser humano, sendo um ser social, tem necessidades básicas que precisam ser atendidas. As ações de uma sociedade sustentável devem indicar melhorias nas condições que os seres humanos apresentam. Sobretudo, populações que sofrem, seja por doenças, seja pela fome ou por quaisquer outros fatores.

Assim sendo, a sustentabilidade social deve estar pautada na responsabilidade social dos atos e ações desenvolvidas, além de ter a justiça social como ponto central, promovendo uma melhor distribuição de renda e dos bens produzidos pela sociedade (SACHS, 2003).

2.15.3 Sustentabilidade econômica

A última perspectiva de sustentabilidade a ser abordada nessa parte do trabalho é a sustentabilidade econômica. O aspecto econômico, ao longo da história do desenvolvimento, muitas vezes se embateu com o aspecto ambiental, ou até mesmo social. Todavia, como os recursos naturais devem ser gerenciados de maneira consciente para uma sociedade sustentável, a economia também deve fazer parte das reflexões (SACHS, 2003).

Sendo assim, não é somente o aumento de produção a todo custo que deve ser visado, posto que isso possa impactar de maneira negativa a esfera ambiental. Também não se devem desconsiderar os impactos econômicos, a médio e longo prazo que as mudanças sociais ou ambientais podem provocar, caso não sejam fomentadas ações de sustentabilidade.

2.16 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Já tendo esclarecido, brevemente, o que vem a ser a sustentabilidade, cabe abordar a importância do desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura familiar. Na medida em que são desenvolvidas ações que atentem para a questão da sustentabilidade, nas suas diferentes perspectivas, atende-se não só a uma dimensão, mas a sustentabilidade como um todo. Desse modo, é necessário que o desenvolvimento leve em consideração questões ambientais, sociais e econômicas.

Ao longo do tempo, o conceito de desenvolvimento esteve, na maioria das vezes, atrelado apenas à questão econômica. Por isso, é tão importante observar os demais fatores que formam a tríade do desenvolvimento sustentável.

Das várias concepções existentes sobre o desenvolvimento sustentável, muitas com pequenas variações, a definição oferecida pela conferência da ONU no Rio de Janeiro, em 1992, é uma das mais aceitas. Segundo ela, “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”. Por isso, a sustentabilidade não se fecha nela mesma, em termos de geração, mas se estende ao futuro.

Pela sua importância, o conceito e as práticas sustentáveis estão em vários ambientes. Existem construções sustentáveis, que só usam recursos renováveis; veículos que poluem menos – ou não poluem; indústrias que usam fontes renováveis de energia; incentivos para a produção e o uso de materiais oxibiodegradáveis; reciclagem de vários produtos. Sendo um dos espaços onde o desenvolvimento sustentável tem destaque a agricultura, especialmente a familiar.

2.16.1 Desenvolvimento Sustentável Na Agricultura Familiar

A agricultura, por si só, possui uma interação muito forte com a natureza, a qual provê os recursos básicos para o desenvolvimento das atividades agrícolas, como o solo, sol, água. Por isso, o uso adequado e consciente desses recursos deve ser constante. Os agricultores, de modo geral, sabem da importância desses recursos. Se a agricultura familiar tende a se preservar em relação à família, ao espaço e aos costumes, é natural que os recursos naturais também sejam preservados, pois são eles que, no futuro, garantirão a continuidade do núcleo familiar.

Ações de preservação ambiental de matas ciliares não devem ser vistas como perda de uma parte da propriedade, mas sim, como uma maneira de garantir que ainda existam naquele espaço recursos naturais importantes em si mesmos. O correto manejo das áreas ocupadas é extremamente importante para preservação do solo e a produção das futuras plantações. Elementos causadores de poluição como detritos da produção mal administrados como o chorume nos rios ou

agroquímicos utilizados de maneira indiscriminada, podem trazer consequências desastrosas.

Os aspectos ambientais não são os únicos a serem observados pelos sujeitos da agricultura familiar e que tenham relação com o desenvolvimento sustentável. O fator econômico também é muito importante, já que é por meio dele que o núcleo familiar tem sua subsistência. A esfera econômica é importante, já que, em geral, não são muitos os recursos financeiros disponíveis na família, se forem comparadas ao agronegócio. Sendo assim, a necessidade de desenvolvimento financeiro é indispensável ao núcleo familiar.

O último elemento importante para o desenvolvimento é o aspecto social. A família é uma esfera social, um pequeno grupo social inserido, junto com outros grupos sociais, na grande sociedade. Quando há o desenvolvimento da família agricultora, os demais grupos que formam a sociedade se desenvolvem concomitantemente.

3 O MUNICÍPIO DE NOVA SANTA ROSA

3.1. O ESPAÇO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A agricultura familiar está presente em praticamente todo o território nacional brasileiro. Isso pode ser observado pelo fato de que os programas governamentais que atendem essa parcela de trabalhadores, já mencionados no capítulo anterior, estão presentes em todos os Estados da Federação. Pelo tamanho continental do território brasileiro, 8.515.767,049 km², segundo dados do IBGE (2017), a diversidade é gigantesca.

São vários os fatores, portanto, que devem ser considerados em pesquisa nessa área, para que os resultados da análise não sejam tendenciosos ou ofereçam uma generalização equivocada. Por isso, é importante que sejam levantados e analisados dados sobre o que será pesquisado, principalmente no que diz respeito à abrangência da população pesquisada, já que esses elementos podem otimizar ou então inviabilizar o uso das informações levantadas em outro ambiente. Por conta disso, é importante fazer um recorte sobre o espaço da investigação, relevando dados que possam ser significativos para a conclusão do trabalho.

Por mais que já existam várias pesquisas etnográficas e de estudos de casos sobre a população rural brasileira e seus hábitos e costumes, como o conceito de “ruralidade”, conforme os estudos de Maria José Carneiro (1998), ou da pesquisa sobre identidade rural jovem, de Lucas Magno e outros (2010), e muitas delas focando na agricultura familiar, poucas foram realizadas na região oeste do Estado do Paraná. Isso não significa que tais pesquisas não tenham importância em âmbito nacional, somente indicam que os temas são importantes e que também devem ser pensados de maneira cuidadosa, para que não ofereçam uma falsa generalização.

3.2 LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O município se localiza na região oeste do Estado do Paraná, de acordo com o que pode ser verificado no mapa do anexo 1. É integrante da região metropolitana de Toledo, sendo um dos seus 18 integrantes, mais especificamente nas latitudes de 24°27'50" S e longitudes 53°57'17"W, sendo a sua altitude média de 376m em relação ao nível do mar (NOVA SANTA ROSA, 2012). Os municípios com os quais

faz fronteira são Terra Roxa e Palotina, ao norte, Maripá, ao leste, Toledo, Quatro Pontes e Marechal Candido Rondon, ao sul e Mercedes a oeste, todos integrando a mesma região metropolitana (mapa contido no anexo 2).

3.2.1 O Oeste Do Paraná: Aspectos Históricos

A região onde foi realizada a pesquisa é situada no extremo oeste do Estado do Paraná. A região, como um todo, tem uma colonização relativamente tardia, se comparada com as demais regiões do sul do país, datando-se após o primeiro governo de Getúlio Vargas, de 1930 até 1945. Isso porque quase não havia população permanente na região até a década de 1920.

A recente história de colonização da região oeste do Paraná registra algumas peculiaridades que podem ser evidenciadas a partir dos movimentos de ocupação e colonização. Na década de 1920, a Coluna de Luis Carlos Prestes e Miguel Costa desvelou uma região de fronteiras vulneráveis e não plenamente integrada no território nacional. A apropriação do espaço e a organização do território tornaram-se fundamentais para a consolidação das fronteiras nacionais. (SCHALLENBERG et. al, 2005, p. 51)

Após a Revolução de 1930, o governo getulista, bem como o paranaense, conseguiram recuperar mais de 3 milhões de hectares que haviam sido concedidos para a exploração e povoamento – sendo que somente o primeiro dos pontos foi concretizado (NAVARRO-SWAIN, 1988). Dentre esses exploradores estrangeiros, com suas *obrages*, que eram explorações permitidas, destacam-se Julio Tomás Alica, argentino e com licença de exploração cedida em 1908 e a companhia Nuñez e Gibaja, com licenças cedidas a partir de 1905 (YOKOO, 2011). Ambos os grupos exploraram a extração de erva-mate da região que, posteriormente, compõem o município pesquisado. Vale destacar que a maior parte dos espaços da região era explorada por argentinos e paraguaios, que vinham a essa região somente como exploradores em busca, de madeira e erva-mate para comércio internacional (PRIORI, 2012). Com um caráter mais nacionalista do governo de Vargas, a ocupação desse território por brasileiros se tornou prioridade, o que ficou conhecido como “marcha para o oeste”.

É então que, nas duas décadas seguintes, a colonização da região é intensificada. Várias companhias colonizadoras particulares começam a trabalhar na

região, buscando, dentre outras coisas, agricultores de outros Estados. O trabalho colonizador estatal também havia, mas com menor relevância.

Dentre as empresas que atuaram no Oeste do Estado merecem destaque as companhias Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá); Pinho e Terras Ltda; Industrial Agrícola Bento Gonçalves; Colonizadora Gaúcha Ltda.; Colonizadora Matelândia; Colonizadora Criciúma; Sociedade Colonizadora União D'Oeste Ltda; e Colonizadora Norte do Paraná. (PRIORI, 2012, p. 82)

Essas várias companhias particulares tinham diferentes *modus operandi*: cada uma dessas empresas tratava a terra de diferentes modos, sua exploração, sua divisão e sua venda, além da infraestrutura oferecida aos colonizadores. Essas distintas características imprimiram nos espaços colonizados tendências associadas àquelas desempenhadas pelas colonizadoras. Embora decorrido mais de meio século desde o início da colonização, ainda é possível identificar elementos originais da ação das colonizadoras, como por exemplo, a malha viária rural, ou mesmo a população descendente dos colonizadores pioneiros.

Como a região de abrangência que será analisada nesta pesquisa foi inicialmente colonizada pela Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná Limitada – Maripá, cabe uma investigação de como era o seu *modus operandi*.

Sediada na cidade de Toledo, a companhia era formada por sul-rio-grandenses, adquiriu suas áreas da antiga Fazenda Britânia, de 100 mil alqueires paulistas, num valor de 15 mil contos de réis, no ano de 1946. A Fazenda Britânia, que pertencia à “Madeira del Alto Panará”, com sede em Buenos Aires, Argentina e que inicialmente era de capital inglês (IBGE, 2016, Nova Santa Rosa, 2012), por sua vez, já havia sido adquirida por meios legais do Estado do Paraná, o que dava uma maior tranquilidade aos colonos oriundos do Sul do país. Esse elemento de compra já legalizada não era tão presente nas demais empresas colonizadoras, o que em muitos casos, resultou em conflitos (WESTPHALEN, 1988). Sendo assim, segundo aponta Priori (2012), a Maripá “teria sido a única colonizadora da região a garantir tranquilidade e segurança depois da devida compra dos lotes” (p. 84), que muitas vezes eram comercializados por valores irrisórios e até por meio de escambo. “Dez alqueires de terra chegaram a valer uma espingarda calibre 32 e uma novilha” (COLOMBO, 2001, *apud* PRIORI, 2012, p. 84).

O nome da Colonizadora, assim como de outras que atuavam na região oeste, como a Pinho e Terra Ltda., por exemplo, já indica um hábito significativo: a

exploração da madeira. Era comum, antes da divisão e venda dos lotes, a extração da maior parte da madeira (PERIS, 2003), principalmente aquela que margeava o Rio Paraná e de alguns de seus afluentes brasileiros, já que eram escassas as estradas e não havia malhas viárias para o escoamento da madeira, sendo o transporte fluvial a melhor opção. Grande parte dessa madeira, beneficiada ou bruta, era escoada, via rio Paraná, até a região de Buenos Aires, na Argentina, onde uma parte significativa era beneficiada e exportada para reconstrução da Europa pós-guerra (Nova Santa Rosa, 2012). Como os agricultores que para cá vinham se interessavam mais pela terra, e esse processo de exploração já estava em desenvolvimento na região, a prática do desmatamento e extração da madeira não era considerada prejudicial.

Outro ponto significativo em relação à forma de atuação da Colonizadora Maripá é a seleção prévia dos seus compradores e a distribuição dos mesmos nos espaços a serem colonizados. Dava-se preferência aos sul-rio-grandenses e catarinenses com ascendência alemã e italiana. Embora houvesse a chegada de outros grupos, estes eram em número bem menor. Além disso, a colonizadora, ao destinar a terra aos compradores, levava em conta a sua ascendência, sua religião (formando núcleos com tendências mais católicas ou protestantes) e sua região de origem. Não é a toa que muitas localidades que se desenvolveram a partir dessa colonização levaram o nome das cidades ou regiões de origem – como é o caso do município objeto da presente pesquisa, Nova Santa Rosa, além de outras localidades próximas, como Novo Três Passos e Novo Sarandi.

Sobre essa seleção prévia dos migrantes que vieram a formar a localidade de Nova Santa Rosa e seu entorno rural, a predominância é de pessoas de origem alemã. Segundo publicações oficiais do município, destinada à educação infantil,

A colonização de Nova Santa Rosa iniciou-se com a fundação, em 19 de setembro de 1954, sendo os primeiros colonos, originários do Município de Santa Rosa, Rio Grande do Sul, a maior parte de origem germânica, descendentes de imigrantes teutos (NOVA SANTA ROSA, 2012, p. 7).

Por conta desses elementos, a língua da localidade era a língua alemã, mesmo sendo a língua portuguesa a oficial. Programações religiosas eram e ainda são nesse idioma, pelo menos nas denominações religiosas mais tradicionais da localidade. O próprio sotaque, com proximidade entre alguns fonemas distintos e

alguns nomes e apelidos comuns indicam isso. Além do mais, ainda é oferecido o ensino do idioma na rede formal de ensino, não mais como disciplina regular, como era até o ano de 2001, mas na modalidade de contra turno. Alguns traços arquitetônicos de prédios públicos também fazem referência à arquitetura tradicional germânica, o que pode ser observado no Memorial do Colonizador e na Biblioteca Pública Municipal.

Sobre a questão da separação dos colonizadores por questões religiosas, tais traços são bastante sutis no município. Praticamente toda a zona rural tem aspecto laico, com exceção de algumas linhas, que possuíram num primeiro momento um predomínio de determinadas comunidades cristãs protestantes ou católicas. Essas denominações possuíam templos em zonas rurais, quase sempre subordinadas às igrejas da sede do município. Por uma série de fatores como êxodo rural, casamentos entre pessoas de religiões deferentes, mudanças para dentro ou fora do município, dificuldade de manutenção dos sacerdotes e perda de fiéis, muitas comunidades religiosas em zonas rurais fecharam seus templos e os membros remanescentes migraram para as comunidades da sede do município ou distritos, ou ainda, denominações mais próximas às suas crenças. Se por um lado houve o fechamento de algumas comunidades eclesásticas nas zonas rurais, 23 denominações religiosas cristãs distintas surgiram em todo espaço urbano. Ponto este que faz com que, de maneira jocosa, diz-se que Nova Santa Rosa possui muita fé diferente para o mesmo Deus – já que todas são cristãs.

Vale o destaque para comunidade de Alto Santa Fé, localizada ao norte da sede do município e que pertencia, antes do desmembramento, ao município de Palotina. Nessa localidade, a predominância maciça é Católica Apostólica Romana, sendo que poucas são as famílias daquela localidade que frequentam outras denominações religiosas, e quando o fazem, normalmente tem de ir para outros espaços, sobretudo para a sede do município.

Outro ponto importante a se destacar na divisão dos lotes rurais pela Colonizadora Maripá era o acesso a um curso d'água, estrada e acesso a algum núcleo urbano com relativa proximidade – não mais de nove quilômetros. Na sua maioria, eram lotes com cerca de dez alqueires paulistas de 2,4 hectares, habitualmente chamados de “colônias”. Um dos resquícios dessa forma de divisão e nomenclatura observada na forma popular sobre a produção agrícola das

propriedades: “*tantos* sacos de *grãos* por alqueire”, não sendo usado a nomenclatura formal e legal, dada em hectares.

Levando em conta o fato de que a região de Toledo tem como valor de referência 18 hectares para cada módulo fiscal e que são necessários mais de quatro módulos fiscais para que a propriedade seja caracterizada como de agricultura familiar, ou seja, 72 hectares, se um produtor rural possuir três “colônias”, ele ainda pode ser caracterizado como agricultor familiar.

Vale ainda destacar que, por conta da forma como as propriedades eram comercializadas, a tendência natural seria que esses espaços tivessem se desenvolvido, principalmente, de modo familiar. Diferente do que ocorreu predominantemente com outros espaços e com outras companhias que muitas vezes vendiam grandes áreas para a agricultura extensiva, a área oferecida pela Maripá já tendia ao uso familiar, não necessariamente de maneira exclusiva para a subsistência. A ideia de pequena propriedade e da utilização da mão-de-obra predominantemente familiar, como já foi indicado no primeiro capítulo, é uma das características mais significativas para a definição de uma atividade agrícola familiar.

Outro elemento que dá valor simbólico à colonizadora Maripá era a preocupação com a religiosidade dos seus clientes. Isso porque, nos aglomerados urbanos, ela oferecia um lote para a construção de um templo religioso e outro para a construção de uma casa para o sacerdote. Na época da colonização de Nova Santa Rosa, todos os distritos possuíam terrenos destinados a essa prática, inclusive Alto Santa Fé, que possuía somente uma denominação religiosa. Na época da colonização, havia a Igreja Católica Apostólica Romana, a Batista Independente, a Primeira Igreja Batista, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, a Igreja Evangélica Congregacional e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil, todas de caráter mais fundamentalista e conservador.

3.2.2 Histórico do município e suas localidades.

A emancipação do município, pelo menos em seus aspectos legais, deu-se de maneira paulatina. Segundo informações oficiais (Nova Santa Rosa, 2012), já no ano de 1968, no dia dois de setembro, houve um plebiscito na localidade, quando mais de noventa por cento dos eleitores indicavam a preferência pela emancipação.

As zonas urbanas de Vila Cristal, Nova Santa Rosa (pertencentes, na época, ao município de Toledo), Alto Santa Fé (que integrava Palotina) e Planalto do Oeste (pertencente à Terra Roxa) e suas respectivas zonas rurais próximas, tiveram de esperar uma lei estadual datada do dia 20 de junho de 1973 para a criação do município. Vale ressaltar que a comunidade de Novo Três Passos também foi convidada a integrar o novo município, mas como já havia participado, poucos anos antes, da emancipação de Marechal Candido Rondon em relação à Toledo, e somando o fato de que a distância das duas sedes serem praticamente a mesma distância da localidade, estes preferiram permanecer integrados ao município rondonense. Todavia, somente em 28 de abril de 1976, com a assinatura do então presidente Sr. Gal. Ernesto Geisel, houve a efetiva emancipação política e administrativa da localidade, tendo a publicação no Diário Oficial na data de 30 de abril do mesmo ano. Por conta desse processo, o dia 29 de abril é feriado municipal, junto com duas outras datas, a saber, o dia de Santa Rosa de Lima, padroeira da localidade, e a Reforma Protestante, nos dias 23 de agosto e 31 de outubro, respectivamente.

As primeiras eleições para prefeito foram no mesmo ano, no dia 15 de novembro. Não houve disputa eleitoral, já que somente um candidato concorreu. Tratava-se de Armindo Fischer, filho de Gustavo Fischer, que na época da emancipação foi quem mais se esforçou para que a localidade fosse municipalizada, indo repetidas vezes a Curitiba e intervindo junto à causa com deputados da região. Atualmente, o nome do Teatro Municipal, antes Centro Cultural, é em sua homenagem. É importante salientar a mobilização desempenhada por esse colonizador, já que ele fez todo um trabalho de base, tanto para a efetivação do município emancipado quanto demais elementos da localidade, como escolas e comércios.

Algumas informações oferecidas por munícipes que viveram naquela época, em especial Elio Miglorança, que foi o segundo prefeito da localidade, dão conta que, na época da assinatura de Geisel, já havia menos que o número mínimo de habitantes para que a localidade fosse transformada em município – que era de 10 mil. Todavia, quando da época do plebiscito, oito anos antes, eram mais de 12 mil habitantes. A Escola Santa Terezinha, de Vila Cristal, por exemplo, que hoje conta com menos de 50 alunos matriculados, já teve mais de 170 crianças. Foram vários os motivos para a diminuição da população do município. Várias ondas migratórias

levaram parte da população para outras regiões, como o Paraguai e os estados do Mato Grosso e Bahia. Outro fator foi o fechamento de alguns ciclos no meio rural, como a hortelã e o café. E por fim, muitos trabalhadores foram dispensados porque trabalhavam em setores que ofereciam uma infraestrutura inicial, como estradas ou a limpeza do mato para as lavouras posteriores. Na época da primeira gestão, havia meses em que uma mudança por dia saía do município, conta o ex-prefeito. Tanto, que o município chegou a ter menos da metade da população inicial nos anos de 1990.

Das várias entidades que participaram da construção histórica do município e que não existem mais, duas merecem destaque. A primeira é o Orfanato Lar Belém, tendo funcionado dos anos 1960 até os anos 2000; ele atendia crianças tanto do município quanto da região. De cunho religioso e assistencialista, ele era administrado por entidades religiosas locais. Grande parte dos recursos, porém, era oriunda da Alemanha e o gestor era um religioso alemão, mais uma vez indicando a relação social, histórica e cultural entre esses dois países. Atualmente, o mesmo grupo religioso ainda gere o hospital e o asilo da localidade, muito embora não mais de cunho assistencialista.

O segundo espaço da localidade, que foi muito significativo para a história local e regional, foi o Seminário Santo Américo. Fundado por religiosos húngaros exilados, esse seminário beneditino chegou a ter 60 internos, foi um espaço de efervescência cultural e religiosa católica da comunidade. Fechado desde a década de 1990, o local passou a abrigar atividades culturais, muito embora agora se encontre praticamente abandonado.

Por mais que a história do município seja relativamente homogênea, existem algumas peculiaridades que tornam as comunidades do interior diferentes umas das outras. A seguir, uma breve explanação sobre a história destas comunidades.

3.2.2.1 Planalto d'Oeste

A localidade de Planalto d'Oeste é a área mais a oeste do município. Ela ficava no limite das terras pertencentes à colonizadora Maripá; a colonização da localidade vizinha, Santa Rita do Oeste, foi feita pela Colonizadora Pinho e Terra. Não havia, na época da colonização, uma divisão por etnia ou por religiosidade na

região, mas uma velada divisão que tomou como base fatores econômicos. Isso porque muitas propriedades da região eram de espaço reduzido – cerca de cinco alqueires paulistas, em detrimento aos 10 dos demais espaços. Um resquício desse elemento histórico é que há uma grande quantia de pequenas propriedades ainda hoje na região. Além disso, esse fator fez com que muitos moradores migrassem da zona rural pra urbana e trabalhassem em Planalto mesmo, nas várias cerâmicas existentes.

Também houve um fluxo migratório muito forte na região de Santa Rita, que na época da colonização tinha um contingente de pessoas oriundas dos estados de São Paulo e Minas Gerais – comumente chamados de nortistas. Assim, a população de Planalto acaba tendo um contato muito próximo com essa população, seja por meio de casamentos, mudanças ou mesmo pelo contato com a comunidade vizinha.

Santa Rita foi um dos motivos que fizeram com que a comunidade de Planalto d'Oeste optasse em fazer parte de Nova Santa Rosa. Santa Rita era muito maior que Planalto, e por isso recebia muita atenção da prefeitura de Terra Roxa, da qual ambas eram subordinadas. Na ocasião da emancipação, Planalto tinha a sede municipal mais próxima, e por consequência, mais atenção do poder público. A distância de Planalto d'Oeste até Terra Roxa é de cerca de 30 quilômetros; já Santa Rita do Oeste fica a 24 quilômetros da sede municipal; a distância entre Nova Santa Rosa e o distrito de Planalto é de 13 quilômetros.

Conforme o senso populacional de 2007, a população do distrito é de 903 moradores, que se distribuem em 506 moradores das zonas rurais e 397 moradores da zona urbana. Já a escola municipal, um importante ponto referencial para se pensar a quantidade de pessoas na localidade, possui sete turmas, com um total de 71 alunos matriculados. É importante frisar que a distribuição dos alunos nas escolas leva em consideração a proximidade com o educandário, as linhas de ônibus e ainda fatores como facilidade de atendimento aos alunos, de acordo com a capacidade da escola – fatores relevantes pra a georreferenciamento dos estudantes.

3.2.2.2 Alto Santa Fé

A comunidade de Alto Santa Fé passou por um processo semelhante ao vivido pelos moradores de Planalto d'Oeste no que tange ao seu desmembramento do município de Palotina e a sua anexação à localidade da nascente Nova Santa Rosa. Alto Santa Fé fica a 25 quilômetros de Palotina e a nove quilômetros de Nova Santa Rosa. Também havia pouco zelo por parte da prefeitura pela comunidade, em detrimento a atenção que era oferecida a Maripá, na época, distrito palotinese. Quando da iminência da perda de uma parte do seu território para um município nascente, a prefeitura de Palotina até esboçou certa contrariedade à ideia, mas sem êxito.

A distribuição das pessoas na região era feita a partir de fatores religiosos, que se assemelhava com o vivido em toda região do atual município de Palotina, que fora administrado pela Colonizadora pela Maripá⁷. A população na época era predominantemente católica, de médios proprietários rurais – tanto que os nomes das localidades possuem relação com o catolicismo, em alusão ao São Vicente Palotti e a própria fé, respectivamente, Palotina e Alto Santa Fé. Ainda hoje, depois de mais de 50 anos, não há presença de outro templo religioso neste distrito, e as poucas pessoas que não são católicas participam dos cultos religiosos em outras localidades a fim de interagir com os membros da mesma fé.

A população da localidade, também de acordo com o senso de 2007, é de 838 moradores. Dentro do perímetro urbano há 136 moradores e 702 habitantes na zona rural; na escola municipal, há 87 estudantes distribuídos em sete turmas.

3.2.2.3 Vila Cristal

A distribuição das áreas de terra para o que viria a ser a comunidade de Vila Cristal ocorreu de forma a atender às características das pessoas oriundas, sobretudo, da região de Novo Machado e proximidades, em Santa Rosa - RS. Essa localidade integrava o município de Toledo, na época da emancipação, e já se via anexada a Nova Santa Rosa antes mesmo desta se tornar município, por conta da sua proximidade, bem como pelo fato de que suas estradas facilitavam a chegada para a cidade nascente. Primeiramente, a localidade era exclusivamente de gaúchos de origem alemã, sendo que as suas propriedades rurais eram, em geral, de 10

⁷ Parte do município foi colonizada pela Colonizadora “Pinho e Terra”.

alqueires paulistas, o que deu certa homogeneidade populacional inicial. Com as migrações e as mudanças de empreendimento rural, houve algumas mudanças também na sociedade local, sendo que hoje alguns se destacam em diferentes áreas – como produção leiteira e produção suína; formaram-se grandes propriedades mediante a compra de propriedades de vizinhos. É a única vila do município, sendo que as outras comunidades são distritos – entretanto, na prática, isso em nada afeta as relações políticas e administrativas locais.

Como Vila Cristal se separou de Toledo junto com a emancipação política de Nova Santa Rosa, não há um limite que separe as comunidades rurais da sede municipal – fato muito distinto em relação às comunidades rurais de Planalto d'Oeste e Alto Santa Fé, que possuíam fronteiras com Toledo e agora possuem com seus antigos gestores. Mesmo não sendo possível precisar o número de moradores da zona rural de Vila Cristal, sabe-se que a área urbana possuía 75 habitantes no ano de 2007. A distância da localidade até a sede do município é de 9 quilômetros pela estrada mais curta; o trecho pavimentado, mais utilizado em dias de chuva, tem 13 quilômetros. No que tange aos alunos regularmente matriculados na localidade, a Escola Municipal Santa Terezinha conta com 35 alunos, distribuídos em seis turmas, algumas multisseriadas, respeitando a questão do georreferenciamento.

3.2.3 Divisão Das Áreas Rurais do Município.

Como já indicado acima, a divisão das áreas de terra do município conserva ainda boa parte daquilo que foi estipulado pela colonizadora Maripá. A divisão original dos lotes possuía sempre uma parte beirando os rios [ou outros leitos, como córregos ou sangas] e uma parte beirando uma estrada principal – sendo que estas quase sempre localizadas nas partes mais altas da região e seguindo em linha reta. Vale destacar que as áreas urbanas tinham, ao seu redor, um grande número de propriedades menores, que poderiam no futuro ser divididas em lotes urbanos.

Essas informações podem ser observadas no mapa do anexo 3, onde os rios se destacam em cor azul escura, as sangas em azul claro e as divisões dos lotes rurais em cor preta. Do lado oposto dos rios e da maioria das propriedades havia as estradas principais. Ainda no mapa do anexo 3, no perímetro urbano, tanto os lotes como as chácaras são indicadas em cor amarela.

3.3 ASPECTOS NATURAIS DA REGIÃO PESQUISADA.

Tendo exposto a história de região em linhas gerais, também vale ressaltar, brevemente, os aspectos naturais da zona pesquisada. Esses dados são significativos, pois o trabalho agrícola está associado à natureza na qual se encontra inserido. Assim sendo, os hábitos, culturas e práticas desenvolvidas pelos agricultores pesquisados devem ser analisados a partir dos ambientes que os cercam.

3.3.1 Geologia

A região pesquisada está toda inserida no Terceiro Planalto Paranaense. De modo geral, nesse espaço predominam as rochas de origem vulcânicas, formadas, sobretudo, entre o período Jurássico e Cretáceo inferior, ou seja, há mais de cem milhões de anos atrás. Isso explicaria a ausência de fósseis na região, em detrimento a outras zonas geológicas paranaenses (MINEROPAR, 2001). O solo é, por sua origem e pela alta quantia de ferro presente, de coloração avermelhada, chamado comumente de “terra roxa”, expressão que também nomeia um dos municípios ao norte de Nova Santa Rosa. Esse tipo de solo é muito fértil, e propício a uma ampla gama de culturas, já que oferece nutrientes necessários sem a necessidade de adubação inicial (ALMEIDA, 2012). A denominação oficial e acadêmica é de que o município tenha em seu chão, Latossolo. (FEIDEN et. al. 2011; NOVA SANTA ROSA, 2012). Esse tipo de solo é propício à agricultura, já que possui altos índices de ferro, alumínio e sílica, o que faz com que ele seja rico em nutrientes e de fácil adubação, quando necessário (KER, 1997).

Essas características do solo foram amplamente usadas nas campanhas publicitárias nos Estados mais ao sul do Paraná:

O sucesso da agricultura nas áreas de domínio dos Latossolos Roxos (...) parece confirmar a grande potencialidade agrícola destes solos, quer pela fertilidade natural, facilidade e resposta à correção da fertilidade quando for o caso e, ainda, pela possibilidade ampla de mecanização e mesmo de irrigação em alguns locais. (KER, , 1997 p. 21)

3.3.2 Geografia Natural

O solo, no Oeste do Paraná, apresenta um relevo de ondulações suaves. Cerca de setenta por cento da região possui esse tipo de relevo, conforme dados do município (Nova Santa Rosa, 2012 p. 25). Existem ainda cerca de vinte por cento de espaços de relevo plano e somente dez por cento de relevo mais acidentado. Assim, cerca de noventa por cento do espaço agrícola da região é mecanizável e de fácil manejo. Como o município se encontra na margem esquerda do rio Paraná, que segue para o sul, os platôs se encontram numa direção ascendente do oeste ao leste (FEIDEN et. al. 2011). Embora existam platôs e vales, a média de elevação em relação ao nível do Atlântico é cerca de 370 metros.

Outro ponto que vale destaque é a abundância hídrica da região: muitos rios, córregos ou sangas. Como já citado anteriormente, foram os cursos d'água que serviram de base para a divisão dos lotes pela colonizadora Maripá. Isso só foi possível por que são muitos os cursos d'água, fato que pode se percebido nos mapas que retratam o município. Também por isso, são relativamente comuns as represas, açudes – destinados à criação de peixes para consumo próprio e para comercialização informal ou seguindo padrões formais - e demais espaços agrícolas que utilizam recursos hídricos.

Vale destacar que é partindo dos córregos e demais cursos da água que se costuma mensurar e indicar as comunidades locais. As chamadas 'linhas' indicam a região de habitação, levando o nome dos rios das suas proximidades. Só depois da indicação das linhas é que os agricultores se referem aos núcleos urbanos mais próximos ou outros pontos de referências significativos. O sistema de localização formal, como o presente nas correspondências ou sistemas de distribuição de energia elétrica, também segue essa indicação.

3.3.3 Clima e Chuvas

O município de Nova Santa Rosa está inserido na classificação climática do tipo Cfa, de acordo com Köppen (FEIDEN et. al. 2011; BILSKE, 2011). Segundo essa classificação, o município é de clima subtropical, com verões quentes e com pouca incidência de geadas nos períodos frios. Além disso, não existem estações de

seca prolongada e quando ocorrem são tratadas como inabituais. A média de precipitações pluviométricas na região gira em torno de 1500 milímetros anuais, com maior incidência nos períodos de calor, entre os meses de dezembro e fevereiro (FEIDEN et. al. 2011). A média oficial de precipitações pluviométricas gira em torno de 150 milímetros pluviométricos mensais (NOVA SANTA ROSA, 2012).

3.3.4 Vegetação nativa

Por mais que os espaços do estado do Paraná sejam caracterizados por suas amplas matas de araucária por pessoas de outros estados, a região oeste do estado não se encaixa neste estereótipo. A região oeste, com algumas exceções que não afetam o município estudado, se encontra em outro tipo de classificação vegetal. Trata-se da Floresta Estacional Semidecidual; distinta, portanto, da floresta ombrófila mista, região da predominância das araucárias.

Como já mencionado acima, essa forma de vegetação é propícia para o crescimento de grandes árvores, que em muitos espaços eram retiradas pelas colonizadoras antes da entrega dos lotes aos colonizadores. Quando da chegada destes, foram as florestas que ofereceram os primeiros recursos para a construção das primeiras casas e galpões de madeira. Além disso, não era rara a caça, já que havia muitos animais que serviam como alimentos.

Todavia, a maior parte das matas nativas foi reduzida a pequenas reservas obrigatórias ou matas ciliares, sobretudo na época da colonização da região. A necessidade de espaço para a agricultura extensiva e a ideia de dominação que se deveria exercer sobre a mata, sem os princípios atuais de ecologia e/ou preservação, fez diminuir em grande escala a fauna e a flora original, fazendo com que muitas espécies vegetais e animais sejam hoje considerados raros ou em perigo de extinção (IPARDES, 2003). Atualmente, com os princípios de sustentabilidade já indicados acima, é possível a superação da perspectiva unicamente extrativista em relação às matas da região, por meio de manejos conscientes e sustentáveis.

Levando em consideração tais aspectos presentes na história geral e os aspectos naturais da região, é mais fácil a compreensão de alguns elementos da construção da identidade, de alguns hábitos dos sujeitos pesquisados. Pode-se também compreender a socialização dos sujeitos da região e a formação de sua

identidade. Como o sujeito é influenciado a ser o que é a partir da sua história e de seu meio, pensar a identidade de um grupo deve levar em esses aspectos.

3.4 A AGRICULTURA FAMILIAR NO OESTE DO PARANÁ

Partindo das informações já mencionadas acima sobre a região a ser pesquisada, pode-se agora dar uma atenção mais detalhada à agricultura familiar nesse mesmo espaço geográfico. Parte-se, para isso, dos trabalhos já realizados e dos dados já publicados pela comunidade científica e acadêmica. Pelo fato de a agricultura familiar ser um conceito relativamente novo, reportando-se aos anos de 1980 e 1990, pelo menos no Brasil, os dados que aparecem são posteriores a essa época.

Uma das primeiras fontes de informações sobre o assunto na região Oeste do Paraná é o Censo Agropecuário realizado entre 1995 e 1996. Conforme os dados analisados por Taschetto et.al. (2007),

Na região Oeste do Paraná, área de abrangência da Emater *do Oeste do Estado*, que envolve 30 municípios, o número total de propriedades é de 29.166 que ocupam uma área de 1.090.018 hectares, das quais 25.678 são propriedades familiares ocupando uma área de 514.506 hectares. O Valor Bruto de Produção (VBP) das 29.166 propriedades é de R\$ 583,9 milhões, sendo as propriedades familiares responsáveis por R\$ 334 milhões do VBP total. (p. 26 Grifos nossos)

Embora esses dados representem informações de mais de vinte anos atrás, os dados das últimas pesquisas, como os do Censo Agropecuário de 2006, indicam que as variações não foram tão significativas no que diz respeito à porcentagem e área.

Outro ponto levantado sobre a agricultura familiar no Oeste do Estado do Paraná aponta sobre a diversidade de produção, bem como as agroindústrias artesanais, que extrapolam as questões somente agrícolas. Segundo alguns autores (TASCETTO et. al., 2007; NAZZARI et. al., 2007), a região Oeste do Paraná sempre foi propícia à agroindústria artesanal. Por meio da produção de alguns produtos para consumo e para a venda, os produtores rurais podem produzir renda nas entressafras, além de suprir a necessidade familiar e local, por meio da troca, por exemplo:

Os exemplos disso são os moinhos de milho, trigo, fabricação de queijos, salames, doces, pães, bolachas, açúcar mascavo, vinhos, pinga, ferramentas para o trabalho agrícola, cestos, peneiras, acolchoados de lã de carneiro, roupas e calçados em geral e outros itens que julgassem necessário para o trabalho e bem-estar da família. (TASCETTO, 2007, p. 27)

Segundo Nazzari (2007), vários fatores contribuíram para essa postura, como a distância em relação aos centros comerciais urbanos ou os preços dos produtos, além da qualidade dos produtos artesanais. Entretanto, vale destacar que o fator distância em relação às cidades não poderia ser tão significativo na área de atuação da Colonizadora Maripá, por conta da infraestrutura já mencionada anteriormente.

3.5 DADOS ATUAIS DO MUNICÍPIO

Levando em consideração os dados do IBGE para o ano de 2010 no município (*apud* NOVA SANTA ROSA, 2012), o total de habitantes é de 7625, distribuídos entre 3791 e 3834 pessoas do sexo masculino e feminino, respectivamente. Tomando como base os dados de 2000, houve um acréscimo de 9%. Desse total, a maioria habita as zonas urbanas, somando 5315 habitantes. Os demais, cerca de 30%, ou seja, 2310 habitantes, com 1188 do sexo masculino e 1122 do sexo feminino, são moradores distribuídos nas áreas rurais. A população estimada para o ano de 2017 é de 8140, segundo dados do Ipardes e do IBGE.

O Produto Interno Bruto (PIB) do município, que é a soma de todas as riquezas financeiras e materiais da cidade, gira em torno de 275 milhões de reais, sendo que o Valor do PIB per capita é de R\$ 34.201,00, segundo dados de 2014 (IPARDES, 2017). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) calculado para o ano de 2010 é de médio desempenho, constando um valor de 0,731. A expectativa de vida é de 73,5 anos. A frota total de carros do município é de 6272, sendo que destes 3018 são de automóveis, 1052 são de motocicletas e caminhões; caminhonetes e camionetes, que são mais adequadas para as zonas rurais, somam 1571 (DETRAN *apud* IPARDES, 2017). Por não haver regulamentação sobre o uso de tratores e maquinários agrícolas, como colheitadeiras e pulverizadores auto-propelidos, não existem dados desses veículos no sistema do DETRAN. Já, segundo dados da Emater de 2010, são 94 Colhedeiras; 8 Conjuntos de Fenação; 80 Distribuidores de Esterco; 177

Plantadeiras e 556 Tratores. (EMATER *apud* NOVA SANTA ROSA, 2017). Esses números aumentaram, já que algumas linhas de crédito agrícola dos últimos anos – como o Programa Mais Alimentos e o próprio PRONAF, citado acima – facilitaram o acesso a alguns maquinários. Os valores arrecadados pela municipalidade, no decorrer do ano de 2016, foi superior a 29 milhões de reais, segundo dados oficiais do município (NOVA SANTA ROSA, 2017).

Assim como a maior parte do território nacional, a maior parte dos serviços básicos necessários à população nova-santa-rosense é oferecida pelas esferas públicas, em detrimento à iniciativa privada. Existem quatro postos de saúde com consultórios médicos e odontológicos e quatro escolas municipais de ensino fundamental, distribuídos nos quatro núcleos urbanos. Além disso, na sede do município, há o atendimento de um Centro de Educação Infantil, um Colégio Estadual, único que oferece Ensino Médio, um polo de Educação à Distância, com cursos semipresenciais de graduação. O total de estudantes atendidos no município, segundo dados do MEC (*apud* IPARDES, 2017), é de 1491. Segundo a mesma fonte, a taxa de analfabetos com 15 anos ou mais é de 3,1%, segundo dados do censo demográfico de 2010 (IBGE *apud* IPARDES, 2017). Além das escolas públicas, existem programas, principalmente municipais, de incentivo à cultura, ao esporte e às artes. Grupos folclóricos, bandas marciais, coros musicais, equipes esportivas de várias modalidades são bons exemplos de atuações públicas e privadas nessas áreas. Nesses grupos, há uma boa possibilidade de interação social entre diferentes grupos, integrando sujeitos urbanos e sujeitos rurais, segundo dados e informações oferecidas pela população da localidade.

3.6 DADOS AGRÍCOLAS DO MUNICÍPIO

Alguns dados agrícolas do município, no que tange à frota agrícola pra o ano de 2010, já foram indicados acima. O uso da mecanização é amplo, em virtude da facilidade de manejo. O total de trabalhadores rurais contratados no ano de 2010 foi de 2017. Os financiamentos agropecuários oferecidos aos produtores do município foram superiores a R\$ 55 milhões, em 951 contratos diferentes, sendo que a maior parte desse valor (R\$ 32 milhões em 750 contratos) foi destinada à agricultura, tomando como referência valores de 2016 (BACEN, *apud* IPARDES).

3.6.1 Uso Do Espaço E Tipos De Estabelecimentos

A área total do município é de 207 km², ou 20700 hectares. Desse total, os dados de 2006, revisados após o senso agropecuário de 2012 (IBGE, *apud* IPARDES, 2017), indicam um uso de 7730 ha em lavouras temporárias (como soja e milho), 5296 ha usados para a pecuária e a criação de animais, e ainda 39 ha em lâminas d'água e a mesma quantia em lavouras permanentes (com pomares, por exemplo).

Quanto ao tamanho das propriedades e a quantia de cada faixa de área: com até 12 hectares existem 1.091 áreas diferentes (o que representa 62,9% das propriedades); entre 12 e 24 hectares são 433 propriedades (24,9%); acima de 24 hectares existem 210 propriedades, que representam 12,1% das propriedades rurais do município (NOVA SANTA ROSA, 2017). Também segundo dados oficiais, das 1734 propriedades rurais no município, a maioria esmagadora, 1079, pertence a produtores familiares e apenas 118 a produtores empresariais, muito embora não se tenha clareza sobre quais critérios foram utilizados para se chegar a estes números.

3.6.2 Produção Pecuária

A produção pecuária é um dos alicerces econômicos do município. Os dados de 2015, apresentados pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2017), indicavam um rebanho bovino de 11876 cabeças, sendo que 5555 de vacas produtoras de leite. A produção leiteira girou em torno de 21.8 milhões de litros, num valor comercial superior a R\$ 22 milhões. Já a produção de suínos, no mesmo ano, foi de mais de 220 mil cabeças, sendo que a maior parte em regime de parcerias com as empresas do ramo, o que dificulta a obtenção de lucros compensadores, já que elas abocanham a maior fatia do lucro. Pelo mesmo motivo, não se pode informar, com clareza, qual foi o montante produzido nos aviários, com seus 2.2 milhões de aves. Os rebanhos ovinos, caprinos e equinos também estão presentes no município, porém com menos impacto econômico. Além disso, 1.5 toneladas de mel e 150 mil dúzias de ovos de galinhas renderam aos produtores R\$ 13 mil e R\$ 330 mil, respectivamente.

Os novos dados oferecidos no ano de 2017, que foram publicados em sites oficiais juntamente com uma campanha publicitária oficial em alusão ao aniversário de 41 anos de emancipação político-administrativa, trazem números mais favoráveis em diversos setores agrícolas. Mesmo sem indicação das fontes de tais dados, o fato de serem publicados de modo oficial, apresenta uma série de novas informações. Segundo o material, a área total do município é de 20.483 hectares, sendo que 14.511 são de uso agrícola, mas sem indicar se são pastagens, lavouras permanentes ou temporárias. A produção indicada é dada em valores mensais, e não anuais, como em outras fontes consultadas. São 330 mil quilos de peixes produzidos por mês; mais de 76 mil litros de leite bovino; a produção mensal de aproximadamente 920 mil frangos e 37 mil suínos.

3.6.3 Produção de Culturas Temporárias

A produção agrícola é aquela que mais se destaca na economia municipal. Além da produção de divisas, ela emprega uma boa parcela de trabalhadores em unidades de recebimento e toda uma frota de maquinários para a sua produção e logística. As quatro culturas que mais se destacam são a soja, o milho, a mandioca, e o trigo, nessa ordem de produção. Como há somente uma indústria de beneficiamento de mandioca no município, a maior parte de toda a produção é escoada via rodovia para portos ou unidades industriais em outros municípios.

No ano de 2015, também segundo dados do IPARDES, as divisas geradas pelo cultivo de soja em 13 mil ha foram superiores a R\$ 45 milhões, numa produção de 47 mil toneladas e rendimento médio de 3451 quilos por hectares, ou, de acordo com a fala local, quase 140 sacas por alqueire. O milho, outra planta de grande valor econômico, gerou R\$ 28 milhões, praticamente na mesma área ocupada pela soja, com uma produção superior a 86 toneladas e a média de 263 sacas de 60 quilos por alqueire, ou 6533 quilos por hectare. Trigo e mandioca geraram R\$ 878 mil e R\$ 2.5 milhões, respectivamente (IPARDES, 2017). Naturalmente, tais números não podem figurar como absolutos, já que em cada ano, por conta de intempéries climáticas, eventuais moléstias ou mesmo o uso de diferentes tecnologias acabam por afetar a produção.

3.7 EMPRESAS ATUANTES NO MUNICÍPIO

O setor agrícola do município é um dos que mais movimentam a economia local. Por causa disso, não é estranho que sejam muitas as empresas que se interessam pelo setor, observando o nicho de mercado existente. A maior parte das empresas atuantes somente coleta os materiais agrícolas aqui produzidos e leva para outras cidades, ou mesmo comercializa com outras cidades. Por conta disso, a maior parte dos empregos indiretos produzidos pela agroindústria é gerada fora do município.

Poucas indústrias trabalham com matérias de origem agrícola dentro do município. As exceções são algumas micro indústrias alimentícias e a produção caseira. Com um pouco mais de destaque, existe um abatedouro de porcos e bovinos, que atua no processamento de carne e na produção de embutidos e distribui seus produtos por toda a região. Também há uma empresa de processamento de mandioca, que produz amido para o comércio regional e nacional, bem como algumas empresas de processamento de alimentos, que atuam em âmbito local e regional.

3.7.1 Cooperativas

A presença cooperativista na área agrícola do município é intensa, assim como ocorre na maior parte dos espaços onde há a agricultura familiar. Tanto no setor de grãos como na pecuária, as cooperativas são empresas referenciais de comercialização e assistência técnica aos produtores, além do setor financeiro, que também possui espaço para o cooperativismo. Quatro cooperativas possuem entrepostos espalhados em diferentes localidades.

Na área de recebimento de grãos, a Cooperativa Agropecuária Mourãoense (Coamo Agroindustrial) e a Cooperativa do Vale do Piquiri (C-Vale) possuem unidades de recebimento no município, além é claro, de equipes técnicas e lojas de produtos agrícolas, que vão muito além das lavouras, dando amplo suporte para os cooperados. Ainda, essas cooperativas trabalham como bancos, como é o caso da CrediCoamo, uma espécie de banco da própria cooperativa, que oferece vários serviços aos cooperados, como empréstimos, seguros e cartões.

Já no setor leiteiro e de criação de suínos e frangos, as cooperativas de maior destaque são a Cooperativa Agrícola Mista Rondon (Copagril), a Cooperativa Primato e a C-Vale. Essas cooperativas possuem entrepostos, parcerias com produtores e linhas de coleta de leite, e, muitas vezes, elas oferecem os mesmos serviços aos cooperados, promovem parcerias. Vale destacar que, para o agricultor ser associado de uma dessas cooperativas, ele deve atender uma série de exigências, o que, muitas vezes, não é visto como positivo.

Além dessas, uma cooperativa de crédito, o Sistema Cooperativo de Crédito, conhecido como Sicredi, que tem sua origem na agricultura, também tem presença no município, sendo que atualmente ela é de livre acesso e de atuação interestadual (Paraná e São Paulo, no caso da regional da agência da sede do município, em Nova Santa Rosa). Ela também oferece uma agência aos seus cooperados em Alto Santa Fé, junto com a unidade local da cooperativa C-Vale.

Algo que também merece atenção é a forma como muitas dessas cooperativas se colocam no mercado: alguns daqueles preceitos cooperativistas indicados no capítulo anterior são deixados de lado (Intercooperação e interesse pela comunidade, por exemplo), em detrimento à expansão. Por mais que suas gêneses foram a colaboração e desenvolvimento mútuo, observa-se que o crescimento acaba sendo o foco de tais entidades. Isso se observa pela preferência que se dá pelos grandes cooperados, grandes proprietários ou pessoas que possuem grandes valores e, por isso, podem trazer mais benefícios à cooperativa. Nesse sentido, poucas coisas diferem uma Cooperativa Agroindustrial ou uma empresa multinacional do setor. Essas questões serão retomadas no próximo capítulo.

3.7.2 A presença histórica da Coopagro no município

Acima, foram apresentadas duas entidades que foram importantes para a história do município, o antigo orfanato e o antigo seminário. A seguir, será indicada a terceira entidade que foi significativa, mas que já encerrou as suas atividades há bastante tempo.

Quando se trata sobre cooperativismo no município, é difícil não fazer referências à Cooperativa Agropecuária Mista do Oeste Ltda., comumente chamada

de Coopagro. Fundada na localidade de Vila Nova, interior de Toledo, nos anos 1970, ainda quando Nova Santa Rosa integrava aquele município, ela congregava a grande parte dos agricultores da localidade. Atuando no setor de grãos, suínos e leite, – esses dois últimos levados a Medianeira/PR para serem processados –, segundo as palavras de Irineo da Costa Rodrigues, presidente da Cotrefal (posteriormente Cooperativa Lar) de 1991 até 2007, “Até 1991, ela era a mais pujante do Oeste do Paraná” (MARIN, 2017, p. 2), atuando também de maneira forte na região noroeste do estado. No município, ela contava com um entreposto de recebimento de grãos, uma loja de insumos em anexo e ainda um supermercado. Como já comentado no primeiro capítulo, o cooperativismo é uma maneira de fortalecer os produtores rurais, e era esse o objetivo da Coopagro, tanto que os produtores daquela época ainda se lembram dos eventos e incentivos técnicos que foram possíveis por intermédio da cooperativa.

Todavia, após 1990, uma série de escândalos financeiros, uma gestão duvidosa, egoísta e não muito democrática, associado a interesses de outras cooperativas que viam na Coopagro uma concorrente a ser aniquilada⁸, a cooperativa não resistiu e decretou falência. Mesmo com os esforços de uma parcela dos cooperados, ela deixou de operar, e teve os seus bens leiloados, anos depois, para pagamentos de processos trabalhistas e de credores. Muito embora os credores tenham recebido o que a cooperativa lhes devia, nem todos os cooperados tiveram a mesma sorte. Atualmente, os vários entrepostos que foram da cooperativa são propriedades de cooperativas como a Cocamar, Coamo, Coopacol e C-Vale, além de empresas privadas espalhadas pela região.

3.7.3 Empresas privadas

Além das Cooperativas, existem ainda algumas empresas particulares que atuam no beneficiamento dos produtos de origem agrícola. Dentre as empresas de recebimento de grãos, a I-Riedi é a única do município que não é uma cooperativa. Já a produção leiteira, suína e avícola é negociada com empresas particulares

⁸ Para saber mais, ver texto de Calixipo de Paula Filho, presidente da Associação Comercial e Empresarial de Toledo na época do fechamento da Cooperativa, “A luta pela Coopagro e o curso de Medicina”, com mais informação nas referências deste texto.

locais, com destaque para as empresas BRF, Suinocultura Rambo, Globo Suínos, Bello Alimentos, Averama, Laticínios Líder e Latco, entre outros.

Embora sejam muitas as empresas atuando no setor leiteiro e de porcos ou frangos, as exigências são muitas e nem sempre o rendimento é o esperado ou prometido. É natural a frustração diante de um número cada vez maior de exigências feitas aos agricultores, especialmente na suinocultura, que, de certa forma, descaracteriza a gestão familiar da propriedade. Além do mais, os produtores, muitas vezes, são vistos como “empregados”, e, por isso, podem ser “dispensados” pelas empresas privadas ou parceiras, posto que estas sabem que outros agricultores sempre estão interessados em “mudar de firma”, ou seja, ingressar nas outras empresas, sempre com propostas tentadoras. Como muitos deles possuem os seus chiqueirões e aviários financiados, não podem correr o risco de ficar sem animais alojados, por isso, quando algo não agrada em uma empresa parceira, buscam aquelas que oferecem melhores perspectivas. As exigências nunca cessam e o risco de “não receber mais animais” é constante, por isso são feitos contratos que podem facilmente ser rescindidos.

3.8 PRODUÇÃO ORGÂNICA

Além das empresas e das cooperativas que atuam no setor agrícola municipal, a Associação de Agropecuária Orgânica de Nova Santa Rosa, cujo nome de fantasia é A Orga Rosa, também merece destaque. Fundada no biênio 2001/2002, e com uma sala comercial fixa, localizada numa das salas da rodoviária da cidade, a associação oferece aos seus clientes produtos alimentícios orgânicos e artesanais, como pães, doces, produtos *in natura*, dentre outros, além de não-alimentícios, como artesanatos em geral. Além do ponto fixo em horário comercial, há também uma feira de rua, uma vez por semana, às sextas-feiras, quando os associados trazem os seus produtos que possuem uma data de validade menor. É interessante salientar que esses produtores possuem identidade de agricultores familiares e orgânicos, posto que eles se socializam tomando como base esses elementos.

Vale ressaltar que a produção orgânica, sobretudo em relação aos alimentos consumidos pela própria família, é um dos pontos que embasa a agricultura familiar

ou o campesinato. E se há uma mobilização dessa atividade na localidade, ela já oferece indícios de que ainda há um viés campesino ou de agricultura mais destinada à produção de alimentos. No decorrer dos trabalhos, apresentar-se-á algumas famílias pesquisadas que também atuam, de maneira direta ou indireta, nessa associação.

Foi conversado, de maneira informal, com alguns clientes e associados d'A Orga Rosa e estes indicaram que a maior parte dos produtos comercializados é produzida na região, e não exclusivamente no município. Existem materiais processados nos municípios limítrofes – Toledo, Quatro Pontes e Maripá – e alguns produtos que tem sua origem de mais longe, como alguns óleos e essências, vindos de Estados do Norte ou mais ao sul do país. Constatou-se também que são poucas as propriedades rurais do município que focam na produção comercial de produtos diferenciados. Por exemplo, sempre há a demanda de amendoim ou de pipoca, e as poucas vezes em que esses produtos são levados à associação, a venda não demora. Outros produtos, como hortaliças, melado, geleia ou compotas também possuem uma boa aceitação comercial, mas são poucas as famílias que fazem, e quase todas mais próximas da sede do município. Os próprios sócios da associação sabem que muitas famílias produzem materiais diferenciados e de qualidade, mas não para o comércio, e sim para atender a demanda familiar – o que é lamentado pelos clientes.

3.9 CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CMDRS

No dia 31 de maio de 2017, por ordem do poder público municipal e por intermédio da Lei 1903/2017, foi criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. A criação desse Conselho é um marco importante para o desenvolvimento rural do município. Isso porque, pela primeira vez de maneira formalizada, há uma explícita atenção ao tema. Muito embora já existam algumas ações voltadas para a temática da sustentabilidade no âmbito municipal, nem sempre elas dialogam entre si. Com a criação do conselho, deve haver uma maior

consonância nas atividades, além de que um número maior de ações públicas pode ser oferecido aos empreendimentos rurais da localidade.

Já para a presente pesquisa, a criação deste Conselho poderá oferecer, em médio e longo prazo, dados mais precisos sobre a situação da sustentabilidade no meio rural. Nesse sentido, tanto esta pesquisa pode dar, já no presente, bases e informações para o CMDRS, quanto o CMDRS pode dar bases e informações a ela no futuro.

De todo o edital, os pontos mais significativos envolvem as competências atreladas ao conselho destaca-se:

O subsídio da formulação de políticas públicas estruturadas, com base nos princípios, diretrizes e objetivos do Plano Diretor Estratégico, com enfoque na:

Promoção do desenvolvimento do território rural com base na *sustentabilidade econômica e social*;

Proteção da paisagem rural;

Contenção da urbanização;

Conservação e recuperação dos fragmentos florestais, corredores ecológicos e áreas de preservação permanente; (...)

Propor estratégias de articulação com órgãos federais, estaduais e organizações não governamentais que contribuam para o desenvolvimento rural sustentável, especialmente por meio de ações relacionadas ao fomento à *agricultura familiar*, com ênfase na exploração agrícola de base agroecológica, ao turismo sustentável, à geração de emprego e renda no meio rural, à segurança alimentar à preservação e recuperação do meio ambiente ou à regularização fundiária rural; (Adaptado de NOVA SANTA ROSA, 2017, p. 1-2, grifos nossos)

O texto está em consonância com os elementos já elencados acima sobre a tríade que serve de base para o desenvolvimento sustentável – os vieses econômico, ambiental e social. Ainda se espera a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que deverá nortear as ações em âmbito municipal, a fim de amparar o desenvolvimento da zona rural com vistas à sustentabilidade.

Dentre as coisas que chamam a atenção é que a composição do referido conselho só leva em consideração integrantes da sociedade civil – no caso, os Sindicatos dos empregadores rurais e dos produtores, a associação comercial e a associação dos produtores orgânicos, cada um com um representante e um suplente – e o poder público – nas Secretarias de Agricultura, Meio Ambiente e Infraestrutura, Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Administração e Planejamento, também com um

representante e um suplente. O restante da população, caso não faça parte desses grupos, não terá representatividade. Além do mais, dos oito integrantes efetivos, somente três deles possuem vínculo direto com o meio rural, tanto do ponto de vista habitacional quanto do econômico. Não que isso seja um problema, mas a vivência da realidade e a acessibilidade do conselho a todos pode contribuir para que sejam alcançadas as expectativas. Nos três primeiros meses após a composição do Conselho, bom como da sua posse, ainda não foram realizadas reuniões públicas a fim de discutir assuntos relacionados ao tema do desenvolvimento, com exceção de uma, onde foram discutidas ações e planos gerais. Além disso, alguns membros já expressaram interesse em deixar o mesmo, o que ainda não foi efetivado.

.

4 A IDENTIDADE

4.1 A IDENTIDADE

O tema deste trabalho, já indicado no título e presente em todas as análises, é o processo de construção da identidade da agricultura familiar na localidade de Nova Santa Rosa. O primeiro capítulo é uma explanação sobre o que vem a ser a agricultura familiar. Já no segundo capítulo, o tema central é a localidade onde a pesquisa foi desenvolvida, apresentando informações históricas, geográficas e sociais da região e do município. Tratar-se-á sobre a *Identidade*, bem como suas definições, vertentes teóricas e as bases históricas sobre as quais está construída.

4.1.1 Significado Do Termo

O termo *identidade* não é novo. Oriundo da língua latina, a partir do radical *idem*, que significa igual, conforme Houaiss:

i.den.ti.da.de. *substantivo feminino*. 1 conjunto das características próprias e exclusivas de um indivíduo 2 consciência da própria personalidade <*crise de identidade*> 3 o que faz que uma coisa seja da mesma natureza de outra <*identidade de pensamentos*> 4 estado do que fica sempre igual <*a identidade das impressões digitais revelaram o assassino*> 5 documento de identificação. (Adaptado de HOUAISS. 2004, p. 396).

A palavra *identidade* tem, etimologicamente, implícita a questão da igualdade, da permanência ou da semelhança. Outras palavras têm relação com ela, como *identificar*, *identificação*, *idêntico*.

4.1.2 Etimologia do termo

A língua portuguesa, assim como a espanhola, a italiana ou a francesa, dentre outras, tem a sua origem na língua latina. Ao longo dos séculos, por mais que houvesse uma intensa modificação nos idiomas, como organização verbal, influência

de outras línguas, mudanças e trocas silábicas, muitas palavras, em diferentes idiomas, preservaram a origem latina. É o caso da palavra *identidade*. Oriunda do latim <Identitas>, a palavra recebe traduções no francês <Identité>, no italiano <Identità>, ou no espanhol <identidad> muito semelhantes ao termo em português. Até mesmo nas línguas que não têm ascendência direta do latim, como o inglês ou alemão, o termo é facilmente identificado em <Identity> e <Identität>, respectivamente (Abbagnano, 2003).

A raiz etimológica latina é *idem*, que significa “o mesmo, a mesma coisa”. Existe aí o conceito de semelhança, de igualdade e de relação possível entre aquilo que se está dizendo e outra coisa (CUNHA, 1997, p. 422). Ou ainda, alguns pontos em comum entre algo que se diz com as características que lhe são próprias.

Todavia, a palavra *identidade* não possui relação etimológica com outros termos que podem suscitar semelhanças. A palavra *ideia*, por exemplo, tem a sua origem na língua grega, significando “representação mental de uma coisa concreta ou abstrata, concepção intelectual, imaginação, lembrança” (CUNHA, 1997, p. 422). O radical *idio* também de origem grega, significa “próprio, pessoal, privativo”, que deu origem a uma série de termos, como *idioma* e até *idiota*, palavra que será retomada no decorrer deste texto.

4.2 RELAÇÃO DO TERMO COM A FILOSOFIA

O conceito de igualdade, do qual parte o termo, remonta à forma mais antiga de conhecimento teórico construído pela humanidade: a filosofia. Por isso, vale a pena revisar um pouco da história conceitual do termo, a fim de que a interpretação atual possa, de modo mais eficaz, ser relacionada e compreendida nas suas várias nuances, inclusive sociológica, que é a que mais nos interessa.

4.2.1 O Conceito De Identidade Dentro Da Filosofia

A Filosofia foi, durante muito tempo, a única maneira formal e teórica de produção de conhecimento. Com mais de 25 séculos de história, ela já englobou os mais diferentes campos do saber humanos. E foi dela que emanaram os ramos do conhecimento que se consolidaram como científicos a partir do século XVI, com

Galileu, Comte e Freud, tornando científicas, respectivamente, as áreas da Física, Sociologia e Psicanálise. Quando ocorreram as crises científicas do século XIX e XX, foi a Filosofia que ofereceu suporte para a superação das mesmas.

Por sua longa trajetória e por tratar de tantos assuntos diferentes, não é difícil encontrar na Filosofia referências ao conceito de identidade – ou de equivalência, que são termos, por vezes, intercambiáveis. As suas primeiras referências estão nos pré-socráticos gregos, em especial, no pensamento de Parmênides.

4.2.1.1 A Identidade em Parmênides

O primeiro período da Filosofia grega tem os seus pensadores comumente chamados de pré-socráticos, em alusão à figura de Sócrates, pensador ateniense que viveu de 470 a.C até 399 a.C..

Dos temas centrais desses pensadores, o que mais merece destaque é a questão dos princípios e fundamentos das coisas da natureza. O termo grego associado ao princípio e ao fundamento é *arché*, que era associado à natureza, ao cosmos, em detrimento à religiosidade – por isso esses pensadores também podem ser chamados de físicos, em relação à *physis*, termo grego para natureza. Vale frisar, portanto, que a sociedade e o homem são integrantes da natureza. Já Sócrates, que representa um marco divisório, está mais inclinado às questões que envolvem o ser humano e preceitos mais conceituais. Dos vários pensadores dessa época da Filosofia, muitos temas serão retomados ao longo dos séculos posteriores pelos mais diversos autores⁹, daí a sua importância.

Dentre esses vários autores, Parmênides merece destaque sobre a questão da identidade. Todavia, para tratar sobre ele, é necessário compreender um pouco sobre outro pensador e sua respectiva teoria: Heráclito de Éfeso.

O pensamento de Heráclito é associado ao fluxo constante que os seres apresentam. Segundo sua teoria, tudo está em constante transformação, sendo que a máxima de sua tese é de que “jamais tomamos banho duas vezes no mesmo rio” (SOUZA *et al.*, 1996, p. 93), pois tanto nós quanto o rio mudamos a cada instante. Quando formos tomar banho pela segunda vez, ambos, o rio e nós, somos novos,

⁹ Exemplos disso são os conceitos de Átomo, de Demócrito ou a de harmonia numérica, defendida por Pitágoras.

não somos mais os mesmos. A única coisa que é constante e invariável é, portanto, a própria mudança. Isso é observado no mundo natural, onde as coisas se transformam, cada uma em seu tempo: umas mais rápidas, outras mais lentas.

Para rebater essa teoria, Parmênides argumenta que as mudanças e as transformações, percebidas pelos nossos sentidos, são ilusórias. E somente o intelecto ou a razão podem ter acesso àquilo que não muda sendo, por isso mesmo, verdadeiro. Os seres verdadeiros são aqueles que são pensados, e não sentidos. O mote da teoria de Parmênides é que “o ser é, e o não-ser não é”, já que não tem sentido pensar em algo que não seja, que não exista. Para confirmar essa tese, Parmênides inaugura o *Princípio de Identidade* (SOUZA, et al., 1996). Segundo esse princípio, o ser é igual a ele mesmo (ou, em uma forma simbólica: $A=A$), não podendo ser outra coisa senão ele mesmo ($A \neq \sim A$). Se as mudanças existissem de fato, como defende a teoria heraclitiana, o ser seria igual a ele, mas já diferente, por causa da mudança que sofre ($A = \sim A$), o que seria incabível para a teoria parmenidiana.

4.2.2 O aprofundamento dado pelos clássicos

Por mais que esse conceito tenha sido inaugurado por Parmênides, pensadores posteriores, especialmente os clássicos Platão e Aristóteles, que foram muito influenciados pelas teorias parmenidianas, aprofundaram essas análises. Muito embora Platão também reflita sobre o tema, o fato de sua escrita ser feita em forma de diálogo, tendo Sócrates como principal interlocutor, às vezes, torna as definições imprecisas e deixa dúvida se expressam as ideias de Platão. Esses aspectos fazem com que as análises sejam mais delicadas. Por conta desses elementos, deixa-se de lado a perspectiva platônica sobre a identidade, muito embora ele tenha sido muito influenciado pelos pensamentos parmenidianos.

O conceito de identidade se inicia em dimensão ontológica, ou seja, análise sobre os seres. Todavia, principalmente por influência aristotélica, o termo migrou para uma perspectiva lógica, na qual assume o conceito de pertencimento ou de similaridade (MORA, 1978). A proximidade com o *princípio de não contradição*, presente na lógica clássica aristotélica, na qual “A não pode ser A e não-A ao mesmo tempo e sob mesma perspectiva (p. 132)”, o que faz com as coisas sejam

iguais a elas mesmas, é um dos aspectos acerca da identidade discutida posteriormente pelos pesquisadores contemporâneos do assunto.

Ainda Aristóteles caracteriza a identidade como sendo

uma unidade de ser, unidade de uma multiplicidade de seres ou unidade de um só ser tratado como múltiplo, quando se diz, por exemplo, que uma coisa é idêntica a si mesma. (ARISTÓTELES *apud* MORA, 1978, traduzido no original, p.132)

Aristóteles faz um desdobramento lógico do conceito de identidade. Segundo ele, a identidade pode assumir vários aspectos. Muito embora esses muitos aspectos tenham sempre a mesma direção: a unidade do ser enquanto tal. Essa unidade pode ser de um único ser que detém as suas próprias características, e, por isso, é igual a ele mesmo. Mas também pode ser entendido como característica que une num só conceito uma multiplicidade de seres que tenham entre si algo em comum. Ou mesmo, é possível que essa união de seres distintos se dê porque os seres, mesmo diferentes, sejam tratados de maneira igual, desconsiderando as suas especificidades individuais.

Já o conceito de identidade que será discutido nesta pesquisa focará o viés da multiplicidade de seres, mas que têm algo em comum. Isso porque, cada família agricultora é única, mas é possível que existam elementos que podem ser compartilhados ou definições que valem para mais de um grupo familiar. Uma das propostas é encontrar elementos associados à identidade que sejam comuns aos pesquisados e que tenham relação com a sustentabilidade no meio rural.

4.2.3 A Identidade Na Medievalidade

A concepção de identidade adotada por Aristóteles permaneceu praticamente a mesma até o fim da Idade Média, com sutis mudanças. Ela sofreu pouca modificação, por exemplo, durante a Querela dos Universais¹⁰ do período escolástico, por exemplo. Mesmo que a discussão fosse sobre a questão da identidade e a conceituação dos termos universais, houve poucas mudanças no conceito de identidade. O que acabou acontecendo na Idade Média foi, sim, uma

¹⁰ A chamada Querela dos Universais diz respeito a uma série de teorias, opostas entre si, que versavam sobre como deveriam ser pensados os *status ontológicos* dos termos universais, (gêneros e espécies), como cadeira ou esfera: seriam seres reais, conceitos ou somente nomes?

proliferação dos conceitos de *identidades*, muitos deles baseados previamente em Aristóteles, como destaca Mora:

identidade em vários sentidos: identidade real, identidade racional ou formal, identidade numérica, específica, genérica, intrínseca, extrínseca, causal, primária, secundária, etc. (1978, p. 133).

As formas de utilização do termo *identidade* também são retomadas pelos pensadores contemporâneos. Isso porque eles observam que o termo *identidade* complementa outro conceito. Por exemplo, na expressão *identidade real*, o termo *real* é o mais significativo e recebe mais atenção, em detrimento ao termo *identidade*.

Em muitos momentos e em muitas vertentes, ao longo da história da Filosofia, o termo *identidade*, traduzido nas mais diferentes línguas, esteve presente. E como é natural, o seu sentido foi assumindo nuances variadas de acordo com o momento e o pensador que a usava. Mas as nuances mais significativas surgem na Idade Moderna, principalmente por causa do racionalismo do século XVII.

3.2.4 A Identidade na Concepção Moderna e Contemporânea

Se na Filosofia Medieval a questão que perpassa o longo período são os Universais, na História da Filosofia Moderna, sobretudo na ontologia, o problema central é o *Método*. Divididos primeiramente entre racionalistas – encabeçados por Descartes – e empiristas – em sua maioria britânicos – a filosofia moderna foca a questão do conhecimento e, de modo mais específico, como deveria ser o direcionamento, o método mais adequado para se produzir o conhecimento acerca do mundo e sobre si.

Os racionalistas, como o nome já indica, apontam a razão como o melhor método existente para alcançar um conhecimento que seja real e verdadeiro. Sendo assim, a razão deve identificar aquilo que é claro e distinto, e que sirva de base para o conhecimento. A melhor área do conhecimento a ser seguida é a matemática, que é indiscutível e oferece um conhecimento verdadeiro, além de ser facilmente racionalizada. Os maiores nomes dessa corrente foram Leibniz, Espinoza e seu fundador, Descartes.

Já os empiristas tratam o conhecimento como oriundo, quase que de maneira exclusiva, das sensações que o sujeito cognoscente recebe do mundo que o rodeia. Com algumas diferenças conceituais, os britânicos Francis Bacon, Locke, Berkeley e Hume admitem que existam experiências externas e internas (respectivamente, sensações e pensamentos), sendo estas provocadas por aquelas e que aquilo que se sente é de fato a realidade das coisas, e por isso deve ser crível.

Por mais que o pano de fundo das grandes discussões da filosofia moderna gire em torno da questão do método, é natural que nenhum tema até então tratado tenha sido deixado de lado. Isso também aconteceu com a questão da identidade, muito embora, com algumas mudanças.

Sutilmente distinto de Aristóteles, Leibniz defende que identidade é igualdade. Segundo ele, “idênticas são as coisas que se podem substituir uma à outra mantendo o mesmo sentido de verdade” (LEIBNIZ, 1840, *apud* ABBAGNANO, 2003, p. 528), sendo que a identidade é o caráter que oferece esse intercâmbio entre as coisas, a fim de que, mesmo com algo mudado, tudo fique igual. Leibniz também tratou sobre o princípio de identidade – não concordando que se tratasse de um princípio, mas de uma inferência lógica afirmativa e óbvia, não podendo ser diferente.

O princípio de identidade também foi tema de análise para outros pensadores modernos e contemporâneos, como Locke, Hume, Wolff, Kant, Baumgarten Fichte, Hegel e Schelling (ABBAGNANO, 2003), sendo que esse conceito só passou a ser entendido como um princípio lógico e ontológico pelos pensadores contemporâneos. Schelling afirmava que a sua filosofia era a Filosofia da Identidade, posto que ele “definiu o Absoluto como Identidade do objeto com o sujeito, da natureza com o espírito, do inconsciente com o consciente” (SCHELLING, 1856 *apud* ABBAGNANO, 2003, p. 3).

4.3 A PASSAGEM DA FILOSOFIA PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Por muito tempo, quem se preocupou com a questão da identidade, numa dimensão ontológica e lógica, foi a Filosofia. E existem várias razões para tal: a abrangência das suas reflexões, sua presença maciça ao longo da história e, principalmente, ausência de outras áreas de investigação científica formal acerca

desses assuntos. O sociólogo Zigmunt Bauman diz, numa entrevista concedida a Benedetto Vecchi em 2004, que

há apenas algumas décadas, a “identidade” não estava nem perto do centro do nosso debate, permanecendo unicamente um objeto de meditação filosófica. Atualmente, no entanto, “identidade” é o “papo do momento”. (BAUMAN, 2005, p. 23).

Cabe então a pergunta: como esse conceito saiu de uma discussão exclusivamente filosófica para adentrar as investigações sociais? Talvez uma possível resposta repouse justamente na filosofia, antes ainda de terem surgido as ciências modernas, entre elas as sociais.

Segundo o pensamento filosófico de Aristóteles (*apud* REALE, 2001), O ser humano é um ser que, por sua natureza, é racional e político. Essa definição do ser humano, a partir da primeira parte do conceito, indica que o ser humano pensa, faz abstrações, enfim, raciocina. E é por causa dessa capacidade que ele cria a escrita, as artes e todas as formas de ciências, bem como consegue dominar as plantas e os animais, básico para a agricultura. Assim, a agricultura foi uma conquista possível graças à racionalidade humana, através da qual dá significado, sentido, define o mundo que o cerca.

Retomando a primeira definição oferecida por Aristóteles, mas focando no seu aspecto político, o ser humano convive com os demais homens, ou seja, ele é social, tanto que, se não vive em sociedade, ele não pode ser considerado homem. O homem, na teoria grega, que não vive na interação com os demais integrantes sociais, ou seja, que não vive em comunidade e não se preocupa com ela, é um privado – em grego, um *idiotês*, traduzido ao português pelo termo *idiota* (REALE, 2001). Relações comerciais, territoriais e familiares, por exemplo, surgem a partir do caráter social do homem. Outros animais também podem ser sociais, sendo a abelha um exemplo clássico desse tipo de comportamento, mas não há interação racional entre elas, pois tudo é gerenciado pelo instinto. A racionalidade é a gênese da sociedade humana¹¹. É natural, portanto, compreender que, desde sempre, o homem conviva com aquele que é diferente de si, mas não em um sentido de

¹¹ Existe uma linha de pensamento acadêmico, que pode ser representada por Maturana (2002), que imagina o inverso dessa proposta. Segundo Maturana, a racionalidade é fruto da vivência social, e sendo assim, seria natural do homem o desenvolvimento racional após o início do convívio coletivo.

desigualdade. Aqueles sujeitos que possuem outras crenças, outras línguas e outros costumes diferentes dos seus. Ou seja, que ele conviva com o outro, em latim, *alter*.

A racionalidade, portanto, confere ao ser humano a capacidade de dar significado às coisas e definir aqueles que o rodeiam – os *outros*. Essas definições levam em conta a forma como o homem se relaciona com os demais. Ainda não é possível falar em alteridade pelo conceito acadêmico, posto que para tanto é necessário que o sujeito se coloque no lugar do outro, e pense como tal (ABBAGNANO, 2003). Mesmo que isso não ocorra, já há a consciência de que existem sujeitos diferentes, e essa visão, na contemporaneidade, dará base para a construção acadêmica da antropologia como área do conhecimento que fará a análise do homem – em especial, num primeiro momento, dos homens “diferentes”.

A partir dessas relações com terceiros, o ser humano aperfeiçoa sua capacidade de dar significado quando, ao ver o outro que é diferente de si, o homem começa a se definir. Isto não ocorre de modo fácil ou simples. Na relação com o outro, o homem passa a ver os outros, mas que não são diferentes de si.

Academicamente, esse processo, que ocorre de maneira natural, começou a ser investigado durante o século XX, sobretudo pelas Ciências Sociais. Para enriquecer essa análise foram utilizados termos já conhecidos pelo pensamento ocidental. Como alguns outros, com os quais os sujeitos mantêm relações têm algo em comum, ou seja, são iguais em alguns pontos, a academia recorreu ao termo em latim que trata dessa igualdade, a saber, o termo *idem*.

Sendo assim, o sujeito em questão começa a observar semelhanças entre ele e outros indivíduos, semelhanças que vão além das questões físicas, já que os comportamentos podem ser comparados. Essas semelhanças, que fazem com que eles sejam iguais em alguns pontos, dão ao grupo dessas pessoas a possibilidade de associação. Essas associações ou vínculos só ocorrem na medida em que há algo em comum.

A definição dada pelos homens sobre si a partir das semelhanças e diferenças que ele nota em si em relação aos demais, foi chamada por alguns pesquisadores de *identidade*. Como essa identidade só pode ser criada a partir de relações sociais, só é possível pensá-la a partir da identidade social¹².

¹² Muitas vezes, a expressão identidade social é trocado por *Self*. Termo de origem inglesa, cunhado pela escola norte-americana de antropologia, mas que acaba tendo praticamente o mesmo sentido que identidade social (JOHNSON, 1997) Por opção, usaremos a expressão *identidade*, ou algumas

4.4 HISTÓRICO SOCIOLÓGICO DO TERMO

O trabalho antropológico, no início do Século XX, priorizou a análise dos povos que causavam estranheza aos europeus e norte-americanos. Por seus rituais, comportamentos e crenças, alguns pesquisadores, como Boas e Malinowski, começaram a estudar esses povos, especialmente tribos insulares ou silvícolas isolados, ainda na primeira metade do século XX. Para a compreensão desses grupos, muitos pesquisadores se inseriram nessas comunidades, a fim de encontrar sentido em seus comportamentos, para, assim, melhor entendê-los. Esse método de pesquisa participativo também será utilizado no presente trabalho.

A partir dos trabalhos de antropólogos como os acima citados, surgiram muitos conceitos novos e conceitos já existentes sofreram alterações. Conceitos novos, como etnicidade ou etnocentrismo são cunhados para se referir, respectivamente, ao pertencimento a um grupo étnico ou à forma de se pensar no “outro” partindo de valores cristalizados da sociedade considerada civilizada (MACHADO, *et al.*, 2015). Como são assuntos e temas novos, é natural que haja a necessidade de novos termos e conceitos.

Todavia, muito mais que termos novos, houve a apropriação de termos já consagrados em outras áreas dos conhecimentos formais. Termos oriundos da Física, da Economia ou da Filosofia ganharam novas roupagens e foram incorporados ao vocabulário antropológico ou sociológico. E isso, naturalmente, também ocorreu com o termo *identidade*, já tratado de maneira filosófica acima.

Os primeiros a utilizarem o termo num sentido social foram alguns dos discípulos de Franz Boas, sendo que nessa época, anterior a 1970, “o termo era um acessório: identidade social, identidade étnica, identidade racial” (MACHADO, *et al.*, 2015, p. 71). Sendo assim, os primeiros a usar o termo não estavam atrelados exclusivamente à questão da identidade enquanto tal, mas como indivíduos se identificavam, tomando como ponto referencial a questão social, étnica ou racial, enfim, elementos que agregavam grupos de diferentes pessoas. Algo semelhante já

vezes ainda *identidade social*, muito embora, como destacamos, essa expressão soa como tautológica. Se é identidade, tem cunho social, por mais que seja uma definição pessoal, e por isso única, de si, ela só tem essa possibilidade quando parte de um contato social entre os outro e os iguais a si.

havia sido feito pelos pensadores medievais quando utilizavam o termo *identidade* associado a outros conceitos.

4.5 DEFINIÇÕES SOCIOLOGICAS DO TERMO

Passa-se a seguir à exposição de algumas definições possíveis acerca do conceito de identidade. Naturalmente, não há unanimidade conceitual, mas existem algumas definições que são mais aceitas que outras.

Uma interessante definição de identidade social é dada por Neves:

Identidade social, por sua vez, implica na consciência que se tem de si mesmo. Essa consciência supõe um reconhecimento do mundo (contexto) no qual se existe e atua. Portanto, por identidade social pode-se entender o reconhecimento de si próprio como **sujeito** da história (processo). E, na medida em que o sujeito da história é realizador de ações, ele é **objeto** da história (ciência). (NEVES, 1997, Grifos no original, p. 15)

A identidade social, enquanto conceito acadêmico, é o que o indivíduo diz de si em relação ao grupo do qual ele faz parte; a construção da identidade parte, em larga escala, dos sujeitos que sendo diferentes homens se relacionando com o grupo que constrói uma identidade de si, são iguais dentro de uma gama de diferenças. Isso porque a forma como os sujeitos se relacionam com a história é naturalmente diferente de sujeito para sujeito. Como há espaço para subjetividade, sobretudo, porque os sujeitos desenvolvem ações comuns com particularidades, que não são, naturalmente, universais, e são as ações que fazem com que os sujeitos se identifiquem como pertencentes a um mesmo grupo histórico-social (NEVES, 1997).

Dos muitos teóricos que tratam da questão da identidade, alguns merecem maior destaque. Por mais que a definição de Neves possa servir de base geral, existem nuances que diferenciam os pensadores. Naturalmente, ao escolher alguns desses teóricos não se está os defendendo, em detrimento de outros, mas indicando algumas vertentes possíveis sobre essa temática.

4.5.1 Néstor García Canclini

Uma das vertentes acadêmicas atuais que versam sobre a questão da identidade é desenvolvida pelo argentino Néstor García Canclini. Com uma pesquisa

mais inclinada para interdisciplinaridade, alguns de seus textos fazem críticas ao consumismo e a mídia, sobretudo à televisão. Entre as suas críticas, algumas alcançam a indústria cultural e a sua influência nas mudanças socioculturais nas sociedades.

Canclini está inserido na esfera latino-americana de pesquisa, vive no México, mas já atuou e pesquisou vários temas em vários países, incluindo o Brasil. A pós-modernidade, a comunicação, o hibridismo e a cultura são temas recorrentes em seus escritos. Por hibridismo, Canclini e outros compreendem a sobreposição e a mescla de diferentes sociedades num mesmo espaço social, configurando uma multiculturalidade (BITTENCOURT, 2013). Esse elemento multicultural está presente nas interações sociais e ele influencia no processo de construção da identidade social. Essa fluidez oriunda do hibridismo cultural e comunicativo implica a possibilidade de uma multiplicidade identitária. Conforme Canclini,

A identidade surge, na atual concepção das ciências sociais, não como uma essência intemporal que se manifesta, mas como uma construção imaginária que se narra. A globalização diminui a importância dos acontecimentos fundadores e dos territórios que sustentavam a ilusão de identidades a-históricas e ensimesmadas. Os referentes de identidade se formam, agora, mais do que nas artes, na literatura e no folclore que durante séculos produziram signos de distinção das nações-, em relação com os repertórios textuais e iconográficos gerados pelos meios eletrônicos de comunicação e com a globalização da vida urbana (CANCLINI, 1995, p. 124).

Assim sendo, a identidade não pode mais ser pensada como algo absoluto, mas como algo que está, constantemente, em transformação, mesmo que ainda seja algo que se possa *identificar*. Essas transformações são geradas pelas relações entre indivíduos que pouco têm em comum. Mas a globalização e as relações sociais podem oferecer elementos de contato e afastamento dos diferentes sujeitos, fazendo com que as pessoas se “identifiquem” com aqueles que lhes são distantes, com as quais possuem poucos pontos em comum.

4.5.2 Stuart Hall

Outro pesquisador contemporâneo que embasa a questão da identidade é o pensador nascido na Jamaica, mas com formação inglesa, Stuart McPhail Hall. Tendo que deixar o Caribe por causa de tensões políticas, já que não teria se

inserido plenamente como britânico – fato que contribuiu com seus escritos sobre a questão da identidade. Além disso, a sua mudança do país desencadeou um viés político em sua teoria, porque ao se sentir estrangeiro por tanto tempo, ele possuía elementos suficientes tanto para as investigações sobre a questão da raça quanto para análises sobre o pós-colonialismo.

Envolto pelo conceito de pós-modernidade, o pensamento sociológico de Hall está atrelado à dimensão da identidade cultural, cujas identidades são construídas com base no conceito de *pertencimento* aos grupos culturais com os quais os indivíduos mantêm contato. Isso porque, é possível que o indivíduo mantenha contato com determinados grupos, mas não se sinta pertencente àquele grupo – um bom exemplo disso são os migrantes. Mesmo o nativo de um grupo pode se sentir deslocado, não se sentindo pertencente a ele, situação que se relaciona com o conceito de essência e posicionamento, também presente na obra de Hall. Assim, a não-identificação com o grupo pode levar a crises de identidade (HALL, 2006). Mas além de uma eventual crise de identidade, os sentimentos resultantes dos *não-pertencimentos* (ou as diferenças) são importantes, porque são eles que indicam elementos de socialização, que são associados a questões políticas, já que diferentes grupos culturais interagem e, em alguns casos, acabam tendo interesses antagônicos. Segundo Hall,

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, 2005, p. 21)

Portanto, a identidade não é algo acabado: ela é fluida, se alterando conforme os integrantes de uma determinada sociedade vão se sentindo pertencentes, ou não, de determinados grupos com os quais se relacionam. Desse modo, a identidade, enquanto caráter político e social depende do posicionamento dos indivíduos, e pode se transformar em bandeira a ser levantada e defendida, a fim que os interesses daquele grupo sejam respeitados e, se possível, conciliados com os interesses dos demais grupos integrantes daquela sociedade.

4.5.3 Zigmunt Bauman

Da mesma forma que Hall, o conceito de identidade desenvolvido por Bauman também precisa ser pensado a partir de suas vivências, principalmente em relação à política e as guerras. Polonês judeu, viveu a Segunda Guerra na União Soviética, e depois da década de 1970, circula entre Israel, Polônia, e Inglaterra, onde moraria até o fim da vida. Um dos temas mais presentes em suas obras é o conceito de fluidez: as relações, o amor, a modernidade, a vida, os medos.

O conceito de identidade levantado por Bauman está atrelado ao conceito de líquido, indicando a fluidez das coisas na pós-modernidade. Justamente por isso, a definição de identidade também não perdura. E mais do que isso: o pensador indica os equívocos em tentar encontrar uma única identidade que possa servir de norte para as ações das pessoas. Podem existir pessoas que simplesmente não se identificam com grupo algum, que “flutuam sem apoio num lugar pouco definido” (BAUMAN, 2005, p. 35). Por isso, há uma gama ampla de identidades à disposição das pessoas. Como as relações, as fronteiras e os conceitos são fluidos, são muitas as possibilidades de identidades. O próprio Bauman não se reconhece como sendo exclusivamente inglês ou polonês.

Evidentemente, há riscos em não possuir uma identidade – do mesmo modo que existem riscos em possuí-la. Quando o indivíduo não se identifica, há desconforto por estar descolado, mas quando há uma identificação radical, a inflexibilidade do sujeito pode ser malvista (BAUMAN, 2005). Para Bauman,

“Identidade” significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular — e assim a procura da identidade não pode deixar de dividir e separar. E no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades (BAUMAN, 2003, p. 21).

Observa-se que o conceito de identidade é muito mais uma forma de exposição social do que um pertencimento – muito embora o pertencimento possa ser exposto, caso o sujeito ache conveniente. Além disso, essa exposição carrega consigo elementos que fazem com que seja possível o vínculo entre os diferentes, mas que possuem pontos em comum.

4.5.4 Pontos Em Comum Nessas Teorias

Naturalmente, somente com recortes desses três pensadores, não é possível dar conta da complexidade do conceito de identidade.

Segundo Heráclito e Parmênides, o conceito de identidade foi criado a fim de superar a dicotomia que surge quando se aceita a mudança das coisas na natureza. Sendo assim, a história do termo sempre esteve atrelada a permanência. Todavia, corroborado pelos pensadores já citados, a identidade social é muito distinta disso; ela, assim como a sociedade, não é estática.

Outro fator que merece destaque são as múltiplas identidades: por mais que a pesquisa foque na agricultura familiar, a análise das identidades dos pesquisados é complexa. Eles não têm a mesma visão política, econômica ou religiosa. Mas o que interessa são os pontos em comum e que tenham relação com a prática da agricultura familiar e a sustentabilidade.

4.6. CONSTITUIÇÕES DAS IDENTIDADES

O processo de formação da identidade é também tema de muitas análises por parte dos estudiosos da atualidade. De modo geral, há consenso quanto à mutabilidade das identidades. Elas estão em constante processo fluido de transformação. Mas mesmo sempre se transformando, ela deve ter uma formação inicial, que se dá por meio das interações que os indivíduos mantêm com os outros.

Para todas as pessoas humanas, então, a construção da identidade se dá a partir do outro. Além disso, como a identidade é uma definição de si mesmo a partir de um grupo, ela é mutável e inacabada; ela depende do social, que sofre constante variabilidade; ela depende das ações dos outros, que também mudam na medida em que as circunstâncias se alteram. Pode-se dizer que a identidade muda, porque os sujeitos estão imersos no fluxo das mudanças. Além disso, os sujeitos podem ter várias identidades, dependendo do ponto de partida que usam para se identificar. Pode-se ser pai, aluno, professor, protestante, passageiro, simultaneamente, sob diferentes perspectivas (SILVA, 2008).

Assim sendo, as práticas dos agricultores familiares favorecem o relacionamento com outras famílias de agricultores. Por mais que isso não

caracterize, necessariamente, uma rede de interações em que todos se relacionam com todos, há um emaranhado de relações, pois os indivíduos percebem em si e nos outros, ações e práticas em comum. No decorrer desta pesquisa, se demonstrará como essas relações influenciam, ou não, a construção da identidade das pessoas que fazem parte do núcleo familiar dos agricultores. Além disso, a *consciência coletiva* também faz parte da identidade das pessoas, por comungarem as mesmas crenças e as mesmas interações sociais.

4.6.1 O Conceito de Identidade Em Outras Áreas

Embora, historicamente o enfoque acerca da identidade tenha sido filosófico e sociológico/antropológico, também outras áreas do conhecimento se apropriaram do termo.

Um exemplo disso é a psicologia, dentro do campo da psicodinâmica. Dentro dessa perspectiva, a “criança vem a assimilar e introjetar pessoas e objetos externos, geralmente o superego de um dos genitores” (PLUMMER, 1996, p. 369). Por conta dessas características, a identidade que a criança, e posteriormente o adulto, manifesta, deve ter relação com alguém que participa de sua formação. Todavia, como essas relações nem sempre são harmoniosas, é natural que os conflitos acabem desencadeando nos adultos alguns tipos de sequelas comportamentais. Além dessas interpretações, oriundas do pensamento freudiano, outras perspectivas acerca da identidade também são tratadas pelas teorias psicodinâmicas, como, por exemplo, as teorias de Lichtenstein e Erik Erikson, que também abordam o tema, indicando que a identidade é fruto das interações, mas oferece a “capacidade de permanecer a mesma em meio a uma mudança constante” (LICHTENSTEIN, 1977 *apud* PLUMMER, 1996, p. 370).

4.7 FORMAS DE PESQUISA SOBRE A IDENTIDADE/METODOLOGIA

Agora, já tendo esmiuçado sobre a identidade, passa-se efetivamente para a pesquisa. Inicialmente, indicando as questões teóricas que servirão de norte para os trabalhos. Em seguida, apresentado a própria pesquisa, com suas características

basilares. Por fim são apresentados os resultados encontrados após a análise aplicada no decorrer do processo.

Conforme exposto acima, a pesquisa acerca da identidade parte das pesquisas sobre os povos “diferentes”, mas o tema migrou para o âmbito social urbano. A pesquisa desta natureza é essencialmente qualitativa, pois a quantitativa ficaria muito distante da realidade vivida pelos sujeitos pesquisados (MACHADO et al. 2015). Todavia, por ser qualitativa, não é fácil inferir generalizações dos resultados obtidos – embora, seja possível generalizar o método, a fim de que outros pesquisadores possam reproduzi-lo.

As pesquisas antropológicas, em sua gênese, eram de imersão total do pesquisador na comunidade a ser pesquisada. Foi essa a metodologia de Morgan, Boas e Malinowski, que depois de um levantamento dos dados já conhecidos, iam a campo e levantavam dados, a fim de desenvolver a pesquisa (BRITTO e FERES, 2011).

Entre os métodos disponíveis para a realização do levantamento de dados, está a entrevista, adotada neste trabalho. Todos os dados coletados foram amarrados ao tema central da pesquisa, a identidade dos agricultores familiares de Nova Santa Rosa.

A opção pela entrevista, em detrimento a outras metodologias, deve-se ao fato de que através das entrevistas podem ser obtidas mais informações importantes de cunho qualitativo, mas não são tão invasivas se comparadas a pesquisas observativas/participativas, nas quais há, pelo pesquisador, invasão do espaço pesquisado. Além disso, a própria definição de entrevista evidencia que a análise não se faz somente pelo ato da pesquisa, mas destaca a importância do entrevistado, conforme Richardson:

O termo entrevista é construído a partir de duas palavras, *entre* e *vista*. *Vista* refere-se ao ato de ver, ter preocupação com algo. *Entre* indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas. Portanto, o termo entrevista refere-se ao ato de perceber realizado entre duas pessoas. (RICHARDSON, 1999, p. 207, grifos do original).

Existe uma gama variada de modelos de entrevistas. Desde aquelas que já possuem um questionário previamente elaborado (o modelo de entrevista formalizada) até aquelas que são discussões de temas mais livres (como ocorre na livre associação freudiana ou numa entrevista informal, que só visa a coleta de

alguns dados). A presente pesquisa parte de uma forma de entrevista cujo objetivo não é apenas perguntar e responder de maneira mecânica, mas servir de norte ao pesquisador. Ela deve carregar elementos da entrevista focalizada e da entrevista por pautas. Para Brito e Feres,

A entrevista focalizada é tão livre quanto (...) (a entrevista Informal); todavia, enfoca um tema bem específico, quando, ao entrevistado, é permitido falar livremente sobre o assunto, mas com o esforço do entrevistador para retomar o mesmo foco quando ele começa a desviar-se. É bastante empregado em situações experimentais, com o objetivo de explorar a fundo alguma experiência vivida em condições precisas. Também é bastante utilizada com grupos de pessoas que passaram por uma experiência específica, como assistir a um filme, presenciar um acidente etc. (Já) O tipo de entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente, à medida que reporta às pautas assinaladas. (BRITO e FERES, 2011, p. 240, grifos no original)

Assim sendo, embora esta pesquisa possua um relativo grau de estruturação, a ideia foi deixar o entrevistado mais livre para se manifestar, de modo a que tanto os focos centrais da pesquisa fossem atendidos, quanto os mais variados assuntos pudessem ser levantados e discutidos.

4.7.1 Temas Abordados Na Pesquisa Participativa

Embora a presente pesquisa não tenha um questionário específico, alguns assuntos mais importantes transpassam o diálogo.

Primeiramente, após a apresentação do pesquisador e uma breve exposição sobre a pesquisa e sua importância, pede-se que seja feita a apresentação dos membros da propriedade, bem como as funções que cada um desempenha no âmbito das atividades rurais, suas idades e seus laços de parentesco, a vivência social no que se refere ao lazer, à religião, na própria comunidade ou em núcleos urbanos próximos e caso haja interação com vizinhos, de que forma ela ocorre.

Um dos temas da pesquisa é a utilização do espaço rural e quais são as ações desempenhadas na propriedade – lavouras, animais, áreas e benfeitorias. Procura-se também conhecer a história da aquisição da propriedade; se foi comprada, herdada ou adquirida de que outra forma. Pergunta-se onde são feitas as

compras e as vendas – tanto dos produtos agrícolas quanto dos produtos de uso doméstico, com qual instituição bancária negocia; verifica-se se há assistência técnica e associação a cooperativas ou empresas.

Será analisada a questão da sustentabilidade e a utilização dos recursos naturais; o uso de agrotóxicos na propriedade e a destinação dos dejetos; outras ações que visem à questão ambiental. Serão também levantadas informações quanto ao desenvolvimento econômico e social sustentável, a questão de empréstimos, mutirões, parcerias, compras ou vendas conjuntas, produtos artesanais ou com valor agregado.

4.7.2 Alguns Cuidados Importantes

Ainda que a entrevista seja em pauta ou focalizada, em forma mais livre de produção de dados, essa metodologia exige atenção por parte do pesquisador. Por isso, a seguir são listados alguns pontos que devem ser observados no momento dos diálogos.

Um dos cuidados na formulação das perguntas é que elas não tenham respostas implícitas, ou respostas agendas, uma forma de burlar uma pesquisa que se pretende seja objetiva. Todavia, caso o entrevistador queira que os pesquisados deem respostas de acordo com um pressuposto, um determinado viés das perguntas, ou alguns exemplos de respostas podem acabar predispondo algumas formas de respostas. Por isso, as perguntas devem ser básicas e claras, mas não direcionadas quanto às eventuais respostas.

Ainda que já tenham sido feitas algumas pesquisas bibliográficas sobre as localidades, o pesquisador não conhece a família que pesquisará. Isso exige maleabilidade do entrevistador, já que ele pode se deparar com famílias que não se encaixam naquilo que ele havia pesquisado nos textos já publicados. Pode ser que, por exemplo, ele “aterrisse” numa família protestante, quando a maioria da localidade é católica – conforme já citado acima, quando da exposição sobre a divisão das localidades em relação à religião das comunidades a serem estudadas.

Outro ponto importante a ser considerado é o fato de que o objeto da pesquisa é a família dos agricultores. Sendo assim, seria melhor se todos os membros da família participassem. Caso contrário, saber-se-á sobre a opinião do pai

e da mãe, mas não da totalidade dos membros da propriedade. É natural que estes nem sempre sejam unânimes – pois podem ter visões de mundo diferenciadas. Mas num diálogo em que haja a participação de todos os membros, pode-se ter uma visão mais ampla de como a família lida com algumas questões. Além disso, algumas respostas, caso sejam centralizadoras, podem indicar um descaso com os demais integrantes da família.

Também nesse sentido, e para evitar alguns desconfortos, é pertinente explicar, de antemão, como será feita a pesquisa. O pesquisador deve se entender como um sujeito que está lá, pesquisando, perguntando, mas que não pode ser um estorvo ou um empecilho para a família pesquisada, mostrando a importância da pesquisa e daquela família para tal. Deve-se apresentar o que já foi escrito, quais são as metas do diálogo, quem é o pesquisador, quais são os assuntos; tudo isso, antes de marcar o encontro – sempre na propriedade da família pesquisada e com hora certa para começar. Também é importante a garantia do anonimato dos participantes e a importância de ser um diálogo livre, do qual todos os membros da família podem participar. A linguagem também é importante: por mais que se trate de um trabalho de cunho acadêmico, os termos empregados pelo pesquisador devem ser acessíveis ao público entrevistado. Ainda, é relevante que o pesquisador devolva o trabalho final às famílias pesquisadas, a fim de que elas se percebam como contribuintes para trabalho, mas também público receptor dos resultados feito.

4.8 AS ENTREVISTAS

Foram realizadas entrevistas com oito famílias, sendo duas de cada localidade, respeitando a proximidade com o núcleo urbano mais próximo. A duração dos diálogos foi de cerca de uma hora e meia, muito embora, como a proposta era fazer com que os temas fossem percorridos de maneira mais livre, algumas conversas ultrapassaram, em muito, esse tempo. Duas das entrevistas foram realizadas em dois momentos, com a participação de diferentes membros da família – o que acabou por enriquecer os trabalhos. Somente em dois casos, por incompatibilidade de horários dos entrevistados é que o trabalho foi feito somente com um pesquisado. Como a pesquisa já havia sido explicada, aliado ao fato de o pesquisador já ser conhecido, houve mais facilidade na obtenção das respostas.

A seguir, na parte da exposição das informações e dados levantados, inicialmente serão apresentados os dados gerais, bem como aqueles que são comuns às diferentes unidades de produção familiar para, posteriormente, ser realizada a discussão das peculiaridades ou especificidades que algumas localidades ou famílias apresentam.

4.8.1 Laços de Parentesco

O cerne do conceito de família utilizado pelos pesquisados é a questão da prole. Todos os que moram nas propriedades pesquisadas são descendentes dos proprietários ou parentes agregados – que é o caso dos genros ou das noras. Nem sempre há somente uma moradia, mas sempre há mais de uma geração; não se constatou nenhum caso de pais ou filhos morando e trabalhando sós. Das oito propriedades analisadas, metade delas tem duas habitações, morando parte da família em cada local; normalmente os filhos, quando casam, moram em outra moradia, mas ainda trabalham com os pais, nas mesmas atividades. Ainda que os laços que unem os integrantes da agricultura familiar possam ser mais abrangentes que a própria família, esses aspectos não foram observados nas unidades pesquisadas.

Tomando como base os escritos clássicos sobre o tema, como Levi-Strauss (*apud* OLIVEIRA, 2009), a família tem como laços afetivos a monogamia, e somente esta é passível de carinho, dignidade e louvor. Ainda segundo o autor,

A família, consistindo de uma união mais ou menos duradoura, socialmente aprovada, entre um homem, uma mulher e seus filhos, constitui fenômeno universal, presente em todo e qualquer tipo de sociedade. (LÉVI-STRAUSS, 1956, *apud* OLIVEIRA, 2009, p. 66)

Nesse sentido, a definição oferecida pelos pesquisados, bem como as constatações evidenciadas nas propriedades levam em conta a concepção ocidental de família tradicional, onde um casal e sua prole caracterizam o centro do grupo familiar.

4.8.2 Idade dos Pesquisados e relações entre gerações

Como se trata de uma pesquisa que engloba diferentes gerações, há uma abrangência etária muito grande em relação aos pesquisados. É pertinente salientar que muitas foram as faixas etárias que participaram dos diálogos e contribuíram para a construção desta pesquisa: desde as crianças até os septuagenários.

Naturalmente, existem interesses distintos nas diferentes faixas etárias, o que pode levar a alguns conflitos, especialmente em relação à visão de mundo. Mas os princípios de manutenção e reprodução familiar estão sempre presentes, e acontecem por meio do trabalho no campo. O fato de existirem idosos na propriedade, morando ou não na mesma residência, indica uma das formas mais naturais de identificação e socialização: a família.

A média de idade dos pesquisados é de 35 anos, indo de bebês até septuagenários. Já a média de indivíduos residentes nas propriedades é de 5,3 pessoas, distribuídos em moradias com quatro até sete indivíduos. Vale salientar que o trabalho é desempenhado por todos na propriedade, cada um desempenhando as funções que melhor consegue. Por isso, aos idosos, é natural o trabalho mais leve, ou aquele que carece de um conhecimento maior. Já os mais jovens costumam desempenhar as funções que carecem de maior força ou conhecimentos técnicos, como, por exemplo, alguns equipamentos mais sofisticados. Assim, por meio do trabalho se tem certo grau de harmonia e dependência.

4.8.3 Grau de Escolarização

Como há na propriedade duas ou mais gerações, a preocupação maior é com a formação dos jovens; se comparado com décadas passadas, é visível o aumento do grau de escolaridade dos mais novos. Muitos dos trabalhadores do meio rural possuem sólida formação acadêmica, tanto na área agrícola quanto em outros setores. Dentre os pesquisados, há jovens com formação acadêmica nas áreas de zootecnia, veterinária, administração, administração pública, gestão pública, desenvolvimento de software, além de formações técnicas sobre agropecuária.

Como algumas dessas formações se deram já há algum tempo, é provável que na época dos cursos ainda não houvesse a atenção que se tem hoje sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. O que também deve ser pensado pelos cursos na atualidade e no futuro, já que a sustentabilidade demonstra sua importância quando se pensa nas presentes e futuras gerações.

Muito dos filhos destas famílias, que também participaram das pesquisas, têm interesse em continuar os estudos, mas não sair da lida rural, algo distinto do que aponta Faccin e Schmidt (2013). Segundo esses autores, há pouco incentivo dos pais para a permanência dos filhos no meio rural, mas, nas famílias pesquisadas, pelo menos um dos filhos sempre indica a vontade de permanecer no campo, segundo dados oficiais, a população rural jovem vem diminuindo. Em 2000, havia 31 milhões de pessoas no campo, sendo que 9 milhões eram jovens, já em 2010, esses números caíram para 29 milhões de moradores no meio rural, sendo destes, 8 milhões de jovens (MENEZES, *et. al*, 2014).

Ainda sobre a questão educacional, os cursos de agronomia e veterinária são os mais almejados. Nesse sentido, mais uma vez se constata a manutenção e a reprodução familiar por meio do trabalho rural, por mais que existam muitas formas diferentes de trabalho rural, já que são diferentes as atividades desenvolvidas.

4.8.4 A Herança Por Gênero e a Questão Religiosa

Um dado que se observa é que na maior parte das propriedades, quem permanece na terra são os filhos homens. Evidentemente isso não pode ser generalizado, mas das cinco propriedades onde há seis gerações convivendo, em cinco delas há uma herança patriarcal mais forte, sendo que o pai ou o neto herdou a propriedade. Não foram investigados a fundo os motivos que levaram a esse quadro, mas se sabe que havia filhas nessas propriedades, que, em sua maioria, moram nas zonas urbanas, sobretudo na cidade de Nova Santa Rosa, ou se casaram com vizinhos e passaram a residir na propriedade do consorte. Somente em uma das propriedades se observou a coabitação com os filhos casados, de ambos os gêneros e seus consortes, o que é menos habitual.

Ainda sobre a questão de gênero, indo para um viés religioso, nota-se uma grande quantidade de casamentos interreligiosos – quando cada cônjuge é oriundo de

uma religião diferente. Isso se identifica em cinco dos casos pesquisados, tomando como premissa somente um casamento e de uma geração por propriedade. Mas o que ocorre é que, em todos os casos, a esposa passou para a denominação religiosa do marido. Isso não a afastou, necessariamente, das vivências sociais da antiga denominação, já que os eventos religiosos, segundo o que é relatado, conta com a presença de pessoas que trocaram de denominação por questões matrimoniais. Não chega a ser uma substituição completa de um elemento identitário, mas uma incorporação por parte dessas senhoras. E mais do que isso. A esposa, assim como os filhos gerados nesses enlaces, são muito participativos das atividades religiosas, sendo que algumas mulheres são professoras da educação cristã informal, a *escola dominical*, termo mais comum para esta atividades. Verifica-se que as mulheres participam de atividades religiosas dirigidas ao público feminino, o que também ocorrem com as crianças e jovens – mais de metade da população pesquisada participa mensalmente ou quinzenalmente de atividades desta natureza. Nestes encontros, de um evidente caráter religioso, também há momentos para interação e discussões sobre temas variados, que contribuem para a socialização dos participantes. Quanto aos homens, é mais comum a participação nas programações e nas gestões das comunidades, posto que a maior parte dos cargos ainda são ocupados pelas mesmas pessoas que participam das diretorias dos núcleos religiosos locais ou regionais. Assim, esse viés propagador de uma crença e evangelizador também integra as identidades de muitas famílias pesquisadas.

Ainda sobre a questão do parentesco e dos laços matrimoniais, é relativamente comum o casamento de pessoas que moram perto, sobretudo nas gerações passadas. Não foi verificada a questão dos casamentos entre membros da mesma família, mas sim, de antigos vizinhos ou de pessoas que moravam relativamente perto, ou mesmo de duas famílias em que casaram vários membros entre si – exemplos são os casamentos em que dois filhos de uma família se casavam com duas irmãs de outra família, ou primos de uma família casavam com primos de outra família. Isso, provavelmente se deve ao fato de que as interações sociais ocorriam em eventos nas localidades, como festas ou outras atividades. Assim sendo, o fato de haver parentes maternos e paternos morando próximos dá uma carga maior de pertencimento àquela comunidade, o que também tem relação com a identidade local. Entre as gerações mais jovens, a facilidade de transporte e de comunicação favorece o intercâmbio social e cultural, fazendo com que muitos

namorem e casem com pessoas que moram um pouco mais longe, mas têm pontos em comum, como a lida rural ou uma inclinação religiosa.

A religiosidade e as relações que os pesquisados mantêm com a igreja e seus demais membros é algo que merece bastante atenção. Existem esferas específicas em relação à faixa etária e ao gênero, como grupo de jovens e ordem de senhoras, e essas vivências acabam oferecendo um sentido de existência que vai além daquele imediatista (BERGER e LUCKMANN, 2014, *apud* ANDRADE, 2008). Isso por que, além de lazer, com passatempos e músicas e conversas, há uma mística por detrás, que transcende a dimensão humana e física. Essa esfera ultrapassa a razão, e por isso, conforta nos momentos mais ásperos e nas situações mais delicadas, que naturalmente existem (LEÃO, 2015). E por fim, vale ressaltar que os valores expressos nos ambientes religiosos são, por sua gênese, positivos: perdão, solidariedade, harmonia, comprometimento e justiça são conceitos que transpassam as diferentes denominações cristãs das quais participam os pesquisados.

Algo que chama a atenção até dos entrevistados é a forma como, no meio urbano, as mudanças de denominação religiosa são mais comuns, se comparadas ao meio rural. Nenhuma das famílias pesquisadas adentrou em templo de outra denominação religiosa ou mudou de religião, a não ser por questões matrimoniais. Todavia, se a população original do município era formada predominantemente pelas religiões expostas acima, – conforme explanação sobre a formação do povo do município – o que levou a uma proliferação de vertentes cristãs, especialmente no meio urbano? Uma possível resposta pode ser a fluidez no ambiente urbano, como indica Bauman (2005), já que nem as religiões são tão “sólidas” como foram outrora. Como nos meios rurais os valores e as tradições são preservados de uma forma diferenciada, é mais fácil manter a mesma por várias gerações.

4.8.4.1 O Predomínio Feminino

Por mais que haja um predomínio de homens nas atividades de gestão das igrejas e das associações, bem como na questão da herança das terras, observa-se que são muitos os casos de morte prematura dos homens, se comparadas às mortes femininas. O número de viúvas nas propriedades, ou vinculadas a elas, respeitando uma geração ascendente, é de seis casos contra nenhum viúvo. Os

motivos atribuídos a isso são os mais variados. Nas últimas gerações de homens adultos falecidos, as mortes por doenças são as mais comuns, mas também existem casos de suicídio, acidente ou complicação cirúrgica. Isso indica a necessidade de um cuidado maior com essa parcela da população, que, pelos dados indicados, está mais vulnerável se comparada à população feminina. Também não foi apurado se existe relação entre o trabalho agrícola e a menor expectativa de vida, posto que estes podem ser correlacionáveis.

4.8.4.2 A origem sul-rio-grandense e a presença alemã

A maior parte dos entrevistados já é nascida em território paranaense, quando não são nascidos já no município de Nova Santa Rosa. Todavia, os que não são nascidos nesse estado, são oriundos do Estado do Rio Grande do Sul. São oriundos de diferentes regiões do estado, mas todos de origem rural e interiorana. E somente menos de dois pares tem ascendências catarinenses ou de outros estados. Alguns passaram certo tempo, junto com pais ou avós, em outros locais, como Paraguai ou municípios fronteiriços, ou mesmo alguns períodos de trabalho fora da região, mas nada que tirasse a sua cultura sul-rio-grandense, presente nos gostos musicais ou em alguns costumes, como chimarrão ou churrasco, por exemplo.

Por mais que a pesquisa tenha sido feita dentro do território nacional brasileiro, a herança cultural europeia da comunidade é muito forte. Especialmente na questão linguística. Durante as entrevistas, é habitual que surjam expressões em língua alemã, característica que já fora indicada no capítulo anterior, quando da explicação sobre a origem da população local. Poucos são aqueles que não compreendem nada em alemão, menos de dez por cento dos entrevistados. As igrejas e os mais velhos contribuem para isso, já que existem atividades religiosas nessa língua. Além disso, grupos de dança alemã são mantidos pela prefeitura. E ainda há a presença de mídia desse idioma, seja ela impressa ou falada, em programas das rádios locais.

Mais uma vez se observa certo conservadorismo local, preservando a língua e algumas tradições. Eventos como bailes do chope, cuca e linguíça, bebidas e comidas típicas alemãs, cantigas, piadas ou palavras fazem parte do cotidiano de muitas famílias e comunidades. E, sem dúvida, esses elementos também fazem

parte da construção identitária desses sujeitos. Isso, sem contar o fato de que muitos ainda mantém laços de parentesco com pessoas do continente europeu, especialmente nos países germanófonos.

4.8.5 Forma de Aquisição da Terra.

Se por um lado as religiões são plurais nas unidades de produção familiar pesquisadas, a esmagadora maioria – se não a totalidade, já que nem todos os entrevistados sabiam sobre o passado familiar – tem a mesma origem: o município de Santa Rosa, no noroeste sul-rio-grandense. Não foram apurados quais foram os fatores que levaram os colonizadores a deixarem as suas propriedades naquela região e virem pra cá, mas se observa que muitos parentes também vieram para essa região, inclusive para outros municípios da microrregião. Pelo fato de haver parentes nas localidades próximas, a adaptação foi mais acessível, além de que muitos antigos “vizinhos” foram alocados próximo, o que fez com os antigos laços ainda pudessem ser preservados na nova região. Além disso, a proximidade com núcleos urbanos, onde havia o comércio e a prática religiosa foram fundamentais para a fixação nas propriedades, segundo os entrevistados.

Mais da metade dos pesquisados tiveram as suas propriedades adquiridas diretamente da Colonizadora Maripá, principalmente pelos seus avôs, que chegaram aqui quando ainda havia mata nativa e poucos recursos agrícolas. Em alguns casos ocorreu a mudança dentro do próprio município: muitos, assim que chegaram se estabeleceram próximo a localidades já constituídas e mais próximo das vias de acesso, especialmente Linha Pietrowsky. Em quatro casos, somente posteriormente as famílias adquiriram suas terras em outras linhas ou distritos.

Outro ponto em comum é a compra de terras para os filhos, assim que estes casam. Pelo menos em três casos, as propriedades foram dadas aos filhos e consortes na época dos casamentos dos mesmos, como forma de oferecer autonomia, oportunidade de trabalho e renda à unidade familiar nascente. Mais uma vez, tem-se um indício de reprodução e manutenção familiar por meio do trabalho rural.

Por mais que a divisão original das terras pela colonizadora tenha sido em áreas de 10 alqueires, a metade das propriedades pesquisadas possui cinco

alqueires. Em parte, isso se deve à divisão, por herança, de propriedades maiores. Mas também há o fato de que, por ocasião dos casamentos dos filhos, os pais compravam propriedades menores a eles, de acordo com as possibilidades financeiras da época. Para aumentar a renda, então, é comum a criação de animais, preferencialmente gado, suíno e vacum, em detrimento ao gado ovino ou caprino, como forma de não perder muito espaço produtivo e garantir maiores lucros.

4.8.6 Participação na Vida Social dos Entrevistados

Além do aspecto religioso, nota-se pouca interação social, especialmente dos jovens e das mulheres. Isso por muitas vezes são os homens quem fazem as movimentações financeiras ou as demais transações comerciais. Mais da metade das mulheres participava de grupos sociais, como clubes de mães ou clubes de damas, mas os abandonou por diferentes motivos: falta de tempo, baixa motivação e problemas dentro dos clubes. Ainda existem algumas – três casos – que participam dos núcleos femininos das cooperativas, em especial da Coamo, que possui o programa “Mulher Atual”, sendo que a Coopagril e a C-Vale possuem programas parecidos.

Já entre os jovens também se observa pouca participação nas atividades de interação, que não vão além das atividades eclesiais. Muitos argumentaram que os grupos de atividades esportivas, que eram muitos em tempos passados, também foram perdendo os seus participantes. Nesse caso, os motivos estão associados à falta de tempo e de interesse dos mais novos – que possuem outras formas de entretenimento, além do fato que, segundo eles, existem menos jovens nas regiões rurais e é mais fácil arrumar “times” suficientes nas áreas urbanas. Também existem atividades para o público jovem por parte das Cooperativas, como o Sicredi, a C-vale e a Coopagril, mas dos entrevistados, somente uma família, de Alto Santa Fé, participa das atividades da C-Vale, desenvolvidas em parceria com o Sicredi. Segundo membros dessa unidade familiar, o foco é, naturalmente, o cooperativismo e a agricultura, mas não há qualquer enfoque nas questões envolvendo a sustentabilidade ambiental, social ou econômica. Nem mesmo questões sobre bem-estar, saúde ou esportes são trazidas à tona nessas atividades.

4.8.7 Produção de Valores Agregados nas Propriedades

Ainda sobre a questão econômica, somente duas propriedades, ambas próximo da sede do município, mantêm comércio regular de produtos artesanais e orgânicos na área urbana e ambas comercializam na A Orgarosa, já exposta no capítulo anterior. Todavia, como as unidades de produção familiar não são sócias da associação, elas dependem de sócios que “encaminhem” a venda de seus produtos. Em um dos casos, há a venda de ovos de galinha caipira, que também são vendidos nas panificadoras, para consumo interno. No outro caso, há a produção de adornos pra cuias de chimarrão, além de artesanato com pneus velhos. Nos dois casos, essas vendas complementam a renda feminina, já que são as mulheres da casa que dirigem essas atividades. O valor recebido é destinado às pequenas necessidades, roupas, bijuterias, entre outros.

Na maioria das demais propriedades pesquisadas, alguns produtos alimentícios excedentes também são comercializados, mas com compradores eventuais ou com os vizinhos – no caso da carne dos animais abatidos ou queijo e outros produtos artesanais. Como são transações eventuais e esporádicas, elas não servem de recurso para renda fixa, já que não há como “contar com esse dinheiro”.

Mais do que o comércio desses produtos, é comum a distribuição dos mesmos para os membros da família, sobretudo aqueles que moram próximo, nas cidades, por exemplo, e não conseguem plantar uma horta ou criar algum animal. Os entrevistados disseram que, em tempos passados, esse hábito também acontecia entre os vizinhos, mas atualmente isso já não é comum. Mais uma vez, pode-se notar a manutenção e reprodução familiar por meio da terra e dos frutos que dela podem ser extraídos.

4.8.8 Produção de Alimentos na Propriedade

Como já indicado acima, a produção de alimentos é prática comum nas propriedades pesquisadas. Todas possuem uma horta, com variadas espécies de plantas. Também é comum um espaço, já um pouco mais afastado da casa, para outras plantas, como mandioca, batata ou outras plantas de maior porte. Pomares também são comuns, entretanto, segundo dois entrevistados, esses são mais

suscetíveis aos danos causados pelos agroquímicos nas proximidades. Duas famílias pesquisadas plantam feijão e arroz, visando o abastecimento familiar.

Quando se analisa a questão animal, o quadro muda em relação às localidades. Na proximidade de Planalto d'Oeste e de Vila Cristal, tanto nas duas propriedades mais próximas dessas localidades quanto em uma que fica na região entre Vila Cristal e a sede do município¹³, há um predomínio de chiqueirões para a terminação do ciclo de criação de gado suíno – que será discutida melhor abaixo. Como existem imposições sanitárias por parte das empresas, os criadores de porcos têm dificuldade de criar animais para consumo familiar. Por conta disso, muitos deixam de criar porcos para si, e se veem obrigados a comprar, sobretudo dos vizinhos, já que não podem abater os porcos que “tratam”, pois esses não são sua propriedade, e sim das firmas parceiras. Esse quadro não ocorre com o gado vacum, ou com aves – especialmente galinhas e galos. Além de servirem de alimento, oferecendo carne, leite e ovos, há ainda a venda do excedente, o que gera rendas extras. Todas as propriedades possuem gado vacum, principalmente para extração de leite, sendo que somente em duas delas o maior interesse é pela carne. A produção leiteira é expressiva: três propriedades ultrapassam 30 vacas em lactação, e as demais, em torno de 15 animais. Em duas propriedades não há ordenha comercial, mas somente para uso familiar.

Em duas localidades pesquisadas de Planalto d'Oeste e uma em Alto Santa Fé se observou a presença de patos, que cumprem as mesmas funções das galinhas. Existem outras criações, como coelhos, cabritos ou ovelhas, que não são tão significativas como os outros animais já citados.

Tomando como premissa a necessidade que a parte urbana tem de alimentos, sobretudo orgânicos, saudáveis e artesanais, é evidente que há um nicho de mercado a ser explorado. Como muitos já plantam para o seu próprio consumo, não seria tão difícil dobrar a área cultivada com as mesmas espécies, a fim de estabelecer um comércio, por exemplo, n'A Orga Rosa ou em outros espaços formais de mercado. Alguns dos entrevistados, inclusive, falaram que houve, em tempos idos, uma maior diversidade de plantas que só serviam à alimentação humana, em detrimento às lavouras de milho ou soja. Mas quando os mais velhos foram falecendo, esses hábitos foram, lentamente, deixados de lado. Algo

¹³ Já foi explicado que não há uma divisa formal entre as duas regiões, diferente do que ocorre em Alto Santa Fé e Planalto d'Oeste.

semelhante também ocorreu com algumas famílias em relação a embutidos ou receitas de alguns pratos, que foram sendo perdidos no decorrer dos anos, mas que poderiam ser retomados para uma produção e comercialização futura, já que são especiais e podem possuir valores agregados.

4.8.9 O Predomínio da Monocultura

Outro ponto que chama a atenção é a plantação comercial de soja e milho, já esperada a partir dos dados da produção municipal apresentados no capítulo segundo. Esse predomínio é tão intenso, que alguns entrevistados comentaram que nunca plantaram outra cultura. Dos sete entrevistados que possuem lavouras temporárias, em menos de um ano há o preparo da terra, o plantio, o zelo da lavoura e a colheita; todos, nos últimos cinco anos, somente plantaram essas plantas – soja e milho – em escala comercial. Em alguns casos, a plantação dessas espécies atende às necessidades da própria unidade de produção familiar, já que os animais carecem de alimentos – especialmente de milho – e a produção na propriedade diminui os custos. Mas a maior parte da produção é entregue às cooperativas que, ou processam longe do município, ou exportam de maneira in natura, o que faz com que os valores comercializados não sejam tão expressivos, além de não gerarem tantos postos de trabalho na região.

4.8.10 Participação em Cooperativas e Empresas

Como já foi visto no primeiro capítulo, a participação da agricultura familiar no cooperativismo é algo recorrente. É por meio das cooperativas que a família pode aumentar o seu poder de barganha, além de que ela pode oferecer um bom suporte para o crescimento, tanto econômico quanto social. Há um número significativo de cooperativas no município, especialmente no setor financeiro e rural.

Ao se tratar da criação animal, as cooperativas mais citadas são a C-Vale, na região de Alto Santa Fé, Copagril na região de Nova Santa Rosa e Vila Cristal e Primato em uma localidade de Planalto do Oeste, frisando que essas três cooperativas atuam no setor de leite e suínos. A Coamo, mesmo não comercializando animais ou leite, também oferece farmácia veterinária e médico

veterinário aos seus associados, segundo o que foi relatado pelos pesquisados, sendo que alguns são atendidos por ela.

Segundo a perspectiva de Frantz (2012),

as famílias da agricultura familiar, de alguma maneira, sempre depositaram no associativismo e na organização cooperativa uma esperança de poder melhorar, por meio de suas múltiplas práticas, as suas condições de vida. (FRANTZ, 2012, p. 59)

E nas unidades de produção familiar pesquisadas, o quadro descrito pelo autor e o exposto acima se mantém. No que se refere à produção de grãos, somente uma família, próxima de Nova Santa Rosa expôs que não entrega nenhuma parte da sua produção em unidades cooperativas; em outra propriedade não há produção de grãos, e uma terceira, entrega cerca de vinte por cento numa cerealista privada, e todo o restante da produção de grãos é destinado às duas cooperativas que possuem unidades de recebimento no município. A escolha pelas cooperativas é feita a partir de um critério bem definido: a distância da propriedade em relação ao entreposto mais próximo. Por isso, Vila Cristal e a Sede entregam a sua produção na Coamo, enquanto Alto Santa Fé entrega na C-Vale. A produção de Planalto d'Oeste é distribuída, já que não há unidade de recebimento na localidade, parte em Nova Santa Rosa, na Coamo, e parte é em Alto Santa Fé, na C-Vale, dependendo da localização da lavoura.

Ainda sobre as Cooperativas, excluindo-se somente uma família, de Alto Santa Fé, todas as outras disseram ter tido contato mais ou menos intenso com a Coopagro, cooperativa extinta já há um quarto de século, mas ainda existem lembranças sobre ela. E nem sempre lembranças positivas, já que há um pouco de resistência em relação a cooperativas pelo histórico da Coopagro – isso justifica, em parte, o porquê de duas unidades pesquisadas não entregarem a sua produção nas cooperativas atuantes no município.

4.8.11 A Questão da Suinocultura

Algo que vale ser salientado é a questão da suinocultura na região. Das oito propriedades pesquisadas, somente três não possuem criação de suínos – uma perto da sede do município e as duas localidades de Alto Santa Fé. Somente nas

propriedades visitadas, existem mais de 6.300 porcos, uma média de 1200 por localidade. Com exceção de um, todos os suinocultores já trocaram de firma parceira, sendo que mais de um já passaram por seis diferentes firmas. Os motivos das saídas são os mais variados: promessa de melhores preços, conflito com os técnicos, falta de pagamento, cobranças excessivas, estão entre os motivos mais comuns.

Além disso, as firmas fazem cobranças diferenciadas para os agricultores. Segundo as falas de um dos pesquisados, corroborada posteriormente por outro respondente, empresas menores, de atuação local, possuem menos exigências, permitindo, por exemplo, a criação de porcos para o próprio consumo. Essas empresas também aceitam chiqueiros em condições mais simples. Já as empresas maiores, com atuação nacional e que exportam seus produtos, fazem maiores exigências, como reformas periódicas e até exigência quanto às cores usadas na pintura do chiqueiro, bem como há uma maior cobrança em relação aos resultados de engorda e conversão – de ração em carcaça. Por causa dessas cobranças, essas empresas preferem grandes propriedades, muito embora, trabalhar com elas acaba sendo mais vantajoso, já que em sendo maiores conseguem bancar valores melhores destinados aos agricultores.

Ainda em relação à suinocultura, constatou-se que há uma atenção muito grande por parte dos técnicos de todas essas empresas quanto ao rendimento e às questões legais. Exige-se, por exemplo, documentos que atestem que a pocilga está de acordo com a legislação ambiental vigente, embora esse seja o único momento de atenção que se volta para o meio ambiente. Em parte, essa atenção com o rendimento da produção suína se deve a grande quantidade de carne que é exportada pelas empresas da região. Empresas como a BRF ou Frimesa – que engloba C-Vale, Primato e Copagril, por exemplo, usam a exportação como propaganda e forma de atrativo aos potenciais parceiros. Lembrando que a tendência da globalização no meio rural e da exportação de produtos agrícolas não é novidade, mas vem aumentando nos últimos anos.

Em uma das entrevistas, conversando sobre a suinocultura na microrregião de Vila Cristal, numa distância de menos de um quilômetro e meio de raio, o entrevistado indicou 15 propriedades com chiqueirões, das quais sete não têm pocilgas para criação comercial. O entrevistado disse que muitos “vizinhos” investiram tempo e dinheiro nos chiqueirões, porque já havia exemplos de

produtividade e renda no setor, o que fez com que muito outros adentrassem na atividade.

4.8.12 A Relação Com Os Bancos

Ainda pensando nas cooperativas, vale destacar que tanto a Coamo quanto a C-Vale oferecem aos seus clientes serviços bancários nas suas unidades, dentro do município. A Coamo oferece seu braço bancário, o Credicoamo em anexo à cooperativa, e dentro da unidade de Alto Santa Fé, a C-Vale oferece os serviços da Sicredi, subordinada à regional do Vale do Piquiri. A maior parte das transações bancárias de Alto Santa Fé são realizadas na Sicredi. No restante do município, cinco propriedades estudadas mantêm conta no Sicredi, através do qual, muitas famílias fizeram financiamentos rurais.

Já o segundo banco mais indicado foi o estatal Banco do Brasil, que é utilizado por cinco famílias. Alguns financiamentos, como recursos oriundos do Governo Federal, são mais acessíveis neste banco, o que pode justificar a sua preferência em relação às demais unidades bancárias.

Ainda sobre a questão bancária, todos os pesquisados já recorreram a financiamentos para as mais diferenciadas atividades agrícolas. Financiamento de lavouras foi um item unânime entre aqueles que possuem lavouras. Além disso, financiamento de maquinários, vacas e novilhas também são comuns, constando em mais seis dos casos pesquisados. Porém, mais comuns que esses tipos de financiamentos são os financiamentos para as construções em espaços rurais – sobretudo para a construção de barracões, estrebarias e chiqueiros. Por seu alto valor, essas edificações normalmente são financiadas para pagamentos em vários anos – até dez, segundo um dos entrevistados. No caso dos chiqueirões, como existe interesse das firmas parceiras na construção das pocilgas, muitas vezes elas incentivam empréstimos. Existem ainda alguns financiamentos menos comuns, como para poço artesiano ou reforma de moradia.

Vale aqui uma breve reflexão: será que os financiamentos de vacas e novilhas são “sustentáveis”? Quer dizer, será que há um cuidado, por parte dos órgãos financiadores, para que haja uma preservação das linhagens e da qualidade dos animais adquiridos? Há um cuidado para a reposição ou expansão do plantel

bovino, por meio de inseminações artificiais e que melhorem as futuras gerações de matrizes e aumentem a produtividade leiteira a médio e longo prazo? Ou será que os demais financiamentos são sustentáveis, ou seja, será que eles, depois de quitados, não servem para que o agricultor não tenha mais gastos no futuro? E será que todos os valores que são tomados em empréstimo são realmente destinados àquilo que se propõe, sem que haja desvio de finalidade, como foi mencionado por alguns entrevistados? Estas podem ser questões para investigações e trabalhos futuros.

4.8.13 A Questão da Assistência Técnica e Extensão Rural

As empresas que trabalham com suínos, como indicado acima, oferecem uma boa assistência técnica aos seus parceiros, inclusive com visitas surpresa, a fim de observar, *in loco*, a propriedade. Algumas empresas privadas que trabalham com o recolhimento de leite fazem o mesmo – já que se cobra higiene e qualidade dos produtos vendidos. Os técnicos que dialogam com os bovinocultores dão pouca atenção aos aspectos ambientais vinculados à propriedade rural, somente com o que é relaciona aos dejetos ou eventuais moléstias causadas por má observação desses aspectos.

Assim como os técnicos tratam com pouco caso a questão ambiental na criação de animais, também os técnicos das cooperativas que oferecem assistência às lavouras dão pouca atenção à questão ambiental. Segundo os entrevistados, os técnicos são vistos mais como vendedores do que como agrônomos. Para quase todos os problemas, há uma solução vinculada a algum produto para ser aplicado, ou a algum equipamento: tanto o produto quanto o equipamento são vendidos pelas empresas que oferecem esse tipo de assistência. A *assistência* técnica é trocada por uma *insistência do Técnico* por que muitas vezes, esse insiste em vender ou apresentar uma nova solução ao problema. É possível que essa política de atuação de muitos técnicos se deva ao fato de as grandes corporações e empresas internacionais ofereçam benefícios por venda de produtos, o que faz com que alguns se preocupem mais em vender do que em oferecer reais soluções e esclarecimento aos agricultores.

Não é possível saber se isso é algo intencional, mas pelo que se observou, as empresas de grãos despendem pouca atenção à questão da sustentabilidade ambiental. Não existe nenhuma atenção ao manejo sustentável de pragas ou ervas daninhas, e pouca atenção aos agrotóxicos ou ao uso consciente dos recursos naturais. Quando essas questões são trabalhadas, quem as faz são empresas de assistência técnica pública ou Organizações Não Governamentais, como a Emater e a CAPA, respectivamente, por exemplo. Em resumo, pode-se dizer que as empresas comerciais, quando contratam um técnico, esperam que o mesmo traga seus conhecimentos para agregar justificativas ao comércio de seus insumos.

4.8.14 As Relações de Vizinhanças

O trabalho rural, mais do que muitas atividades urbanas, exige uma gama muito ampla de recursos: implementos, maquinários e mão-de-obra, só para citar alguns exemplos. Há então uma questão pertinente a ser analisada: se são muitas as necessidades, e nem sempre elas estão à disposição nas propriedades, a quem recorrer? Não há uma resposta simples, porque nem sempre compensa adquirir um implemento agrícola com alto valor para uso esporádico e nem sempre compensa contratar um serviço formal caro para poucos instantes de trabalho.

Por conta disso, o trabalho rural tem um vínculo muito estreito com os moradores da localidade. E os *vizinhos* são muito mais do aquele que simplesmente mora ao lado da sua casa. São vizinhos aqueles que moram perto, que possuem terras próximas ou simplesmente aqueles de quem se pode contar em caso de necessidades. O tema da vizinhança é tão pertinente que, como destaca Leandro (2008),

Na Sociologia Clássica, as concepções de comunidade destacam as relações de proximidade de território, *relações de vizinhança* e o sentimento de pertencimento a determinada coletividade. Essa noção de comunidade vem sendo ressignificada em decorrência das alterações ocorridas na dinâmica da sociedade. (LEANDRO, 2008, p. 157, Grifos nossos)

Nas necessidades corriqueiras das atividades agrícolas, as demandas por materiais não disponíveis podem ser solucionadas recorrendo aos vizinhos. Por causa disso, existe muito empréstimo entre os vizinhos, mas preferencialmente se

estes são parentes ou se há uma relação mais amistosa. Também é possível constatar que menos da metade das propriedades fazem compras em conjunto com os vizinhos de produtos que não sejam de uso diário – essas parcerias não são comuns, mas quando ocorrem, são preferencialmente feitas entre parentes ou com poucos vizinhos, no máximo dois, perspectiva que acaba sendo conforme com a teoria de Franz (2012), à quem é mais fácil interagir entre vizinho e/ou parentes.

Em relação à mão-de-obra, conforme determina a legislação, já descrita no primeiro capítulo, a maior parte do trabalho é desempenhada pela própria unidade familiar. Quando necessário, existem trocas de serviço ou mutirões entre os vizinhos, respeitando sempre a questão do tempo e a necessidade do trabalho na própria propriedade. Quase metade dos pesquisados precisam “contratar” os serviços dos vizinhos que tenham maquinários. A permuta de prestação de serviços entre os vizinhos ocorre nos momentos de folga do trabalho da própria unidade rural familiar. A mão-de-obra é oferecida aos vizinhos nos momentos de excedente laboral - situação que só não se identificou em uma propriedade -, e se intensifica nos momentos de maior necessidade de trabalhadores, como a época do plantio.

4.9 A IDENTIDADE SUSTENTÁVEL

Tratando sobre a questão central desta pesquisa, ou seja, sobre a identidade sustentável, nota-se que ela não é uma preocupação prioritária das famílias pesquisadas, do que se depreende que há pouca identidade sustentável no município.

Nas esferas sociais onde há a interação dos membros da família, percebem-se poucas concepções de ascensão social de modo consciente e plural. Percebe-se que nos grupos em que há essa interação os benefícios individuais ou dos pequenos grupos são priorizados. O problema é quando um grupo usa outros grupos como suporte para ascensão. Retomando aos conceitos expostos no capítulo primeiro, observa-se pouca preocupação com uma postura ética e social pensada no outrem, especialmente se o outro for distinto ou distante dos grupos onde os pesquisados estão inseridos.

Dentro dessa perspectiva, também as cooperativas tentam o desenvolvimento social. Mas somente para os cooperados, e principalmente se estes estão na

diretoria. Há pouca preocupação com os pequenos cooperados, e conforme relatos colhidos, há pouca preocupação com os trabalhadores – especialmente com aqueles que desenvolvem funções que exigem mais força física, como, por exemplo, o carregamento ou a operação de máquinas. Assim sendo, a cooperativa, em muitos casos, não passa de uma empresa com funções mercantis, que se agiganta por meio dos cooperados, sem ter como propósito a devolutiva social. Somente a título de curiosidade, das quatro cooperativas com atuação mais intensa na localidade, nenhuma delas têm sequer um veículo emplacado no município, o que resulta em tributos pagos sobre a frota a outro município. Além disso, elas não oferecem programas ou ações que venham a desenvolver socialmente seus cooperados, já que as ações são esporádicas, escassas e servem mais como propagandas do que como ações para o desenvolvimento social.

Constatou-se que talvez a igreja dispense um cuidado social maior, porém, cada congregação religiosa visa apenas interação com seus membros. Os grupos auxiliares, presentes em muitas denominações religiosas, têm um caráter de socialização, mas, muitas vezes, ficam restritos aos interesses ideológicos e religiosos da própria doutrina eclesial.

A questão ambiental é pouco atendida. Não há atenção em relação ao meio ambiente por parte das empresas, e, quando há, é para atender interesses diretos dessas empresas – com relação aos alvarás e liberações, por exemplo.

Quanto aos agroquímicos, nem sempre há um conhecimento técnico razoável para mensuração da real necessidade de sua aplicação, o que faz com que alguns agricultores apliquem mais do que o necessário, acreditando na palavra de alguns sujeitos que são mais “vendedores” do que realmente “assistentes”. Também não há um cuidado necessário, por parte dos técnicos, em relação aos maquinários de aplicação, o que pode desencadear uma série de problemas, como intoxicações dos trabalhadores ou do solo.

Também em relação às pocilgas ou ao esterco recolhido nos barracões dos bovinos, há pouco zelo ambiental. Nem sempre se espera o processo de curtição para a aplicação como adubo, e nem sempre há um preparo adequado dos espaços: vazamentos com as chuvas, escoagem para os rios ou simplesmente alguns ‘buracos’ para depósito de dejetos são situações vistas em mais de uma propriedade. Como mesmo assim as licenças são liberadas, muitos proprietários são negligentes com os cuidados ambientais.

Quando se trata da atenção com as matas ciliares ou as reservas legais, o descaso também é recorrente. Embora, muitas vezes, os agricultores façam uma extração conscientes da madeira, aproveitando árvores mortas ou galhos caídos, essa prática não é bem vista pela legislação, que indica a necessidade de procedimentos legais para a extração. Ainda existem açudes ou represas sem os devidos documentos liberativos, que, por mais que somente visem à criação de peixes para consumo do núcleo familiar, devem estar de acordo com a legislação nacional ou estadual vigente.

Outro ponto significativo é que existem poucas compras coletivas, que poderiam promover uma Economia Popular Solidária. As poucas vezes em que ocorrem, elas são feitas por meio de algumas associações de moradores e com ajuda governamental, que ampara com assistência técnica ou com financiamentos. Esses grupos adquirem tratores, maquinários, conjunto de implementos e até mesmo botijões para inseminação bovina artificial. Mesmo aqueles que não são associados contratam e pagam por esses serviços. A maior parte dos entrevistados participa de associações de moradores, quase sempre com uma linha rural como seu ponto referencial – Associação de Moradores da Linha Guaçu ou Grupo Comunitário de Linha Jundiáí.

Embora seja raro, ainda existe uma ou outra parceria com vizinhos para aquisição de alguma coisa em conjunto, mas tal procedimento ocorre preferencialmente entre vizinhos parentes. As poucas vezes em que há uma ou outra compra coletiva, o objetivo é baratear o frete, ou ainda, raramente, para aproveitar alguma promoção – diminuição do preço na compra de uma quantia maior.

Outro ponto que tange à sustentabilidade econômica é a pouca exploração da terra para a produção de alimentos que possam ser fornecidos à população urbana, de modo mais destacado os orgânicos ou diferenciados. Dos entrevistados, ninguém participou de vendas de alimentos para escolas, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, por exemplo, explanado no primeiro capítulo. Também raramente há o intercâmbio de sementes, mudas ou empréstimos de macho para o cruzamento de animais e variabilidades genéticas.

Por conta dessas perspectivas, ambientais, econômicas e sociais, existem poucos pontos em que seja possível indicar uma identidade sustentável. Há alguns indícios de sustentabilidade, mas ainda faltam elementos para que essa

sustentabilidade possa ser caracterizada como um aspecto da identidade da agricultura familiar no município de Nova Santa Rosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho de pesquisa dificilmente pode ser considerado concluído. Ou ele pode servir de ponto de partida para outro trabalho, ou ele pode se desdobrar em outras atividades. É assim, por exemplo, o trabalho da agricultura familiar: não há um ponto final, pois sempre há o que fazer, tanto pelo trabalho, que se renova a cada ciclo, quanto pela manutenção e preservação familiar, que continuamente alcança outros patamares. Entretanto, o objetivo desta pesquisa já foi alcançado, pelo menos na forma como foi proposto em sua gênese, a saber, compreender como se dá - se é que se dá -, a sustentabilidade nos ambientes de agricultura familiar no município de Nova Santa Rosa, no Paraná. Serão indicados a seguir alguns pontos que são importantes para essa identidade sustentável.

O primeiro ponto indiscutível é que, de modo geral, ainda há a manutenção de um sistema campesino na região. Todas as famílias entrevistadas, bem como muito dos seus vizinhos, preservam a tradição de manter os membros de sua casa com os alimentos que a terra oferece – terra essa que eles mesmos cultivam e da qual tiram o seu sustento. Por mais que haja um foco mercantil bem arraigado e a maior parte das áreas agricultáveis é destinada à plantação de commodity – soja e milho, principalmente – quando possível, é reservado um pedaço da terra para as plantas que servirão de alimento para a família. O comércio informal, a troca de mão-de-obra e as ajudas nos mutirões ou trabalhos coletivos também indicam a preservação de uma consciência social de colaboração. Tanto o aspecto de satisfação das necessidades quanto o trabalho não remunerado estão mais próximos de um conceito de campesinato do que de agricultura familiar (CHAYANOV, 1974), muito embora, como já foi indicado, há a mescla desses dois elementos na vida prática, mesmo que pareçam distintos.

Mesmo assim, conforme os critérios postulados pelos autores do primeiro capítulo, todos os pesquisados, bem como a maior parte daqueles com quem estes interagem socialmente no meio rural, são agricultores familiares. São moradores de pequenas propriedades, gerenciadas e laboradas pela família, que tiram delas o seu sustento. Por mais que existam variações nas teorias, estas não conseguem excluir

os pesquisados do conceito de agricultura familiar. Como o conceito legal, que serve de base para esse trabalho, está de acordo com a maior parte dos teóricos, todos são agricultores familiares, e por isso, podem ter acesso às oportunidades e políticas públicas. A análise da história e de alguns dados sociais do município é relevante para a compreensão da identidade dos indivíduos integrantes da agricultura familiar na localidade. A identidade é construída na interação social entre os membros de um mesmo lugar. Sendo assim, a existência de uma origem predominantemente comum, no caso dos teuto-gaúchos, serve de pano de fundo para a construção de elementos identitários. A língua informal é comumente o alemão, em diferentes dialetos. Além disso, os gostos musicais são semelhantes, já que se podem ouvir, durante as entrevistas, os mesmos estilos em diferentes localidades. Questões como a importância e a participação religiosa são recorrentes, expondo uma ideologia coletiva fundamentada em elementos socio-históricos comuns. A participação em cooperativas e associações, bem como a reprodução de alguns hábitos, também reforçam essa identidade social.

Sobre a socialização, vale destacar a família, a comunidade, a igreja e a cidade, nesta ordem de importância. A socialização pela família é inerente a todas as famílias avaliadas. Irmãos, primos, tios, enfim, o conceito de família é abrangente e dele partem as primeiras características que identificam os sujeitos. Esse é um dado tão significativo, que comumente as pessoas se referem aos vizinhos pelo sobrenome. A participação em associações, também é um elemento significativo na construção da identidade, pois é a forma de relação social mais próxima e presente, perdendo somente para as relações familiares. A vivência social, quanto mais distante fisicamente, menos significativa é do ponto de vista da importância para a identidade. Por isso, aqueles que frequentam as igrejas ou espaços coletivos no meio rural, mantêm uma proximidade e uma relação de identidade mais próxima como o local, em detrimento àqueles que não se deslocam até a cidade para isso. Por isso, a interação social nas associações de moradores, grupos comunitários ou mesmo espaços de usos coletivos imprimem marcas indeléveis nas identidades dos indivíduos.

Por mais que a identidade, especialmente quando se parte da sua raiz etimológica, tenha relação com aquilo que permanece em meio às mudanças, o seu conceito sociológico atual é associado à fluidez, em especial das relações individuais e sociais. Conforme os autores no capítulo três indicam, os pesquisados

mantêm as suas relações sociais de maneira fluida, muito embora eles mesmos indiquem que tal fluidez não é tão grande se comparada ao espaço urbano. Existem diferentes interações com os diferentes grupos sociais que cercam os agricultores familiares do município. Sendo assim, a interação entre eles também vai se transformando no decorrer do tempo. Dentro de uma mesma família, por exemplo, diferentes gerações apresentam perspectivas distintas sobre os mesmos aspectos. As identidades não são fixas e perenes, mas se moldam de acordo com as situações e com os sujeitos que estão inseridos nas relações sociais nas quais os indivíduos estão imersos. Quando algumas ações são tornadas hábitos, estes influenciam nas formas de socialização dos sujeitos agentes. Assim, as ações podem desencadear uma mudança de identidade, justamente por essa ser fluida.

Em relação à identidade da agricultura familiar no município, associada a uma perspectiva sustentável, muitas questões foram desveladas. A mais impactante delas é que existem poucos elementos de sustentabilidade presente nos hábitos dos integrantes das unidades de produção rural familiar.

Talvez por causa do tradicionalismo, conservação e reprodução de ideologias e ações, há pouca atenção com o meio ambiente por parte dos agricultores e poucas são as esferas externas à propriedade que atentam a isso. Com algumas exceções, quase não há atenção com a preservação dos rios, córregos e matas. Usam-se muitos produtos químicos, como adubo ou pesticidas, cujo uso nem sempre é sustentável – já que eles podem, ao longo do tempo, prejudicar a natureza, a qual nem sempre consegue se recuperar. A preservação do solo tem caráter diferenciado em relação aos cuidados que recebe. Isso por que ele tem funcionalidades práticas no meio rural: ele precisa de atenção porque, se não for preservado, diminuirá a produtividade, algo que nem os agricultores e nem as empresas parceiras querem. Por isso, há o manejo adequado do mesmo, o que não ocorre com outros recursos, como a água ou mesmo os animais que contribuem para a polinização. Muitas vezes, esses animais são atingidos pelos inseticidas, embora não haja intenção por parte do agricultor que os aplica em sua lavoura.

A sustentabilidade econômica é outro ponto que merece atenção. Geralmente, o que se espera é que o trabalho gere sustento, muitas vezes através do lucro, indiferente se ele é viável a médio ou longo prazo, se leva em conta se outros podem ser prejudicados ou ainda se há impacto social e/ou ambiental. Naturalmente essa visão é incentivada e fomentada pelas empresas, especialmente

os bancos, cooperativas e/ou empresas parceiras. Na medida em que os clientes, cooperados ou parceiros obtêm lucro, essas empresas também o obtêm. São elas, afinal, que oferecem os meios necessários para o desenvolvimento financeiro: empréstimos financeiros, bens e produtos que são necessários para a lida no campo, e o conseqüente aumento de rendimentos. Por isso, outras atividades nas propriedades ou formas mais sustentáveis são consideradas inviáveis, o que é uma evidente falácia, pois acaba-se oferecendo somente um ou dois vieses de trabalho no meio rural, excluindo-se uma gama ampla de possibilidades e oportunidades de atividades.

A sustentabilidade social é viabilizada nos limites dos clubes de mães, as associações comunitárias, os grupos religiosos, que para muitos são lugar de acolhimento, integração e confiança. Sendo assim, potencialmente, esses grupos se interessem pela questão da sustentabilidade, de modo que as ações sejam voltadas para uma esfera mais social.

Esses mesmos espaços indicados acima podem também contribuir para a superação dos outros aspectos da sustentabilidade que precisam ser trabalhados. O ponto de partida para isso está dentro das propriedades. O uso da produção da própria horta pode ser um chamariz para indicar a importância do zelo com o meio ambiente, por exemplo. O turismo rural, uma forma sustentável de exploração dos recursos naturais, não foi sugerido por nenhum dos entrevistados. Quanto ao viés econômico, a produção da propriedade pode ser diversificada, a fim de agregar valor àquilo que é produzido na unidade de produção familiar. Como existe demanda no próprio município, como já dito acima, acaba surgindo uma ampla gama de produtos que podem ser comercializados, tanto de maneira *in natura* como processados. E ainda mais: como muitos ainda detêm alguns conhecimentos culinários mais tradicionais, é possível o fornecimento de produtos únicos, com um caráter até mais sofisticado, aproveitando a onda do consumo de produtos especiais.

A identidade, como já indicado, se molda as necessidades e interações. No município de Nova Santa Rosa, assim como em muitos outros lugares onde há elementos semelhantes de construção social, ainda há muito que ser feito a fim de que seja fomentada uma identidade sustentável. Como a construção identitária se dá por hábitos e integrações, são ações que devem ser fomentadas e incentivadas. Assim, espera-se que a agricultura familiar consiga produzir, reproduzir e se manter, sem impactos negativos para as gerações futuras.

Mais que um ponto final a essa pesquisa, ela acaba abrindo espaço para outras várias questões. Expressam-se algumas inquietações que surgiram dessas presentes análises, mas que, todavia, deverão ser pesquisadas em outros momentos, talvez por outros pesquisadores ou ainda em outro espaços, que podem tomar o presente texto como um dos pontos de partida.

O que fazer para que possam ser construídos elementos sustentáveis nas identidades? Como usar o potencial das igrejas para a conscientização acerca da sustentabilidade? Como mudar a forma de pensar das Cooperativas, voltando-as para a sustentabilidade, principalmente social? Quais políticas públicas são necessárias no município ou microrregião, respeitando a identidade desses sujeitos? Como deve ser pensada a educação para as futuras gerações, que pretendem continuar na lida rural? Qual é o impacto da criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município? Quais são as ações importantes que esse Conselho deve ter? Como atuar para que os agricultores, principalmente os suinocultores, tenham mais força diante das empresas do setor? O que pode ser feito para se criar uma consciência sustentável? Quais aspectos da identidade herdada – gaúcha, alemã, cristã, rural, etc. – ainda persistem, e em qual valor? Como a mídia influencia na identidade desses sujeitos, e como ela pode contribuir para que a mesma seja sustentável?

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- AGUIAR, Vera Mônica Queiroz Fernandes. **Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental**. Goiânia, 2011.
- ALMEIDA, Vinicius Reccanello de. **Geografia do Paraná**. Disponível em <<https://geovest.files.wordpress.com/2012/09/parana.pdf>>, publicado em setembro de 2012, acessado em abril de 2017.
- ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília: CDS/UnB, 2007.
- AMARAL, Luiz. **História Geral da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, volume 1, 2ª. ed.
- ANDRADE, Fernanda M. A. dos S. **Identidade e religião: uma análise da construção da identidade religiosa juvenil**. Dissertação de mestrado da Ciência da Religião. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2008.
- BACHA, Maria de Lurdes. **Considerações teóricas sobre o conceito de sustentabilidade**. In VII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2010.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Ed. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1999.
- BILSKI, Joyce Gracielle Chies. **Avaliação da distribuição das chuvas em municípios da região oeste no estado do Paraná**. Trabalho de conclusão de curso

– Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/517/1/MD_COGEA_2011_2_04.pdf>, acesso em abril de 2017.

BITTENCOURT, Renato Nunes. **Identidade e Alteridade na história da formação sociocultural brasileira**. Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia, v. 4 n.2, p. 124-147, 2013.

BOFF, L. **Tempo de transcendência: o ser humano como um projeto infinito**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

BRASIL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Plano Safra 2015-2016**. Agricultura familiar: alimentos saudáveis para o Brasil. 2015.

BRASIL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Políticas públicas para agricultura familiar**. 2013

BRASIL, **Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n.4.504 de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em março de 2017.

BRITTO JUNIOR, A. F.; FERES JUNIOR, N. . **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos**. Evidência (Araxá), v. 7, p. 237-250, 2011.

CANCLINI, Nestor G. **Consumidores & cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade**: nova identidade em construção. In Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998: 53-75.

CAVALCANTI, Clovis (org). **Desenvolvimento e natureza**: estudo para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco. 1998

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CUNHA, Antônio Gerando da Cunha. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 1997.

CUNHA, Antônio Gerando da Cunha. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FACCIN, Olívio Pedro; SCHMIDT, Carmem Elizabete Finkler. **Sucessão nas propriedades rurais familiares integrantes de uma cooperativa agropecuária**. In Gestão de cooperativas: produção acadêmica da Ascar. 2ª ed. Porto Alegre: 2013.

FEIDEN, A.; SILVA, N. L. S. ; SILVA, P. C. S. da ; KLEIN, F. G. . **Sustentabilidade econômica de propriedades rurais da Microbacia Sanga Guabiroba - Nova Santa Rosa - PR**. Comunicata Scientiae (Print), v. 2, p. 1-8, 2011.

FRANTZ, W.. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. 1. ed. Ijuí: UNIJUI, 2012. 168p.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 29ª. ed, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

GABOARDI, A. J.. **A importância da produção na agricultura familiar para a segurança alimentar**. In: 2ª Jornada da Questão Agrária e Desenvolvimento, 2013, Curitiba. Anais da 2ª Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento. Curitiba: UFPR, 2013. v. 1.

GONÇANVES, Jackson Eduardo. **Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação**: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. Palestra acadêmica disponível em <<http://www.sober.org.br/palestra/2/955.pdf>>, acesso em junho de 2017.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970). 3. ed. Cascavel: Edunioeste, 2008. v. 1500. 264p

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio . **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. In Revista de Economia e Sociologia Rural (Impresso), v. 52, p. 125-146, 2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOFFMANN, Rodolfo. **A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?** Segurança Alimentar e Nutricional, v. 21, p. 417-421, 2014.

HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil**. Estud. AV., São Paulo, v. 9, n. 24, Ag. 1995.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Paraná - Nova Santa Rosa - Infográficos**: Dados gerais do município. (2017). Disponível em:<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=4117222>>. Acesso abr. 2017.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico**: município de Nova Santa Rosa. (2016). Encontrado no site:<<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=8593>>, acessado em mar. 2017.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras Regionais**: Mesorregião geográfica oeste paranaense. Imprensa Oficial, Curitiba, 2003.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. In *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008

KER, J. C. **Latossolos do Brasil: Uma Revisão**. Geonomos, BELO HORIZONTE - MG, v. 5, n.1, p. 17-40, 1997.

LEANDRO, Janine Barreira. **Comunidade**:: uma reflexão a partir de Zygmunt Bauman. In *Kairós - Revista Acadêmica da Prainha*. Ano V/1, Jan/Jun 2008.

LEÃO, D. S. **A alteridade como modo de ser da espiritualidade, uma nova forma de linguagem religiosa**. In: V Congresso da ANPTECRE, Religião, Direitos Humanos e Laicidade, 2015, Curitiba - PR. Caderno de Resumo das Comunicações dos GTs e STs. Curitiba - PR: Editora CRV, 2015. p. 01-451.

MACHADO, Igor, José de Renó; AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de. **Sociologia Hoje**. Editora Ática, São Paulo, 2015.

MAGNO, Lucas, DOULA, Sheila Maria & PINTO, Neidi Maria de Almeida. **“Todo mundo conhece a gente agora”**: cultura e identidade de jovens rurais em Minas Gerais (Brasil). In *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 1 (9), pp. 305 – 319, 2011.

MARIN, Roberto. **Lar na História**: 40 anos da cooperativa agroindustrial lar. Material publicitário da cooperativa. Disponível em <http://www.lar.ind.br/v4/institucional/index.php>. Acesso em julho de 2017.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986

MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na Política**. Tradução de José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP. 2008.

MENEZES, M. A. ; STROPASOLAS, V. L.; BARCELLOS, S. B. **Juventude rural e políticas públicas**. Brasília, 2014.

MINEROPAR, Minerais do Paraná. **Atlas comentado da geologia e dos recursos minerais do Estado do Paraná**. Imprensa oficial do Estado. Curitiba, 2001.

MORA, Jose Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1978.

NAVARRO-SWAIN, T. **Fronteiras do Paraná**: da migração à colonização. *In*: Catherine Aubertin. (Org.). **FRONTEIRAS**. Brasília: EdunB/ ORSTOM, 1988, v. , p. 19-37.

NAZZARI, Rosana Katia; BRANDALISE, Loreni Teresinha; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. **Gestão das unidades artesanais como estratégia para emancipação da agricultura familiar** . *In* Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no oeste do Paraná. Edunioeste. Cascavel, 2007

NEVES, Joana. **História local e construção da identidade social**. *In* Revista Saeculum. 1997.

NOVA SANTA ROSA, Prefeitura municipal. 2017. **Dados gerais do município**. <http://www.novasantarosa.pr.gov.br>. Acesso em 2017.

NOVA SANTA ROSA. **Jóia do oeste**: História e Geografia. Material didático público. 2012

NOVA SANTA ROSA. **LEI 1.902/2017**: Dispõem sobre a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Nova Santa Rosa. Publicada em diário oficial no dia 31 de maio de 2017.

NOVA SANTA ROSA. **DECRETO 3.789/2017**: Designa membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Nova Santa Rosa. Publicada em diário oficial no dia 6 de junho de 2017.

OLIVEIRA Jr., P.H.B. **Notas sobre a história da agricultura através do tempo.** Fase, Rio de Janeiro, 72p, 1989.

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p. ISBN 978-85-7983-036-5.

PAULA FILHO, Calixipo de. **A Luta pela Coopagro e o curso de Medicina.** Disponível em http://gazetatoledo.com.br/NOTICIA/12987/A_LUTA_PELA_COOPAGRO__E_O_CURSO_DE_MEDICINA#.WZI44xE5DIU, acesso em julho de 2017.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação.** Consultoria legislativa do senado federal. Brasília, 2008.

PERIS, Alfredo Fonseca (Org). **A formação da região oeste do Paraná e o surgimento dos eixos.** Edunioeste, Cascavel, 2003.

PLEIN, C. **Capitalismo, agricultura familiar e mercantilização.** Informe Gepec, 14(2), 96-111. 2010.

PLUMMER, Ken. **Verbetes Identidade.** In OUTHWAITE & BOTTOMORE. **Dicionário do pensamento Social do Século XX.** Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRIORI, A., et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX** [online]. Maringá: Eduem, 2012. A história do Oeste Paranaense. pp. 75-89. ISBN 978-85-7628-587-8.

REISDORFER, V. K.. **Introdução ao Cooperativismo.** 2014. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material Didático). REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito.** 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2001

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 327p. ISBN: 8522421110.

SABOURIN, Eric P. **Ação coletiva e organização dos agricultores no Nordeste semi-árido.** Artigo apresentado ao 37º Congresso da SOBER, agosto 1999, Foz de Iguaçu-PR, Tema 5: Associativismo nomeio rural. Disponível em <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPATSA/7976/1/OPB121.pdf>, acessado em abril de 2017.

SABOURIN, Eric P. **Políticas públicas para agricultura familiar:** Que política pública para a agricultura familiar no Segundo Governo Lula? In Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007

SACHS, Ignacy. **O Tripé do Desenvolvimento Includente.** Palestra Magna. Seminário de Inclusão Social, realizado em 22/23 set. 2003 no BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/inclusao_ignacysachs.pdf>. Acesso em 2015.

SANTOS, A.C.L. dos, **Cooperativismo:** entre os princípios teóricos e o desenvolvimento viável, um estudo de caso. 1998. 90 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da razão indolente** – Contra o desperdício da experiência. Ed. Cortez, São Paulo, 2000.

SAVOLDI, Andreia; CUNHA, L. A. G. . **Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970.** In Revista geografar (UFPR), v. 5, p. 25-45, 2010.

SCHALLENBERGER, E.; CREMONESE, Camila . **Cooperativismo e agricultura familiar na formação do espaço agrícola do oeste do Paraná.** In Tempo da Ciência (UNIOESTE), Cascavel, v. 12, n.23, p. 49-64, 2005

SILVA, Bruna. **Cada um vai construindo a sua identidade.** 2008. Disponível em <<http://psicob.blogspot.com.br/2008/05/cada-um-vai-construindo-sua-identidade.html>>.

SOUZA, José Cavalcante de *et al.* **Os Pré-Socráticos:** fragmentos, doxografia e comentários. Nova Cultural, São Paulo, 1996.

SOUZA FILHO, H. M. *et al.* **Agricultura familiar e tecnologia no Brasil: características, desafios e obstáculos.** [S.l.: s.n], [1996]. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/09O442.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2011.

TASCETTO, Paulo Renato; WALKOWICZ, Jussara. **A realidade da agricultura familiar no Oeste do Paraná.** *In* Gestão das unidades artesanais na agricultura familiar: uma experiência no oeste do Paraná. Edunioeste. Cascavel, 2007

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: GARAMOND, 2010.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: Rupturas e continuidades.** *In* Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61

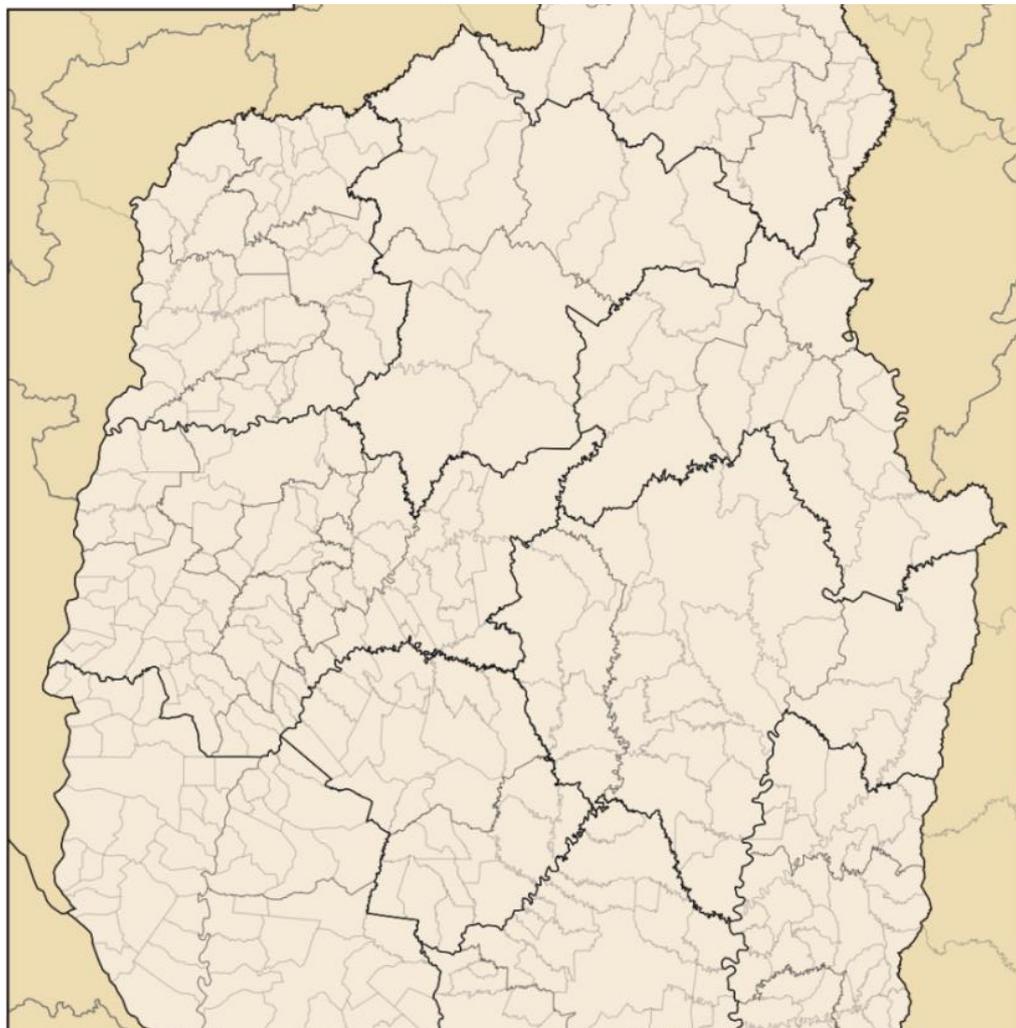
WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** *In*: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2^a ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WESTPHALEN, C. M; MACHADO, B. P; BALHAMA, A. P. **Ocupação do Paraná.** Curitiba: AGEN, 1988

YOKOO, Edson Noriyuki. **Gênese do processo da apropriação das terras: o caso das companhias ferroviárias e dos ervaterios no oeste paranaenses.** *In* VI encontro de produção científica: 24 a 28 de outubro de 2011, Campo Mourão. Disponível em < http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_exatas/12-YOKOO.pdf>, acesso abr. 2017.

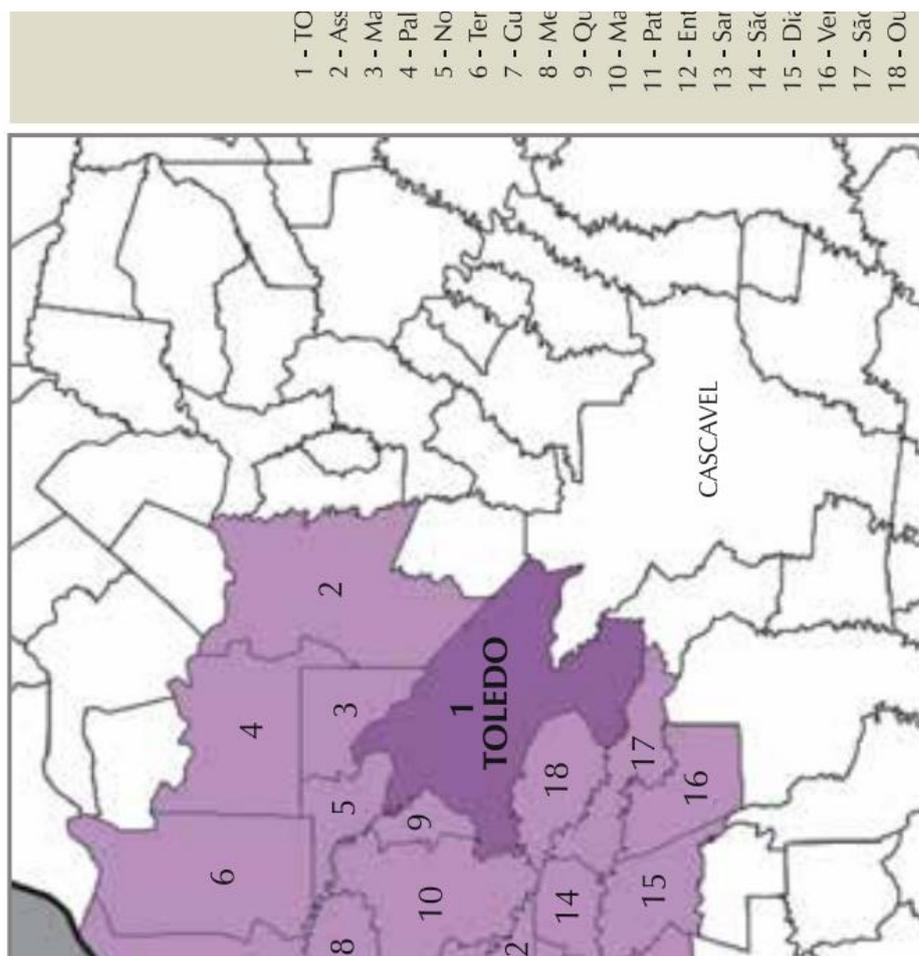
ANEXOS

Anexo 1: Mapa com a localização do município de Nova Santa Rosa no Estado do Paraná



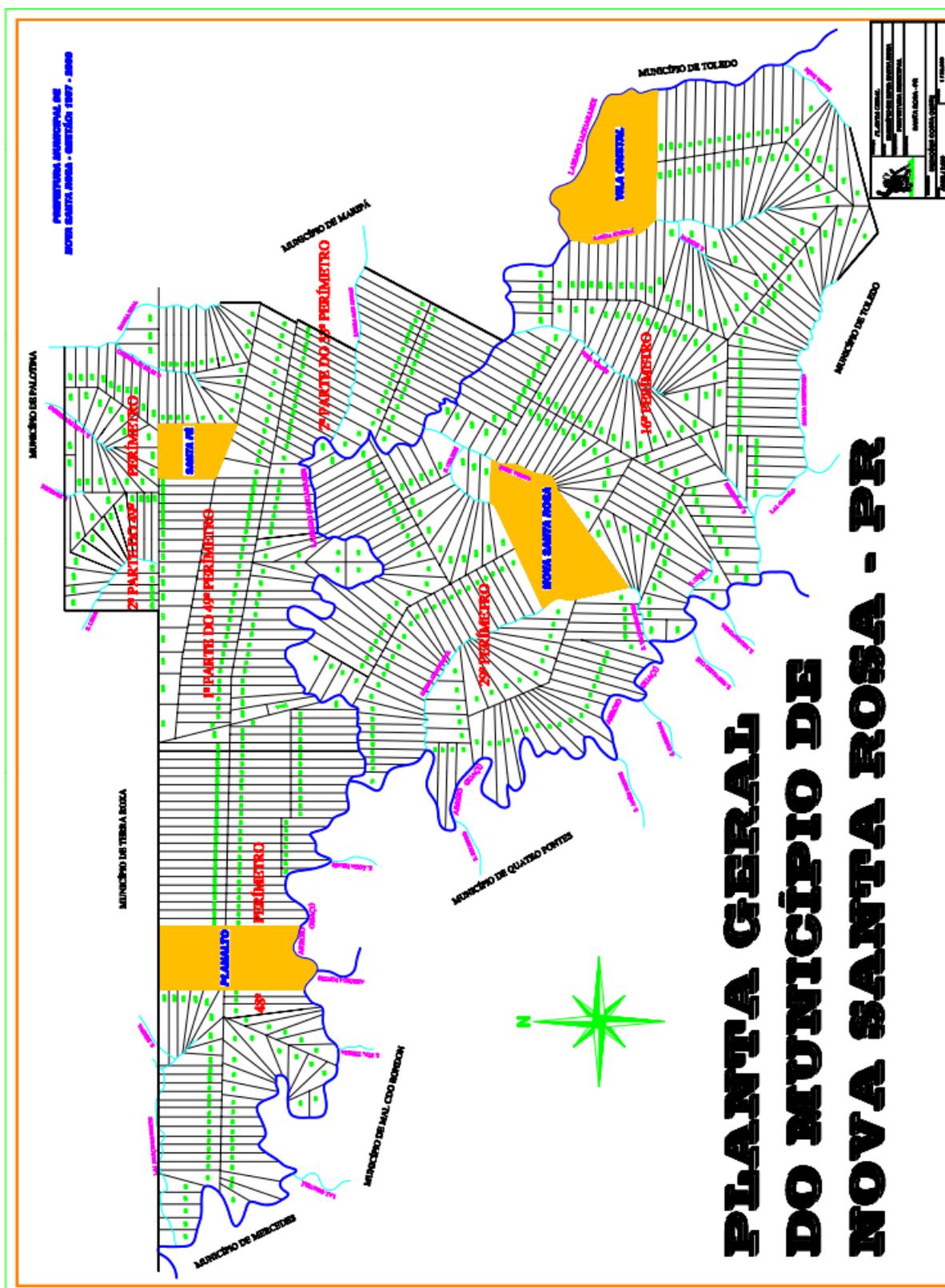
Créditos; Raphael Lorenzeto de Abreu, in Wikipédia, verbete sobre Nova Santa Rosa.

Anexo 2: Mapa da Região Metropolitana de Toledo, com os municípios integrantes. Nova Santa Rosa aparece com o número 5.



Créditos: Natalia Guzella Perin e Constança Lacerda Camargo, in Perin e Camargo, 2016

Anexo 3: Planta Geral do município, com a divisão dos lotes rurais.



Créditos: na imagem.

Anexo 4: modelo do “Termo de livre e esclarecido”



Termo de Livre e esclarecido



Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), do pesquisa intitulada “Elementos da construção da identidade da agricultura familiar em Nova Santa Rosa”, conduzida por Adriano Marcelo Thiel. Este estudo tem por objetivo compreender o processo de construção, bem como a identidade rural no referido município.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará ônus, assim como a sua participação não gerará bônus algum.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de uma entrevista direcionada, sendo que os assuntos que nortearão o diálogo são associados ao trabalho na propriedade, além de demais assuntos que são associados á mesma. Para uma melhor fidelidade dos trabalhos, esse diálogo será gravado em áudio, além de também ser escrito parcialmente.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação, muito embora, as informações prestadas serão integrantes do trabalho final de análise desta pesquisa. O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos participantes.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável pela pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Adriano Marcelo Thiel.

Telefone (45) 999188226 ou (45) 23522021 ramal 2279, ou ainda telefone profissional, (45) 3523-1180, no Col. Est. Mal Gaspar Dutra

Endereço: Linha Jundiáí, Zona Rural, Nova Santa Rosa – Paraná; C.E.P. 85930-000

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Assinatura do (a) participante:

Assinatura do pesquisador:

Nova Santa Rosa, ____ de _____ de _____.